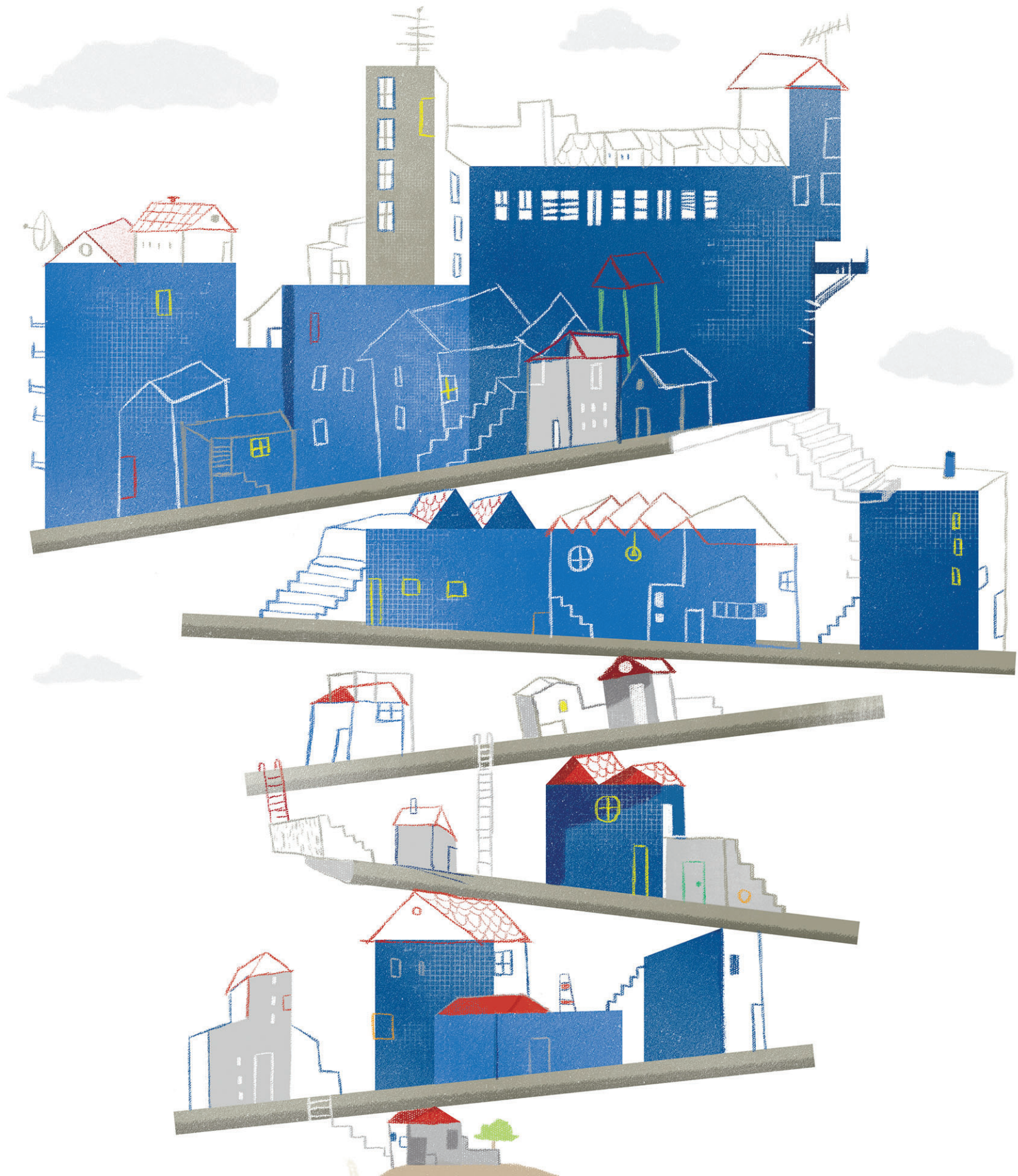


# 40 anos a aproximar as populações

ILUSTRAÇÃO TIAGO LOURENÇO



✦ A evolução das competências e dos recursos das autarquias ✦ Estratégias inovadoras de desenvolvimento em cinco concelhos ✦ Depoimento de Marcelo Rebelo de Sousa e opinião do ministro Eduardo Cabrita, de autarcas e de especialistas ✦ Os mapas de um país bipolar elaborados pela Pordata

# 40 anos de democracia local

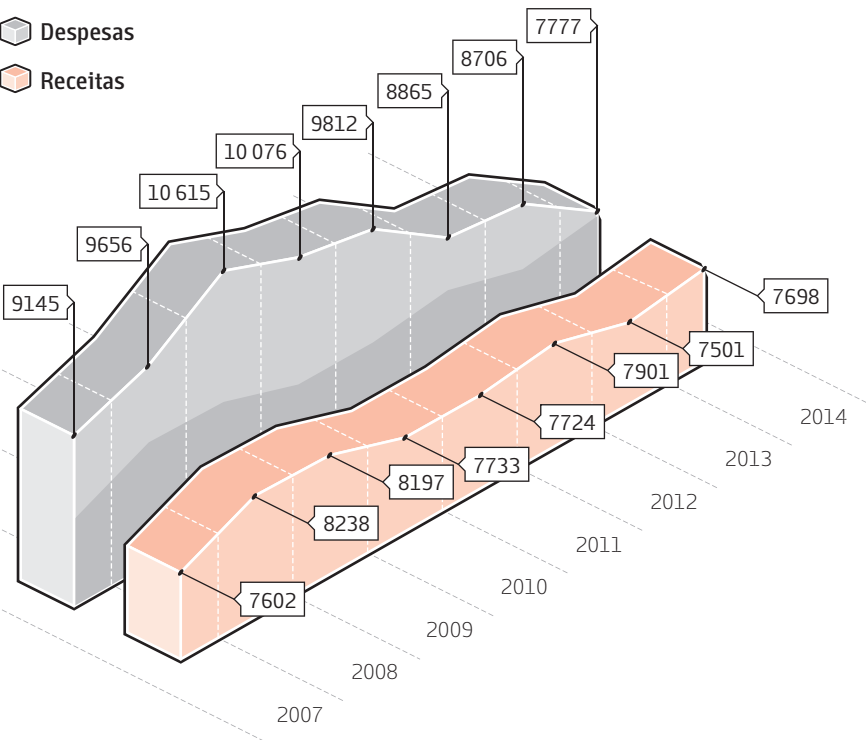
## Retrato em números

### autarquias em números

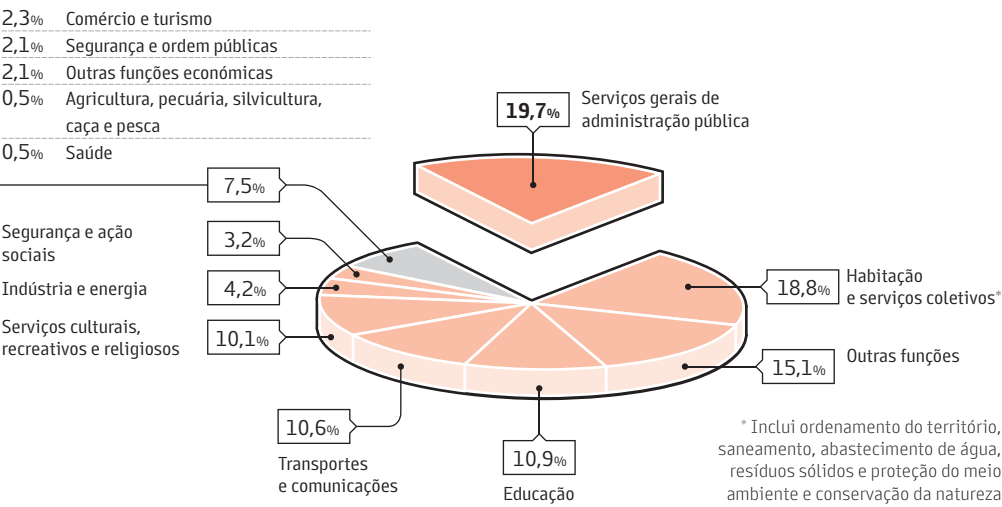
#### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

Em milhões de euros

- Despesas
- Receitas



#### ESTRUTURA DA DESPESA



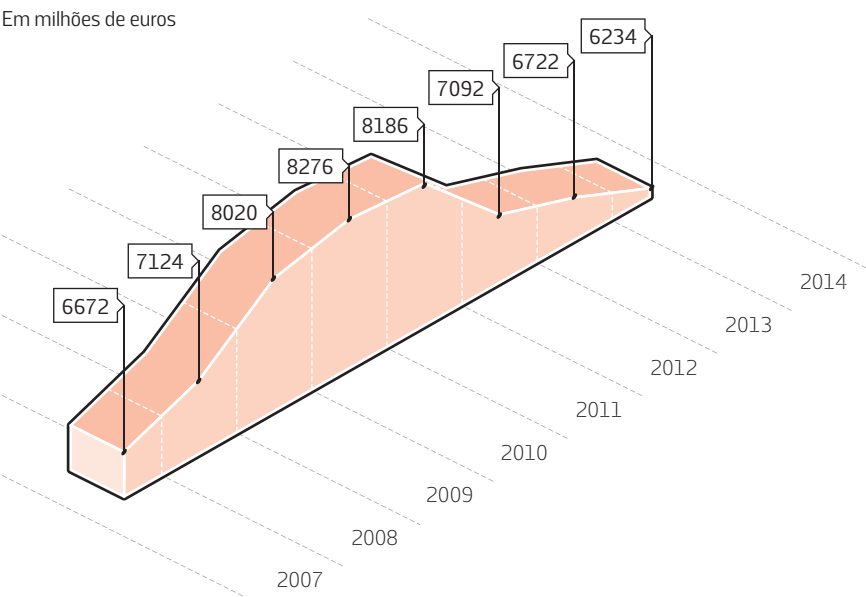
#### SALÁRIO MÉDIO MENSAL

Em euros

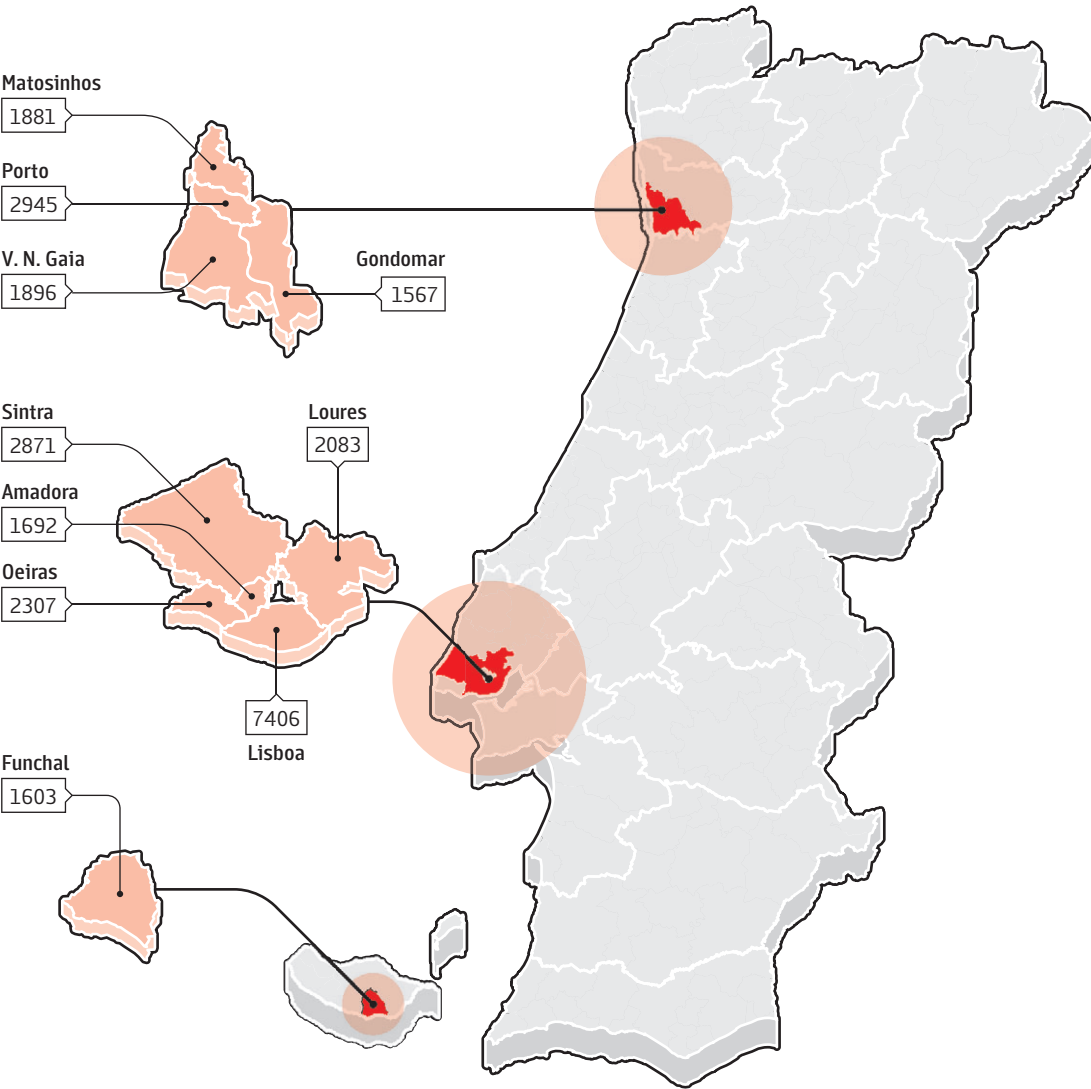
|                    | OUT 2011 | ABR 2012 | OUT 2012 | ABR 2013 | OUT 2013 | ABR 2014 | OUT 2014 | ABR 2015 | OUT 2015 | JAN 2016 |
|--------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Câmara Municipal   | 1087,5   | 1071,3   | 1086,5   | 1086,6   | 1081,2   | 1043,3   | 1086,6   | 1096,4   | 1100,6   | 1103,8   |
| Junta de Freguesia | 779,9    | 787,6    | 803,8    | 801,6    | 800,1    | 789      | 814,8    | 823,8    | 834,5    | 833,5    |

#### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA GLOBAL

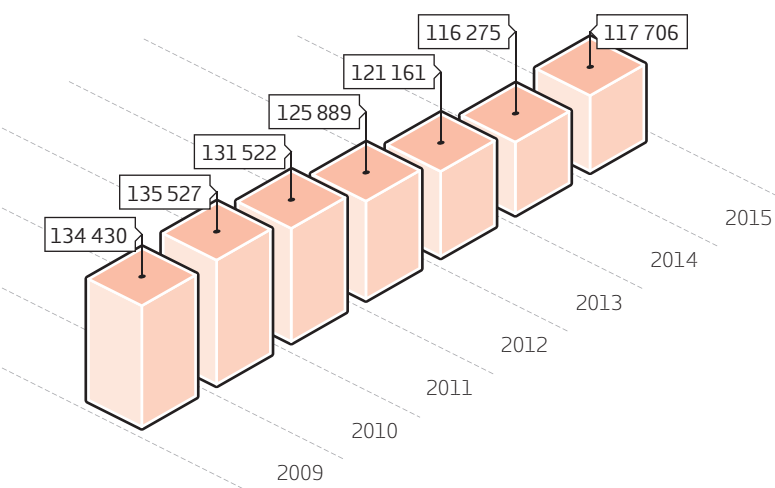
Em milhões de euros



#### TOP 10 CONCELHOS COM MAIS TRABALHADORES



#### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES





**depoimento**

# “Autarcas têm de ser embaixadores económicos das suas regiões”



ILUSTRAÇÃO: HUGO MACIEL

**Marcelo Rebelo de Sousa** Presidente da República

**Q**ueria felicitar calorosamente o Jornal de Notícias por mais um aniversário e pela realização desta reflexão sobre os 40 anos do Poder Local Democrático. Em ano em que se comemoram mais efemérides, como os 40 anos da Constituição ou os 40 anos da primeira eleição presidencial com sufrágio direto e universal, é impreterível que também se destaque o papel fundamental das autarquias e dos eleitos locais na democratização e no desenvolvimento descentralizado do país. Aliás, o próprio JN, instituição centenária da nossa imprensa, tem esta saudável característica de ser uma publicação nacional mas descentralizada do que é a regra, que se acentuou ao longo dos anos, dos jornais sediados em Lisboa. É um órgão de liberdade descentralizado. E, também por isso, o JN tem esta especial sensibilidade e competência para dar relevo ao Poder Local, como mais uma vez o demonstra.

Como provavelmente os portugueses já repararam, o presidente da República também dá grande importância à proximidade e não tem uma visão de que os problemas locais são questões menores. Podem pensar que este pendor para privilegiar a proximidade tem origem na minha experiência como autarca. O que em grande medida é verdade. Tenho bem presente o que foi o contributo do Poder Local para o desenvolvimento do país, os problemas e os desafios que enfrenta hoje e as oportunidades que se colocam para o futuro. É de justiça que se faça um ba-

lanço francamente positivo do trabalho realizado. É certo que há exemplos de situações e decisões concretas, designadamente urbanísticas, que podem não ter sido as mais adequadas. Mas, haverá alguém que, de facto, considere que as condições de vida das populações, de norte a sul do país, seriam melhores sem o Poder Local Democrático?

Depois das vagas da democratização e do desenvolvimento, as autarquias enfrentam hoje novos desafios. De grande transversalidade. Nas áreas da educação e da cultura, na preservação do património e do ambiente, nas questões sociais, na promoção do emprego e do investimento no seu território. Os autarcas têm de saber aproveitar o potencial das novas proximidades, criar e solidificar marcas territoriais, ser verdadeiros embaixadores económicos das suas regiões. Saber cooperar e associar-se, estabelecer redes, dentro e fora de Portugal. Só com muito trabalho e criatividade se pode responder às exigências que se colocam hoje. É importante que os autarcas saibam aproveitar os financiamentos europeus no âmbito do Portugal 2020 e que o Governo, o Estado nos seus diversos níveis, seja um parceiro eficiente. As quatro décadas de democracia provaram que os eleitos mais próximos dos cidadãos têm uma enorme capacidade de adaptação. Por isso, estou muito esperançado de que, no que depender das autarquias, os próximos 40 anos serão um período de grande inovação e de progresso para Portugal. ●

## 40 anos de democracia local **Análise**



**Evolução** O Poder Local, que teve papel fundamental na infraestruturação do país, aposta agora na Ação Social, na Educação e na desoneração das famílias

# Autarcas são os clínicos gerais do território

Por **Carla Sofia Luz e Alexandra Figueira** carlaluz@jn.pt

► “Os municípios são a clínica geral, chamada a resolver todos os problemas dos cidadãos”, mesmo quando a resposta devia ser dada por um especialista: o Estado Central. Francisco Alveirinho, presidente da Associação dos Trabalhadores da Administração Local, retrata em duas penadas o papel do Poder Municipal no país, em que a proximidade ao cidadão fê-lo reconhecer as necessidades, empenhar-se em resolvê-las e reinventar-se ao longo dos anos.

Os autarcas de hoje não têm as mesmas prioridades de intervenção política nos seus territórios dos homens que lideravam as câmaras na década de 70, porque o país não é o mesmo e não vale a pena insistir na receita para uma doença curada. “A primeira preocupação foi a fase do hardware, com um resultado notável. Era preciso levar água, eletricidade, saneamento, construir escolas, abrir estradas num Portugal pobre e atrasado”, recorda Manuel Machado, presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Supridos os cuidados básicos e com os milhões da União Europeia e da Banca, cresceram os pavilhões desportivos, as piscinas, os espaços de lazer, rasgaram-se rotundas, viadutos, vias amplas e asfaltadas. Tudo feito a pensar no bem-estar do munícipe, cada vez mais exigente e a quem já não bastava ter um teto ou água canalizada. Então, lembra João Carvalho, coordena-

**A DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA O PODER LOCAL É O DESAFIO QUE SE SEGUE PARA AS AUTARQUIAS**

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS DIZ QUE DESCENTRALIZAÇÃO IMPLICA A REVISÃO DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS E A REVOGAÇÃO DA LEI DOS COMPROMISSOS**

dor do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, as autarquias funcionavam num “modelo de empresa de construção”. E foi nesta fase de profunda infraestruturação do território que brotou o “estigma do autarca despesista. Houve um tempo de exagero e os autarcas cometeram erros, mas criou-se um mito injusto”, avalia o presidente da Câmara de Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues. O “mito” enraizou-se e levou o “Estado profundamente centralista” a legislar o controlo mais apertado das contas do Poder Local e a afunilar-lhe os recursos.

### Nem todo o betão é mau

A perda de recursos não paralisou a ação autárquica e a crise económica mobilizou o Poder Local a investir cada vez mais nas políticas do imaterial e a procurar desonerar as famílias. “Até ao ano 2000, as eleições ganhavam-se com obra feita, mas agora o que ganha eleições é o value for money”, defende José Costa, professor da Faculdade de Economia do Porto. Crê que os eleitores estão mais conscientes na avaliação dos serviços em quantidade e em qualidade que o município lhe presta, “comparando com o dinheiro que lhes cobra”.

A Educação e Ação Social sempre foram preocupações das autarquias, mas o investimento nas funções sociais tem crescido nos últimos anos em detrimento dos gastos em betão. Até as medidas hoje adotadas corporizam essa mudan-





ILUSTRAÇÃO SANDRA CARDOSO

ça do material para o imaterial. Por exemplo, da construção da habitação em bairros sociais para a oferta de um apoio financeiro e temporário ao arrendamento.

“O desafio foi derrotar a crise com programas de apoio à instalação de empresas e à criação de emprego”, atenta Manuel Machado, para além da ajuda às famílias. Em ambos os casos, as autarquias têm abdicado de receitas próprias, aplicando políticas públicas com base na fiscalidade através da redução das taxas do IMI e do IRC e da concessão de bonificação do IRS. “Os municípios têm feito o que lhes compete que é adaptar-se aos interesses e às necessidades da população”, sustenta Cândido Oliveira.

O professor da Escola de Direito da Universidade do Minho alerta, contudo, para o perigo do desinvestimento total nas infraestruturas. Se a construção nova ficou em segundo plano, não pode ser descurado o investimento na recuperação e renovação de infraestruturas. “Há o perigo de se exagerar na polarização da imaterialidade e de se abandonar alguma infraestruturização decisiva para o país. Os excessos do passado não compensam o que falta fazer hoje”, argumenta Eduardo Vítor Rodrigues. Isso é válido, por exemplo, para a redimensionamento de redes de saneamento e de abastecimento construídas há 30 anos para uma densidade populacional menor ou para a expansão da rede do metro.●

## Novas políticas

# 11%

### FOI QUANTO CRESCEU

o investimento municipal nas funções sociais entre 2005 e 2014, que correspondem às políticas de Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Habitação. No mesmo período, verifica-se uma quebra de 24% no investimento autárquico em aquisição de bens e serviços.

# 100

### AUTARQUIAS

prescindiram de parte da receita do IRS em favor dos seus municípios em 2015. Três anos antes, só 42 câmaras aplicaram a medida. Já na cobrança do IMI, a maioria das câmaras tem reduzido a taxa ao longo dos anos. Hoje, grande parte cobra a taxa mínima (0,3%).

## Gaia Câmara redireciona investimento para funções sociais

# Política pelas famílias

► Há 30 anos, o saneamento era uma miragem em Gaia e na maioria das torneiras corria água do poço. Hoje, as redes chegam a todo o lado com uma taxa de cobertura de quase 100%. O concelho, nascido na periferia do Porto, cresceu em população e em respostas, tal como muitas autarquias do país. Primeiro nos cuidados básicos, depois na construção da rede viária e da frente marítima e na multiplicação de equipamentos impulsivados por fundos europeus e pela pronta disposição da Banca para emprestar dinheiro a novas obras.

Gaia cresceu, mas endividou-se profundamente. A crise económica nacional, a escassez de recursos financeiros e o peso da dívida obrigaram a repensar o foco do investimento num concelho que experimentou, também, uma mudança de liderança. “Gaia corporiza bem esta evolução etápica. Fez um esforço muito grande de infraestruturização com investimentos interessantes e também muitos inoportunos e mudou para um novo modelo de desenvolvimento. Estamos a

viver um tempo de imaterialidade das políticas públicas”, com a valorização da Educação e da escola a tempo inteiro como “instrumento de captação de pessoas” e com “programas de ação social de base inclusiva, e não de base assistencialista”, atenta Eduardo Vítor Rodrigues. O presidente do Município de Gaia, que sucedeu a Luís Filipe Menezes, entende que a crise despertou o Poder Local para a necessidade de cuidar da classe média e não apenas dos mais pobres.

“As classes médias estão cada vez mais desprotegidas. O crescimento económico não serviu para todos e originou mais desigualdades”, argumenta o sociólogo, que viu, sem surpresa, os municípios alterarem o foco para as “famílias, que vivem situações de fragilidade económica muito grandes”.

### Descentralizar? Sim, está a jogo

Em Gaia, o alargamento da oferta dos manuais escolares ao 2.º Ciclo do Ensino Básico, o programa Gaia Aprende Mais, que permite estudo apoiado e proporciona novas expe-

riências desportivas, de lazer e culturais às crianças (incluindo alunos do Ensino Especial) dentro das escolas até às 19.30 horas, o reforço alimentar nas escolas e o apoio ao arrendamento visam desonerar o orçamento familiar, sobretudo da classe média que tudo paga.

A experiência municipal, que chamou a si competências do Poder Central, faz com que Gaia esteja “a jogo” para assumir mais responsabilidades na Educação, Formação, Ação Social e Transportes. “A descentralização tem sido sempre um presente envenenado para os municípios, pois as comparticipações financeiras do Estado ficam aquém das necessidades. Mas estou disponível para correr esse risco”, reconhece o autarca. Crê que a proximidade jogará a seu favor, por exemplo na gestão local do Rendimento Social de Inserção e das escolas do 3.º Ciclo do Ensino Básico e na formação ao longo da vida através de uma rede local de parceiros com empresas e escolas, adequando a oferta às necessidades do mercado de trabalho concelhio. c.s.l.

## 40 anos de democracia local

### depoimentos



ILUSTRAÇÃO: DEL FARRIA

**Rui Moreira** C. M. Porto

### Autarquias foram mais bem geridas do que o Estado

**O Municipalismo** português deu passos muito importantes na resolução de problemas que, há 40 anos, eram terríveis. Ficaram por dar alguns passos na delegação de competências, apesar de os municípios terem sido muito mais prudentes nos investimentos do que o Estado central. Continua a haver um centralismo exacerbado, que não permite que os municípios exerçam as competências que os cidadãos esperam deles. Há uma dislexia entre a expectativa do cidadão e aquelas que são as competências efetivas das câmaras. Julgo que isso terá de mudar nos próximos 40 anos. A comparação entre o endividamento das autarquias e do Estado central demonstra que, na sua generalidade, as autarquias foram muito mais bem geridas do que o Estado e que a proximidade ao cidadão faz muito sentido na escolha oportuna dos projetos que devem ser feitos e que são concretizáveis.

**Fernando Medina** C. M. Lisboa

### Transportes estariam melhor na gestão da Administração Local

**Com as competências** atribuídas pela Constituição de 1976, o Poder Local teve um papel central na capacidade do país de dar resposta a necessidades prementes como o abastecimento de água, o saneamento, os resíduos e o acesso à saúde, à educação e à habitação. Deu resposta de forma notável, muitas vezes em parceria com a Administração Central, mas há muitas competências que estariam melhor na Administração Local do que na Central. Os municípios já apresentaram propostas concretas em várias áreas, mas destaco a que me parece, sem dúvida, mais importante: a dos transportes. O facto de os municípios e as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto não terem disposto do poder de regulação e de ação sobre os sistemas de transportes é, sem dúvida, uma das grandes falhas nestes 40 anos de consolidação do Portugal democrático.

**Ricardo Rio** C. M. Braga

### Câmaras devem ter peso crescente na Educação e Saúde

**O Poder Local** desenvolveu uma relação de grande proximidade com as populações e foi-se ajustando às necessidades dos cidadãos. A dinamização económica, a preservação do património, a qualidade de vida, a regeneração urbana, a valorização cultural e a educação são os grandes desafios do presente. Os menores recursos obrigam a mais criatividade e racionalidade na gestão. As autarquias têm sido exemplo de boa gestão. De ano para ano, reduziram o endividamento e conseguiram otimizar os recursos disponíveis que são cada vez menos, até do ponto de vista humano. Os municípios deveriam ter um peso crescente em estruturas supramunicipais na dimensão do planeamento em várias áreas, como a educação e a saúde. As comunidades intermunicipais são uma dimensão interessante, mas temos de ter escala. A escala só se consegue no plano regional.



## Finanças



ILUSTRAÇÃO MIGUEL SOUSA

► Tudo indica que, no ano passado, as receitas dos municípios foram superiores às despesas, resultando num saldo efetivo positivo – ou seja, em bom português, num lucro. Em paralelo, a dívida das 308 câmaras é menor do que a da empresa pública Refer. Estes dois indicadores mostram que, mesmo com um ano de eleições pelo meio, as regras criadas pelo Governo anterior e a gestão dos autarcas resultaram no bom uso do dinheiro público, sobretudo se comparado com a Administração Central, realçaram professores ouvidos pelo JN.

O conjunto das 308 câmaras terá tido um saldo efetivo de zero ou mesmo positivo, em 2015, acredita João Carvalho, presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e coordenador do Anuário Estatístico dos Municípios, com base em dados ainda preliminares. A conta soma os compromissos para futuro assumidos pelos autarcas e, a verificar-se, é louvada como “raríssima” por Francisco José Veiga, docente da UMinho e membro do seu Núcleo de Investigação em Políticas Económicas.

É também o oposto do que sucede nos governos regionais e central, que continuam deficitários, salienta José Costa, professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, para quem “o Poder Local não pode ser acusado de contribuir para o descalabro das contas públicas”.

A sucessiva melhoria das contas ao longo dos últimos anos permitiu ao Poder Local baixar fortemente a

**Contas** Autarquias cortaram dívida em 25% e estão em vias de vencer o défice e conseguir excedentes orçamentais

# Câmaras estão próximas do lucro

Por **Alexandra Figueira** [afigueira@jn.pt](mailto:afigueira@jn.pt)

dívida. No global, em 2014, os 308 municípios deviam perto de seis mil milhões de euros, menos dois mil milhões do que quatro anos antes, indica o Anuário Financeiro. No mesmo ano, 239 câmaras tinham uma dívida saudável, mas 69 estavam numa situação difícil, sendo que 16 estavam em total asfixia.

Os casos mais graves – como Aveiro ou Portimão – tiveram mesmo de recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, participado pelas administrações central e local. O FAM é um dos vários instrumentos financeiros criados ao longo dos anos para socorrer municípios em dificuldades.

Outros, como o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), ajudaram a converter em dívida de médio e longo prazo compromissos assumidos para o imediato, como as faturas em atraso a fornecedores. No final do ano passado, Portimão, Nazaré e Celorico da Beira ainda demoravam mais de mil dias a pagar aos fornecedores, mas mais de metade das câmaras pagava a menos de 30 dias.

O equilíbrio das contas foi conseguido num cenário de crise financeira, em que a legislação adotada pelos Governos anteriores implicou fortes restrições à despesa que podem fazer e à dívida que podem acumular, salientou Francisco José Veiga. Além disso, notou José Costa, em Portugal os municípios gerem apenas 15% do dinheiro público, pelo que a dimensão potencial do défice ou da dívida é também menor. ●

## Contas

# 15%

### ORÇAMENTO

Em Portugal, os municípios gerem 15% do dinheiro público. Menos, só a República Checa (5%) e a Grécia (6%). A média comunitária é 29% e, em Espanha, mais de metade da despesa pública é gasta localmente.

# 90%

### RECEITAS

Os municípios do interior vivem quase só (90%) de transferências do Orçamento de Estado. Nas áreas metropolitanas e no Algarve, a importância do imobiliário e de impostos como o IMI e o IMT dá-lhes maior autonomia financeira.

## MATOSINHOS COM O PIOR RESULTADO

A Câmara de Sintra, liderada por Basílio Horta, foi a que teve o maior resultado económico, em valores absolutos, no ano de 2014: teve um resultado positivo de 24,5 milhões de euros. Matosinhos teve o pior: um prejuízo de 135 milhões.



## 40 anos de democracia local Competências

**Novas tarefas** Governo dá primeiro passo nas transferências para o Poder Local ao firmar contrato de municipalização da STCP em junho

# Transportes dão boleia à descentralização

Por **Carla Sofia Luz e Alexandra Figueira** carlaluz@jn.pt



ILUSTRAÇÃO CATIA OLIVEIRA

► A descentralização de competências para os municípios arrancará à boleia dos transportes. A entrega de gestão da STCP e da Caris, empresas detidas pelo Estado central, às câmaras do Grande Porto e de Lisboa é o primeiro passo num caminho que o Poder Local deseja copioso. O Governo garante que está a identificar outras áreas em que a liderança se adequa às autarquias e às entidades intermunicipais e compromete-se a mudar as regras do financiamento local, para que as novas tarefas não sejam um presente envenenado.

O contrato interadministrativo de gestão da STCP com seis municípios do Grande Porto deverá ser firmado em junho. É a expectativa do secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, defensor de que os transportes urbanos devem ser liderados por quem gere o espaço público, “para aumentar a qualidade do serviço”. O Estado assume a “dívida histórica” da empresa e concederá indemnizações compensatórias para cobrir o défice de exploração numa “primeira fase”. Ainda não se sabe durante quanto tempo haverá apoio.

“Os municípios terão de desenhar a rede e a prestação de serviço, de forma a encontrar o equilíbrio de exploração. A ideia é que a STCP encontre o equilíbrio e haja desmame dessa comparticipação. Se fosse para continuarmos a repor sempre o equilíbrio da empresa, não haveria grande vantagem em transferir a gestão”, entende José Mendes. O Ministério do Ambiente encabeça o primeiro processo de descentralização do Governo, mas há a promessa de não se ficar por aqui. O risco, avisam os especialistas, reside na passagem de tarefas sem um envelope financeiro cabal.

António Cândido Oliveira, pro-

fessor da Escola de Direito da Universidade do Minho, lembra que “há cerca de 200 diplomas legais que atribuem competências aos municípios. A regra tem que ser esta: aquilo que os municípios puderem fazer bem ou melhor do que o Estado, então devem fazê-lo”. Porém, considera que a transferência de tarefas não deve executar-se “sem estudo”, pois implica mais recursos e meios financeiros que as autarquias exigirão ao Governo.

**É necessária solidariedade fiscal** A descentralização “pode ser uma armadilha se os municípios não receberem financiamento adequado, como tem acontecido”, defende José Costa. O professor da Faculdade de Economia do Porto adverte que “a descentralização político-administrativa, por si só, não gera equilíbrio das contas públicas. Tem de vir acompanhada de solidariedade fiscal, vertical e horizontal”.

Daí que o geógrafo João Ferrão, do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, sublinhe a exigência de acompanhar a passagem de competências por mudanças na Lei das Finanças Locais, “ou corre-se o risco de ser uma forma do Estado se desresponsabilizar, passando competências para os municípios, sem lhes dar dinheiro nem pessoal”.

O secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, afiança que a descentralização será concertada com as associações nacionais de municípios e de freguesias, comprometendo-se com a alteração das regras de financiamento local. “O que o Governo procura com a descentralização de competências é servir melhor. Qualquer reforma será concretizada com a adequada atribuição de recursos financeiros, que permita o pleno exercício das novas competências”. ●

**Recursos humanos** Há cortes no pessoal desde 2011 na maioria dos 308 municípios. Lisboa foi o que mais emagreceu

# Menos 18 mil trabalhadores em quatro anos

Por **Carla Sofia Luz** carlaluz@jn.pt

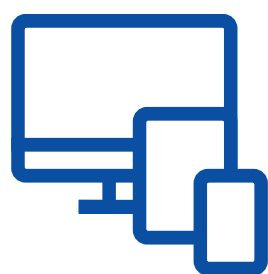
► Os municípios têm cada vez menos funcionários. Desde 2011 que as câmaras perderam quase 18 mil trabalhadores por força das restrições às admissões impostas pelo Governo e do multiplicar das aposentações. A tendência de diminuição inverteu-se ligeiramente no ano passado. Em 2015, havia 117 706 pessoas contratadas pelas autarquias, mais 1431 do que no ano anterior. Só que a subida de 1,2% é impulsionada por um pequeno grupo de municípios que não chega sequer a um terço dos 308.

A maioria continua a emagrecer o quadro de pessoal. Lisboa é a recordista. Entre 2010 e 2015, perdeu 2577 trabalhadores. Em igual período, Braga, Santo Tirso, Loulé, Valongo e Olhão viram partir mais de 300 funcionários cada. “Nos últimos anos, praticamente não tem havido admissões na Administração Local”, explica Francisco Alveirinho. O presidente da Associação dos Trabalhadores da Administra-

ção Local sublinha que a falta de recursos humanos tem sido superada, muitas vezes, pela externalização de serviços e pela contratação “temporária” de desempregados nos centros de emprego. Contam-se, porém, 35 autarquias que chegaram a 2015 com mais trabalhadores do que em 2010, segundo a Direção-Geral das Autarquias Locais.

João Carvalho, coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, realça que esse aumento é “explicável” pela criação de respostas novas na educação, cultura, desporto e lazer. As contratações são motivadas, sobretudo, pelas políticas de apoio às famílias. E quem chega possui mais habilitações. Entre 2010 e 2015, o quadro de pessoal da Câmara de Oeiras foi o que mais se reforçou com um acréscimo de 490 colaboradores. Segue-se o Porto (mais 220). Oliveira de Azeméis, Matosinhos, Aveiro e Sintra engrossam a lista, mas com números mais modestos. ●





# Porto.pt

O portal de notícias do Porto

## Muito mais para dizer sobre a cidade.

Fique a saber mais sobre a atualidade e tudo o que se passa na cidade. Um portal de notícias que convida à participação e partilha cultural, social, recreativa, desportiva e política.

Acompanhe de perto e participe na difusão do melhor que o Porto tem para oferecer.



App disponível em ambiente Android e iOS.

# Porto.



## 40 anos de democracia local Entrevista

**João Carvalho** Coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, crê que as autarquias são boas gestoras da coisa pública e que o Estado devia dar-lhes mais competências

# “Municípios não são culpados da dívida do país”

Por **Alexandra Figueira e Carla Sofia Luz** [afigueira@jn.pt](mailto:afigueira@jn.pt)

► João Carvalho estuda as finanças dos municípios há mais de uma década e define o autarca como um bom gestor que, com apenas 15% do dinheiro público disponível no país, tem sido capaz de prestar novos serviços aos cidadãos e de equilibrar as contas. Em entrevista ao JN, o coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses defende que o Estado teria a ganhar se confiasse mais competências ao Poder Local.

**Sabendo que Portugal é um dos países mais centralistas da Europa, até que ponto as câmaras têm um papel importante na vida das pessoas?**

A distribuição das receitas de impostos e de taxas está muito centralizada em Portugal, em comparação com grande parte dos países. Muitos, como Alemanha e Espanha, têm governos regionais e as receitas são distribuídas pelos governos e pelos municípios. Tirando os Açores e a Madeira, não existem governos regionais no nosso país e as despesas dos municípios correspondem a um valor reduzido em relação à despesa global do Estado, o que é uma pena. Sou um grande defensor

de que os municípios devem ter mais responsabilidades, sobretudo na área social. Estou certo de que a tendência será essa.

**Em que áreas é que as autarquias são determinantes na vida das pessoas?**

Há 30 anos, os municípios dedicavam-se mais à construção. Tinham trabalhadores para reparar estradas, engenheiros e arquitetos. Era quase o modelo de uma empresa de construção. Agora, a realidade é completamente diferente. Os aspetos sociais, a Cultura, o Desporto, a Gestão Ambiental são áreas que os municípios desempenham bem. A proximidade que as câmaras e as freguesias têm com o cidadão é a grande mais-valia e a grande razão para que possam fazer melhor trabalho do que o Estado Central.

**Há uma evolução etápica do Poder Local em 40 anos, com uma primeira fase focada nas infraestruturas básicas, uma segunda fase nos equipamentos e, agora, no imaterial?**

Veem-se claramente as três fases. A fase mais recente é a da responsabilidade social. A própria União Euro-

peia incentiva que o Estado, as autarquias e as instituições de Ensino Superior se preocupem mais com as áreas sociais do que com mais cimento. No Portugal 2020, é muito reduzido o financiamento comunitário para novas construções. E esse é o novo paradigma dos municípios. O município ideal é aquele que praticamente não precisa de fazer obras. Faz manutenção e dedica-se aos aspetos sociais. Se o município ainda está a fazer obras, é porque ainda está em desenvolvimento.

**Em que fase está a generalidade dos municípios portugueses?**

Estão nessa terceira fase. 27% do investimento total das autarquias é destinado à Educação, à Cultura e ao Desporto e há cada vez menos investimento no cimento. Nota-se a tendência no Anuário Financeiro dos Municípios. Naturalmente, seguem ritmos diferentes, mas a tendência é essa.

**Concorda com a ideia de que, até ao início do milénio, os ciclos eleitorais eram medidos em função da obra feita, mas que as últimas eleições já fo-**



**EM 2009, O SALDO EFETIVO DAS AUTARQUIAS ERA NEGATIVO EM 2400 MILHÕES. EM 2015, É QUASE CERTO QUE SERÁ ZERO”**

**NUM MOMENTO DE CRISE PROFUNDA, NENHUM MUNICÍPIO FOI À FALÊNCIA”**

**ram marcadas pelo “value for money”, ou seja quanto é que a Câmara cobra em função do que oferece?**

O ano eleitoral continua a ser o ano mais despesista, em que há uma tendência para agradar ao cidadão. Mas creio que as pessoas já não compram a ideia de que os candidatos vão fazer muitas obras. Valorizam mais o bem-estar social, o apoio às famílias carenciadas, às crianças e à aquisição dos livros essenciais para o ensino não superior. Tudo isso pesa muito mais.

**É possível comparar a fatia de dinheiro público dada aos municípios em Portugal com a média comunitária?**

Olhando à despesa global, juntando Estado, governos regionais e os 308 municípios, 15% dessa despesa é da responsabilidade dos municípios. Não é um valor elevado se dissermos, por exemplo, que em França corresponde a 41% e na Suécia a 48%. Há países em que os municípios têm mais receitas, porque têm mais responsabilidades. O que falta em Portugal é que o Estado se liberte de algumas tarefas, nomeadamente na Educação, na Saúde e no Desporto, que podiam ser bem geri-



ILUSTRAÇÃO: HUGO MACIEL

## “Regionalização passará por uma maior autonomia das comunidades intermunicipais”

**O Estado deve passar competências para os municípios?**  
O Estado tem de fazer contratos de confiança: negociar, município a município, o que lhe dá se ele executar determinadas funções, tal como sucede no Ensino Superior. Defendo que o Estado e os municípios tenham cada vez mais transferências negociadas e consignadas a uma determinada tarefa. O único risco é político, ou seja, de alguns municípios serem beneficiados em prejuízo de outros. O Estado tem de ser mais controlador do que executante: controlar os resultados periodicamente e penalizar pelo incumprimento.

**Em vez de ser pai, deve ser supervisor?**  
Sim, ser supervisor e árbitro e não pai.

**Neste cenário de descentralização, que papel devem assumir as comunidades intermunicipais (CIM) e as áreas metropolitanas (AM)?**

As CIM devem dedicar-se a projetos intermunicipais. Um dos erros cometidos nos últimos anos foi o exagero em fazer obras muito similares ao vizinho, quando poderiam ter feito uma obra para diferentes municípios da mesma região. Não é necessário que todos tenham um pavilhão gimnodesportivo ou uma piscina. Os grandes investimentos intermunicipais devem ser responsabilidade das CIM, promovendo candidaturas conjuntas entre municípios e outras instituições, como universidades e politécnicos. No fundo, estamos a substituir a regionalização.

**Faz sentido atribuir competências próprias às CIM e AM?**  
O ideal é que as CIM tenham autonomia, gestão própria e se responsabilizem por projetos conjuntos, nomeadamente nas áreas dos transportes ou da saúde. A regionalização já se fez, lentamente, ao dar competências às comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) e aos municípios. Se as CIM tiverem mais responsabilidades, praticamente a regionalização está feita. Fui um defensor da regionalização, mas agora não sei se faz sentido.

**Os meios financeiros das CIM e AM são escassos e a multiplicidade de vozes dificulta que falem em uníssono...**  
Conheço algumas CIM e não vejo grandes conflitos. Devem ter uma estrutura mais profissional. Não é só com um secretário e um rececionista que as tarefas se concretizam. Acredito que a regionalização passará muito por uma maior autonomia e responsabilização das CIM.

**A eleição direta dos presidentes das CCDR é o caminho?**  
Os presidentes das CCDR deveriam ser eleitos pelos municípios e por outras forças vivas da região, como as universidades e os politécnicos, já que muitos financiamentos passam pelas comissões. Cada modelo tem prós e contras. As CCDR executam políticas do Governo e poderá ser prejudicial ter uma CCDR a fazer oposição ao Governo, quando estamos a descentralizar. Mas acredito nessa regionalização via CCDR, CIM, AM e municípios.

**Não é defensor da eleição direta das AM?**  
Não vejo vantagens. Já há uma eleição direta: os autarcas foram eleitos pelo povo. Era preferível uma escolha indireta a andarmos com eleições sucessivas.

**A eleição direta não lhe daria maior peso político?**  
Para uma boa gestão dos dinheiros, era melhor que lá estivesse alguém nomeado pelos autarcas. É uma questão política e eu preocupo-me muito mais com os efeitos financeiros. ●

das, quem sabe até melhor, pelos 308 municípios, pelas CCDR e pelas CIM.

**Apesar das promessas, não houve uma forte transferência de competências para as autarquias. O Estado Central desconfia do Poder Local?**  
As pessoas não gostam de perder poder, mas, em 10 anos, a descentralização já aumentou. Ainda se exige muito mais? Exige. Os municípios podiam ter, pelo menos, o dobro das responsabilidades. O Governo transferia as competências e, com isso, teria menos despesas. Sou muito otimista no papel dos municípios. Analiso há mais de 10 anos as suas receitas e despesas e, num momento de crise profunda, nenhum município foi à falência. Houve e há municípios com dificuldades financeiras e com índices de endividamento preocupantes, mas estão a recuperar. A dívida global e o prazo médio de pagamento têm diminuído.

**De um modo geral, os autarcas são bons gestores da coisa pública?**  
A maioria dos autarcas é bom gestor da coisa pública. Apesar de terem mais responsabilidades e dos cidadãos se-

rem mais exigentes, a dívida global tem diminuído.

**Os municípios devem menos do que as Estradas de Portugal...**  
Por exemplo. O valor global não é significativo. O saldo efetivo ainda é negativo. Ainda há mais despesa comprometida face à receita liquidada. Mas, se em 2009 era negativo em 2400 milhões de euros, em 2014 passou para 78 milhões. E nos indicadores de 2015, com metade dos municípios já analisados, é quase certo que o saldo será de zero ou até positivo. Se se confirmar, é algo que nunca aconteceu, será a primeira vez que há um excedente. Os municípios não são culpados da dívida global do país.

**O que levou a esta mudança?**  
Houve maior controlo da despesa, uma maior perceção do eleitor e algum aumento de receitas. O IMI é um fator importante para o equilíbrio das contas dos municípios e a maior parte arrecadou mais receita. O IMT também tem aumentado.

**As autarquias gerem melhor do que**

**o Governo central?**

O grande problema do Estado são as empresas públicas. Aí está a grande despesa. É uma situação curiosa: o Estado controla muito mais as empresas municipais do que as empresas públicas. Exige que as empresas municipais tenham lucro e autonomia financeira ou obriga-as a fechar. Mas não o exige às suas empresas. Se o fizesse, mais de metade teria de fechar.

**O que justifica esta duplicidade?**

É difícil de explicar. Se fossem criadas essas regras para a Administração Central, não haveria Metro de Lisboa, Metro do Porto, RTP, TAP e muitos hospitais teriam de encerrar. Reconheço que essas entidades são fundamentais para o país. De facto, o Governo entende que se as empresas municipais não dão lucro nem têm autonomia financeira devem ser um serviço municipal. Há uns anos, houve alguns exageros e um deles foi a criação de empresas municipais. Chegou quase a ser moda e muitas dependiam do próprio município. Mas há casos em que faz todo o sentido ter uma gestão mais autónoma do município. ●



## 40 anos de democracia local Associações municipais

**Áreas metropolitanas** Eleição direta dos presidentes e reforço de competências arriscam entrar em conflito com municípios

# Superautarquias no Porto e em Lisboa

Por **Alexandra Figueira** e **Carla Sofia Luz** [afigueira@jn.pt](mailto:afigueira@jn.pt)

► Prevista na Constituição, assegura o secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, a eleição direta e universal dos presidentes das áreas metropolitanas – a concretizar-se – criará duas novas estruturas em torno do Porto e Lisboa. Os moldes da sua criação, sobretudo as competências e financiamento, estão a ser negociados, mas prometem polémica. Irão tornar-se uma superautarquia ou serão órgãos de coordenação metropolitana, semelhantes ao atual modelo de áreas metropolitanas (AM)? Hoje, a AM do Porto está a bra-

ços com a estrutura a montar para receber competências sobre o transporte público, até porque a gestão da STCP deverá ser transferida para seis dos seus municípios ainda este mês. E, até agora, esteve concentrada na elaboração de todos os planos estratégicos necessários para acorrer aos fundos comunitários do Portugal 2020.

Um dos programas que gostaria de candidatar é o Parque das Serras do Porto, adiantou o presidente e autarca de Oliveira de Azeméis, Hermínio Loureiro. Apesar do nome, o projeto integra as serras de

Valongo, Gondomar e Paredes e visa explorar não só o potencial turístico, mas também a fileira florestal, até agora desaproveitada.

O projeto intermunicipal tem o apoio da área metropolitana, cujo fulcro é desenvolver “um trabalho de concertação política com base na coesão territorial”, deixando os diferendos políticos do lado de fora da porta, diz Hermínio Loureiro. “Se formos coesos e solidários, teremos mais respeito do Terreiro do Paço, que adora ver o Norte – e a Área Metropolitana do Porto em particular – dividido”, disse.

É nesse cenário que espera que a descentralização prometida seja bem definida, para evitar sobreposições com, por exemplo, as comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). João Serrão, geógrafo do Instituto de Ciências Sociais, reforça a importância de clarificar fronteiras para evitar conflitos institucionais entre as áreas metropolitanas (e as comunidades intermunicipais), as CCDR e os municípios. Recorde-se que o Governo comprometeu-se a eleger por sufrágio direto e universal os presidentes das autarquias metropolita-

nas (tal como o são hoje os presidentes de Câmara) e por sufrágio indireto os presidentes das CCDR. João Serrão alerta ainda para o risco de a democratização destas organizações sacrificar a sua eficiência.

Para Hermínio Loureiro, que garante não pretender candidatar-se à Autarquia metropolitana do Porto, a mudança em curso do enquadramento das áreas metropolitanas deve ser aproveitada para lhes atribuir mais competências do Poder Central, mas também das autarquias. “Têm de o fazer, a bem da eficiência e eficácia”, disse.●

### peçoal

# 23

#### TRABALHADORES

A Área Metropolitana do Porto conta neste momento com 23 pessoas nos quadros de pessoal, a que se somam quatro outros prestadores de serviços na área dos transportes. A estrutura deverá assumir a gestão da rede de autocarros da STCP durante o mês de junho.

### orçamento

# 2,9

#### MILHÕES DE EUROS

A Área Metropolitana do Porto tem um orçamento de 2,9 milhões de euros, com origem em três fontes. Os 17 municípios associados pagam 1,3 milhões de quotas e o Orçamento do Estado transfere 700 milhões. Ainda, 900 milhões vêm também do Orçamento do Estado, mas como contrapartida pelas novas competências nos transportes.

**Reforma** Comissões são o braço do Governo nas regiões, mas no futuro responderão perante os autarcas

## Líderes da CCDR serão escolhidos pelos eleitos locais

Por **Carla Sofia Luz** e **Alexandra Figueira** [carlaluz@jn.pt](mailto:carlaluz@jn.pt)

► Os presidentes das comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que hoje são o braço de Lisboa nas regiões, passarão a ser escolhidos pelos eleitos locais e responderão perante o Conselho Regional, onde os autarcas têm assento. A reforma, defendida pelo Governo, alterará a natureza dos organismos que funcionam como serviços periféricos do Estado, tutelados pelos ministros do Ambiente e do Planeamento.

O espírito da mudança é a “democratização” do modelo organizacional das CCDR, de modo a que recuperem o protagonismo perdido na definição das estratégias regionais. No Norte, António Cândido Oliveira recorda o papel relevante que a comissão teve no país sob as lideranças de Valente de Oliveira e de Braga da Cruz. “Sentiam-

se representantes não do Governo, mas da região perante o Governo. Agora, as comissões não são carne nem peixe”, argumenta o professor da Escola de Direito da Universidade do Minho, defensor da criação de regiões administrativas.

O secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, crê que as CCDR podem ser mais do que “executores dos quadros comunitários”, se tiverem competências e “legitimação democrática”. O Governo perspetiva a eleição do órgão executivo da CCDR, com três a cinco elementos, por um colégio eleitoral formado por eleitos das câmaras e das assembleias municipais e por presidentes das juntas. Esse órgão responderá perante o Conselho Regional. Para Cândido Oliveira, a eleição indireta será um “remendo” na ausência da “solução

mais adequada”: as regiões administrativas. “As CCDR terão de ser repensadas e dotadas de poderes reforçados”, alerta o investigador.

Mas a reforma não é consensual entre os autarcas. Os presidentes dos municípios de Gaia e de Braga encaram-na com reservas. O socialista Eduardo Vítor Rodrigues discorda de sufrágios de segunda linha. “Tenho dificuldade em perceber eleições indoor. Não são virtuosas e poderão conduzir a braços de ferro dentro da região que não são bons para o Norte”, sublinha o autarca, favorável à eleição direta do representante da região. O social-democrata Ricardo Rio aceita a eleição indireta como “primeira experiência” para desonerar a CCDR da submissão ao Governo. “No futuro, devemos avançar para um modelo de eleição direta”.●



► A tranquilidade da beira-rio acaba a meio da tarde, quando os miúdos começam a chegar ao Remadores do Lima, um dos clubes de desportos náuticos de Viana do Castelo. Na cidade situada entre o Lima e o mar, somam-se clubes de vela, canoagem ou surf, onde os jovens têm aulas de Educação Física. É um espelho da região, cujos dez municípios são banhados por um rio ou pelo Atlântico. Alguns, como Ponte de Lima, já têm uma longa tradição em desportos náuticos.

Com esta base, a Comunidade Intermunicipal (CIM) criou o projeto Centro de Mar, que não só requalificou infraestruturas com financiamento comunitário, como montou um Centro de Interpretação Ambiental e de Documentação do Mar e elaborou catálogos turísticos para divulgar a oferta de desportos náuticos dos seus concelhos, entre outros. “Queremos potenciar a atividade das empresas de desportos náuticos e a economia do mar, ajudar a criar emprego”, exemplificou Júlio Pereira, secretário-executivo.

O projeto do Centro de Mar está quase acabado e ilustra o trabalho desenvolvido pelo Alto Minho: cabe-lhe organizar serviços e equipamentos supramunicipais, pensar estratégias de desenvolvimento partilhadas, obter economias de escala ou gerir e candidatar projetos comuns a fundos europeus.

Os 22 trabalhadores da CIM, a operar com um orçamento superior a três milhões em 2015, têm uma agenda cheia. Atuam sobretudo em três áreas: o planeamento e coordenação

**Comunidade Intermunicipal**  
No Alto Minho, os autarcas estão prontos para acolher mais competências

# Desportos náuticos mostram poder da cooperação

Por **Alexandra Figueira** e **Carla Sofia Luz** [afigueira@jn.pt](mailto:afigueira@jn.pt)

nação de serviços públicos (nas águas, transportes, energia, educação ou cultura, entre outros), na promoção da economia regional e dos seus recursos inimitáveis e na estratégia e capacitação institucional, incluindo transfronteiriça.

As CIM permitem “uma verdadeira gestão territorial do país”, mas foram “o cavalo de corrida contra a regionalização”, disse José Costa, da Faculdade de Economia do Porto. São um “remendo”, criado porque Portugal não tem regiões que recebam os subsídios da política europeia, afirmou Cândido Oliveira, da UMinho.

Hoje, têm competências de coordenação e definição de estratégias comuns, que deverão ser reforçadas através do programa de descentralização prometido pelo Governo. Mas o caminho para a descentralização não é consensual, até porque as CIM têm história, capacidades e meios muito diferentes. A Associação Nacional de Municípios recusa soluções casuísticas e pede a criação de programas-quadro, aos quais cada CIM poderia aderir mediante a sua capacidade e vontade.

João Serrão, do Instituto de Ciências Sociais, recomenda “flexibilidade e incrementalismo”, com uma banda mínima e uma máxima de competências. Assim, defende que todas as CIM tenham responsabilidades sobre matérias como os transportes, a água e saneamento, gestão e programação de infraestruturas básicas, de rede; e que as mais bem estruturadas assumam também a atração de investimento, a empregabilidade ou a internacionalização. ●

## pormenores

### CIM FORAM CRIADAS PELA LEI N.º 45/2008

Há oito anos, pela primeira vez, a lei definiu a estrutura das comunidades intermunicipais (CIM), enquanto associações de municípios de fins múltiplos. Um grande incentivo para a adesão a uma CIM foi a possibilidade de contratualizar a gestão de parte dos fundos europeus.

### RECEITAS DO ESTADO E DOS ASSOCIADOS

Este ano, as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas vão receber do Orçamento do Estado 5,6 milhões de euros. Terão ainda as quotas dos municípios associados e verbas próprias, decorrentes da gestão ou da candidatura de projetos a fundos europeus.

## 2,2 MILHÕES DE EUROS

Valor poupado pelos municípios associados da Comunidade Intermunicipal da região de Aveiro na compra de eletricidade. O secretário-executivo da CIRA, José Eduardo Matos, assegura que a compra integrada de eletricidade já poupou aos associados 13% da fatura da luz.



# 40 anos de democracia local Fundos europeus

**Portugal 2020** Projetos das cidades maiores terão via rápida de aprovação

# Dotação municipal pode ser reforçada em 2017

Por **Alexandra Figueira** [afigueira@jn.pt](mailto:afigueira@jn.pt)

► Dois anos depois do arranque do Portugal 2020, nenhum investimento municipal saiu do papel. As comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional disseram ao JN que ainda só aprovaram candidaturas para a elaboração de projetos de planeamento e não investimentos concretos (a do Norte foi a única que não respondeu).

A carga burocrática e de planeamento imposta aos autarcas – e fortemente contestada – levou a sucessivos atrasos, a ponto de nem sequer ter sido cumprida metade das datas de abertura de concursos divulgadas publicamente no ano passado. Também contestado foi o valor atribuído ao investimento municipal, inferior ao do quadro comunitário anterior, para privilegiar a competitividade e internacionalização da economia.

O Governo concorda com as prioridades adotadas pelo Executivo de Passos Coelho, mas admite repensar a dotação para os municípios aquando da reprogramação do Pt2020. Nelson de Souza, secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, adiantou que, em 2017, “certamente” estará disponível para atribuir mais verbas “se hou-

ver necessidade”. “O desenvolvimento equilibrado do território faz parte do núcleo central das preocupações do Pt2020. Ai nunca faltará dinheiro, assim apareçam bons projetos e boa execução”, garantiu.

Quanto ao atraso, poderá começar a ser revertido, uma vez que boa parte dos concursos para municípios abrirem há dois dias. Para as cidades maiores, foram assinados os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), no valor de 716 milhões de euros. Na passada terça-feira, tinham recusado assinar Porto, Gaia, Matosinhos e Gondomar, por discordarem dos valores atribuídos. Ontem, abriram os concursos. Nelson de Souza compromete-se a aprovar até 31 de julho os que forem apresentados até 30 de junho e diz que esta via rápida para aprovação prova a importância dada pelo Governo “à dinamização das economias locais”.

Também no final de maio abriram concursos para o segundo pacote de investimentos municipais do Pt2020, reservado a cidades de média dimensão, no valor de 218 milhões de euros de fundos. O dinheiro será atribuído mediante a aprovação de dois planos estratégi-

cos: os PAMUS – Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentada e os PARU – Programa de Ação para a Reabilitação Urbana. Para acelerar a execução, Nelson de Souza vai aprovar em simultâneo os planos estratégicos e os projetos concretos. “Queremos levar o investimento para o terreno”, reforçou.

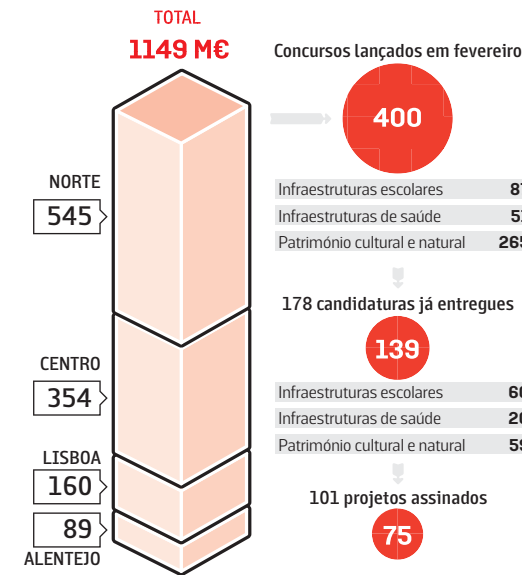
A terceira grande tranche para municípios foi a primeira a arrançar: os Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial foram assinados em fevereiro com as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas e aceitarão candidaturas até ao fim do ano. No total, foi contratualizada a gestão de 1149 milhões de euros. Daí, 400 milhões serão investidos em escolas, unidades de saúde e património cultural e natural. Dos 400 milhões, ainda estão disponíveis 325 milhões.

Somam-se ainda dois outros pacotes financeiros específicos para municípios. Um de 78 milhões, também enquadrado nos pactos, para modernização administrativa, património natural e ambiente; outro de 64 milhões para património natural e cultural e erosão costeira e gestão de riscos. Ambos estão já a aceitar candidaturas.●

## investimento fundos europeus para os municípios

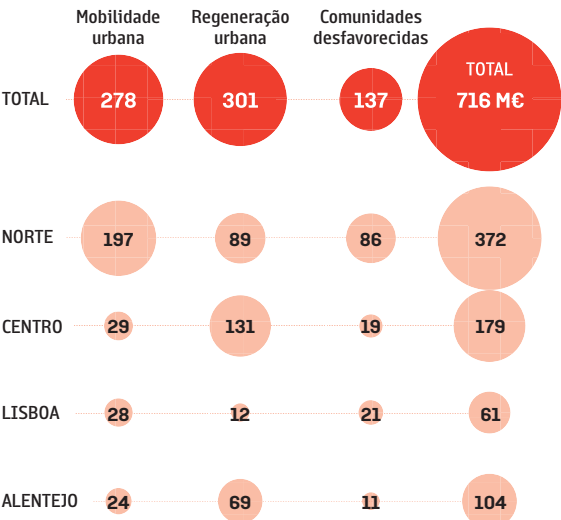
### Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial

Valores em milhões de euros (M€)



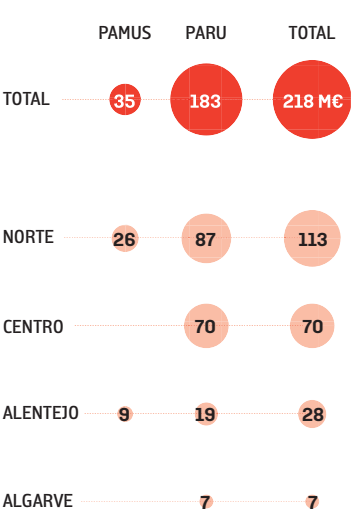
### Cidades de maior dimensão

Já foram assinados Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano com 105 municípios ou organizações municipais, com as seguintes dotações



### Cidades médias

Já abriram concursos para os dois planos estratégicos



### Outros concursos

Vocacionados para os municípios e já abertos



FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E COESÃO INFOGRAFIA JN

## Guia para os fundos

### PORTUGAL 2020

O Portugal 2020 é o quadro comunitário financeiro que decorre até 2020, negociado pelo Governo de Passos Coelho com a União Europeia. Ao todo, Portugal receberá 21 mil milhões de euros do Fundo de Coesão, FEDER e Fundo Social Europeu, a que se somam perto de quatro mil milhões para o desenvolvimento rural. A prioridade foi dada ao investimento na competitividade e internacionalização da economia, com o consequente corte nas verbas para infraestruturas físicas. Os projetos municipais foram enquadrados numa sucessão de planos e programas estratégicos que tiveram de desenvolver.

### PDCT

Os Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial foram contratualizados com comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas. Resultaram de estratégias de desenvolvimento inteligente para as regiões e implicaram o mapeamento de infraestruturas a levar a cabo. O valor a atribuir foi fortemente contestado, sobretudo no Norte.

### PEDUS

Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano enquadram os projetos das cidades maiores. Incluem a mobilidade, regeneração urbana (do património público e privado) e apoio social.

### PAMUS

Os Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentada estão vocacionados para as cidades de média dimensão e vão apoiar investimentos na área da mobilidade e transportes. Incluem o financiamento de medidas que reduzam a emissão de gases com efeito de estufa.

### PARU

O Programa de Ação para a Reabilitação Urbana, também dirigido às cidades médias, visa melhorar a qualidade de vida nas cidades, revitalizando-as. Entre outros, apoiará a descontaminação de zonas industriais ou a redução da poluição do ar e ruído.

## Opinião

# Descentralização – O D por concretizar há 40 anos



ILUSTRAÇÃO JOEL FARIA

**Eduardo Cabrita** Ministro Adjunto

**C**elebram-se este ano 40 anos de democracia local, durante os quais centenas de milhares de portugueses tiveram a oportunidade de exercer funções de governação de proximidade com base na confiança democrática dos cidadãos a nível municipal e de freguesia.

O tipo de responsabilidade e relação estabelecidos com os eleitores é totalmente diferente do existente em eleições de âmbito nacional, com base no escrutínio permanente do desempenho e na avaliação dos resultados com base em critérios que transcendem a mera fidelidade político-partidária.

O Poder Local foi decisivo para a mudança das condições de vida dos portugueses. Do abastecimento domiciliário de água ao acesso à energia elétrica, à educação ou à fruição cultural, o Portugal de hoje tem pouco a ver com o que saiu da ditadura. E tal aconteceu essencialmente por via da ação local.

Passada a fase da garantia das infraestruturas básicas, a promoção da competitividade territorial e a atração de investimento passaram a desempenhar um papel central na atividade local. Os fundos europeus permitiram uma segunda vaga de transformação das políticas territoriais, melhorando a qualidade de vida, nomeadamente no interior, mas não conseguiram evitar os custos da desertificação, fruto do outono demográfico das últimas décadas.

Tendo provado, mesmo durante os últimos anos de recessão e prioridade à disciplina financeira, ser capazes de ter melhor desempenho que a generalidade da administração central – contribuindo com o seu superavit para reduzir o défice público global – os municípios ainda se confrontam com as condicionantes de um centralismo endémico que coloca o nível de despesa pública gerida a nível regional e local muito longe da média europeia, a níveis similares aos da Grécia ou da Turquia.

A decisão de prioridades de investimento a nível local ou as opções de ordenamento do território são decididas em regra por uma tecnoburocracia opaca, sem escrutínio público. Por outro lado, a descoordenação territorial do Estado, ora seguindo o modelo das regiões de planeamento, ora o dos antigos distritos, ora bizzarros modelos vários, tem custos pesados que exigem uma revolução serena ba-

seada na simplificação e na prática militante do princípio da subsidiariedade.

A descentralização assenta na convicção profunda de que as decisões devem ser tomadas ao nível que permita o melhor conhecimento da realidade sobre que se pretende agir e a maior eficácia dos resultados.

Democratizar as CCDR é dar-lhes o estatuto de centros de planeamento estratégico e de formação de pensamento sobre o desenvolvimento regional, com a força reforçada da legitimidade das autarquias da região. Só assim o Norte, por exemplo, terá uma voz própria a definir prioridades de desenvolvimento e no diálogo com a vizinha Galiza.

Eleger diretamente a Autarquia metropolitana do Grande Porto é a única forma de criar um polo de decisão que permita harmonizar interesses nos domínios da gestão dos transportes, da rede de águas, da gestão dos resíduos, da distribuição de energia ou da promoção turística. O atual modelo é de uma ineficácia política total, sem garras para defender os interesses da metrópole em torno do Porto. Conjuguar a intervenção municipal e falar a uma só voz com o Governo ou os interesses económicos determinará uma total alteração na forma de definição de prioridades entre São João da Madeira e a Póvoa de Varzim.

Mas os municípios serão sempre o núcleo duro da governação local onde deverá ser concentrada a generalidade dos poderes de gestão de serviços públicos de carácter universal como a escola pública ou o trânsito urbano, o apoio social às famílias ou os equipamentos culturais locais. Finalmente as freguesias serão a primeira janela do Estado ao serviço da comunidade, gerindo o espaço público, prestando serviços digitais ou promovendo a economia local.

Esta revolução exige que se dispam todos os preconceitos da máquina administrativa sobre a capacidade de, a nível local, gerir melhor e com mais conhecimento. Exige uma verdadeira devolução de poderes, contrariando paternalismos e vanguardismos de todas as cores.

Exige empenho local e a sinergia perfeita de termos um primeiro-ministro que foi por três vezes eleito para a maior Autarquia nacional. ●



## 40 anos de democracia local Reportagem



ILUSTRAÇÃO LEONOR HUNGRIA

**Empreendedores** No concelho mais exportador da Região Norte, a Câmara aposta tudo nos projetos de apoio à criação de novas empresas

# Tradição e inovação Made IN Famalicão

Por **Alexandra Lopes** locais@jn.pt

► Com 201 quilómetros quadrados de perímetro e cerca de 133 mil habitantes, o concelho de Famalicão possui um tecido empresarial dinâmico e diversificado, que faz com que este seja o terceiro concelho mais exportador do país e o líder da Região Norte: segundo os números mais recentes (relativos a 2014), foram exportados bens no valor de 1,7 mil milhões de euros.

Mas se é verdade que o concelho se destaca pela presença de grandes multinacionais e marcas como a Continental, a Coindu, a Primor ou a Salsa, existem múltiplos projetos mais pequenos a florescer, alguns com o apoio do projeto Made IN, lançado em 2013 pela Câmara Municipal de Famalicão.

O Made IN nasceu para “promover o desenvolvimento económico” do concelho, através da “valorização e promoção” da iniciativa empresarial. Uma estratégia que se concretiza através de três eixos de intervenção – incubar, investir e incentivar –, que podem cruzar-se num mesmo negócio.

Apoios considerados importantes por Vanda Ribeiro, uma empreendedora que criou a agência de viagens Go Gal, que começou por se direccionar para o turismo “inclusivo e acessível”, mas alargou entretanto a oferta e cria agora programas de férias em Portugal, à medida de cada cliente.

“Ter estes apoios e a possibilidade de estar aqui alojada é importante porque a evolução de um ne-

**DESDE O  
INÍCIO DE 2015  
FORAM  
APROVADOS  
19 INVESTI-  
MENTOS  
QUE VALEM  
34 MILHÕES  
DE EUROS**

gocio como este é muito lenta”, explica Vanda, referindo-se à possibilidade de estar sediada na incubadora da Casa da Juventude de Famalicão. A juntar ao que poupa por ali estar, Vanda destaca a “dinâmica” existente. “É importante haver esta dinâmica com os outros empreendedores. Sozinha num espaço seria mais difícil”, reconhece.

Tanto Vanda como Susana Dias, também instalada na incubadora da Casa da Juventude, destacam outro tipo de apoios disponibilizados pelo município, como o aconselhamento e encaminhamento, “essenciais” para quem está a começar um negócio.

“Se não tivesse havido a possibilidade de sediar a empresa na incubadora, o arranque teria sido mais difícil”, diz Susana, que criou uma empresa de prestação de cuidados domiciliários. Está ali desde janeiro deste ano e já conta com cinco postos de trabalho.

### Empresários que são mentores

Entre os apoios aos empreendedores inclui-se, por exemplo, uma rede de mentores formada por empresários mais experientes. Mas também há benefícios fiscais para novos investimentos. A Autarquia de Famalicão atribui isenções totais ou parciais em impostos como o IMI e o IMT, bem como benefícios noutras taxas municipais, classificando os novos projetos de interesse municipal.

Para a atribuição de benefícios



fiscais as empresas candidatas são avaliadas através de critérios como o valor a investir, o número de postos de trabalho a criar ou a vocação exportadora. Desde o início de 2015 e até ao passado mês de abril, foram aprovados 19 investimentos, num total de 34 milhões de euros, que perspetivam a criação de 629 postos de trabalho.

“Um dos frutos que mais nos orgulham no Famalicão Made IN é a aproximação notória que houve entre o tecido empresarial, o tecido institucional e o tecido social. Hoje, os empresários sentem orgulho em desenvolver a sua atividade em Famalicão e são parceiros ativos da Autarquia no desenvolvimento de múltiplas atividades”, destaca o presidente da Câmara de Famalicão, Paulo Cunha.

O tecido empresarial famalicense não é apenas formado por pequenos empreendedores. Há gigantes que se destacam e são decisivos para que o concelho lidere as exportações no Norte e seja o terceiro concelho mais exportador do país. A indústria transformadora é aquela que concentra maior percentagem do valor das exportações, seja no têxtil, seja no setor da borracha (Continental), passando pelo agroalimentar e pela indústria metalúrgica. O setor mais numeroso é o que se dedica à produção de vestuário e aos têxteis. Mas as indústrias alimentares e as produções metálicas também ocupam um lugar de relevo.

#### A importância dos pneus

A alemã Continental Mabor tem um peso substancial no que diz respeito às exportações. É a quarta empresa mais exportadora do país: vende para o estrangeiro 98% dos 17 milhões de pneus produzidos anualmente. E apesar do conhecido problema de acessos à zona industrial onde está situada, foi anunciado recentemente um novo investimento, um projeto de expansão no valor de 61,2 milhões de euros, financiado com fundos europeus, e que dará trabalho a mais uma centena de pessoas.

O setor têxtil mantém também um grande peso na economia do concelho. Empresas como a Salsa, a Riopele ou a Coindu são alguns dos nomes mais importantes.

E se é em Famalicão que estão centros de investigação ligados ao têxtil e à nanotecnologia, o concelho reivindica igualmente um Centro de Competências do Agroalimentar, pela “forte implantação” de empresas desta área. ●



ILUSTRAÇÃO RUI GOMES

**Incubadora** Nove empresas instaladas na Riopele

## Tecnologia no coração do têxtil

► Foi há menos de um ano que a Riopele abriu as portas a uma incubadora. Requalificou um dos seus edifícios industriais e, em conjunto com a Câmara de Famalicão, preparou-se para receber uma série de novos negócios ligados à indústria têxtil.

Atualmente, são nove as empresas alojadas na incubadora. E duas delas já têm em desenvolvimento projetos para a Riopele. “Um desses projetos já está contratado e tem a ver com a nova revolução industrial e a temática da robótica, com a agilização dos processos em termos fabris”, explica Bernardino Carneiro, administrador da Riopele.

“O outro projeto tem a ver com sites e redes sociais e é também uma oportunidade para ajudarmos ao progresso da empresa que o desenvolve”, acrescentou. O sistema que a Kortex está a desenvolver para a Riopele tem a ver com a velocidade de entrada e acesso à informação, adianta Rui Abreu. Para já, nesta empresa de hardware e software trabalham quatro engenheiros.

Além deste projeto existem outros sediados na incubadora que a Riopele acolhe, e que a empresa têxtil encara como uma questão de responsabilidade social. “Sempre vi-

mos esta parceria como uma ideia de responsabilidade social, mas surgem oportunidades e o desenvolvimento do dia a dia proporciona este tipo de sinergias”, afirma Bernardino Carneiro.

Outro dos exemplos presentes na incubadora da Riopele é a Liktuga, que produz vestuário com aplicação de cortiça. São peças de vestuário destinadas aos turistas: camisolas que podem ter aplicações do desenho dos moliceiros de Aveiro em cortiça, de Fernando Pessoa e outros ex-libris do país.

Os empreendedores que pretendam incubar os seus projetos na Riopele têm de apresentar um plano de negócios ou desenvolvê-lo através do Gabinete do Empreendedor do Made IN. As empresas não podem ter mais de três anos de atividade e podem estar ali albergadas durante dois anos (gratuitamente durante seis meses, e a pagar uma “quantia simbólica” depois disso). “No âmbito do Gabinete do Empreendedor, já criamos cerca de 50 empresas, e várias outras estão em vias de criação. São cerca de 80 empresas desde a abertura, em outubro de 2014, e mais de 100 postos de trabalho”, adianta Augusto Lima, coordenador do Made IN. ●

### Números

# 12 000

#### EMPRESAS

estão instaladas no concelho de Famalicão. A maioria são pequenas e médias empresas, com menos de 250 trabalhadores.

# 4,2

#### MIL MILHÕES DE EUROS

foi o volume de negócios das empresas famalicenses em 2014. O saldo da balança comercial atingiu os 804 milhões de euros.

# 5,4%

#### CRESCIMENTO

das exportações em 2014, segundo o Anuário Estatístico de 2014. Em 2013, as vendas ao estrangeiro também cresceram 5%. Um crescimento superior à média da Região Norte.

# 6554

#### DESEMPREGADOS

estavam inscritos no Centro de Emprego de Famalicão no passado mês de março.

# 10%

#### EXPORTAÇÕES TÊXTEIS

é a percentagem do total do setor têxtil do país pela qual são responsáveis as empresas famalicenses, que no concelho empregam 11 mil pessoas.



## 40 anos de democracia local Reportagem

**Fundão** Autarquia apostou há 14 anos em dois clusters (a cereja e o setor dos polimentos) que continuam a crescer e a atrair investimento

# Um pastel de cereja na mala Vuitton

Por **Célia Domingues** locais@jn.pt

► Foi há 14 anos que a Câmara do Fundão identificou duas áreas estratégicas para o desenvolvimento: por um lado, a necessidade de potenciar os pomares de cereja; por outro, aproveitar a mão de obra que a crise na indústria dos têxteis da região da Cova da Beira libertou para a área dos polimentos. Os resultados são visíveis.

A produção de cereja cresceu cerca de 30% e prevê-se, para os próximos cinco a seis anos, um incremento adicional de 30% a 40%. Foram criados mais de 30 produtos associados ao fruto e fazem-se experiências em novas ideias, como o gin ou os produtos cosméticos.

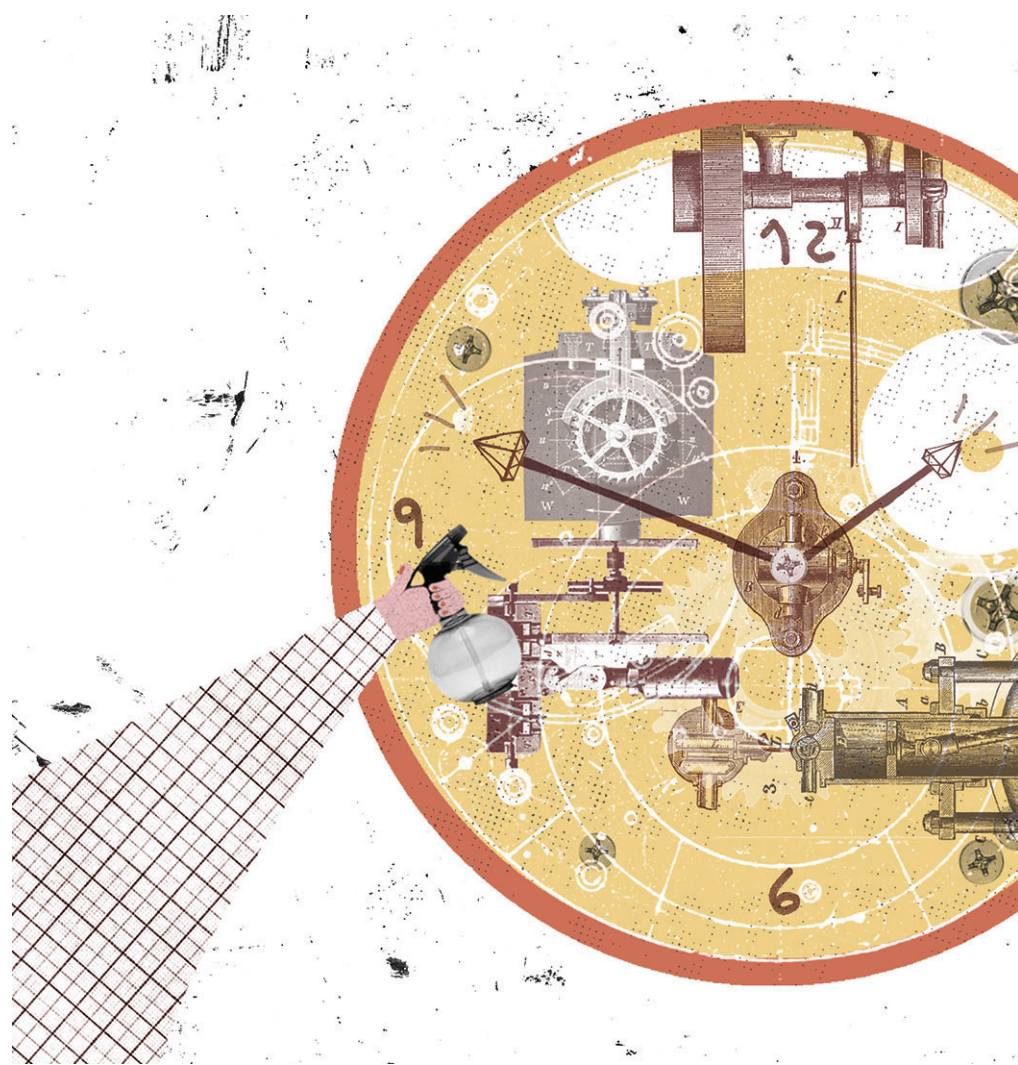
O Fundão está, por outro lado, na rota do processo de fabrico de algumas das marcas mais famosas de artigos de luxo, como a Hermès, Louis Vuitton, Rolex ou Cartier. E quatro empresas do setor dos polimentos estão a ampliar instalações. “Estávamos com uma empregabilidade de 400 pessoas. Neste momento, já estamos acima das 700 e, com as ampliações em curso, poderemos estar, dentro um ano e meio, com mais de mil pessoas a trabalhar neste setor”, adianta Paulo Fernandes, presidente da Câmara do Fundão, que lançou recentemente um apelo público sobre a necessidade de serem construídas mais habitações no concelho. “Em três anos, vamos precisar de pelo menos 400 casas de tipologia T2 e T3, graças ao aumento da empregabilidade. Esta também é uma oportunidade para as empresas de construção civil”.

O cluster dos polimentos de artigos de luxo pode contar com a redução de pagamento de taxa de Imposto Municipal so-

bre Imóveis (IMI), que pode chegar à isenção, consoante o número de postos de trabalho criados. “Já investimos quase 400 mil euros na criação de valências e na compra de equipamentos para facilitar a criação de um viveiro para a requalificação das pessoas e ajudar a componente do recrutamento. É o município a formar mão de obra para a indústria porque é isso que ela procura. Estamos nisso com o IIEFP, mas o município é o investidor”, frisa Paulo Fernandes.

O autarca lembra que há 14 anos, quando foi lançada a estratégia de potencialização destes dois setores (era vice-presidente do município na altura), já se previa a chegada da crise. Contudo, a palavra de ordem foi a de não baixar os braços e ser-se criativo, original no contexto da rede de municípios portugueses. “O que muitas vezes falta ao país é a continuidade das políticas. Os municípios, de alguma forma, correspondem a essa estabilidade de relações e confiança com os empresários, o que minimiza um dos maiores problemas de Portugal, a instabilidade fiscal e jurídica, que não é nada amiga dos investidores”.

Para o autarca e também presidente da Rede de Cidades Criativas, “as autarquias não têm poderes limitados, mas querem alguns poderes que a administração central detém. As autarquias têm poder suficiente para alterar o paradigma e trabalharem agora na inovação, na criação de valor. Nos territórios de baixa densidade, como é aquele onde estamos, é absolutamente vital. A forma como exercemos esse poder é que faz a diferença”.●



**Cluster** Autarquia aposta na formação de mão de obra

## As mãos que dão polimento ao luxo

► Uma década foi suficiente para o Fundão se posicionar no setor dos polimentos de artigos de luxo a nível europeu, com o contributo de muitos portugueses na diáspora. A posição mantém-se e o cluster está em crescimento. Quatro das nove empresas localizadas no concelho estão a ampliar instalações, prevendo-se a criação de mais 300 postos de trabalho em três anos, que se juntarão aos 700 já existentes. A atividade, cuja finalidade é polir, limpar e dar os últimos retoques a peças de metal que são depois aplicadas em artigos das mais conceituadas marcas de luxo (cintos, carteiras, malas, relógios) tem no Fundão o conhecimento do “saber fazer” que a indústria exige.

Paulo Nobre é diretor-geral da J3LP, uma das maiores empresas da zona industrial da cidade. Esta foi uma das primeiras unidades a instalar-se no Fundão. Fundada em 2005, começou por dar emprego a 12 pessoas. Atualmente, são 220 pessoas que ali trabalham (60% são mulheres), com uma média de idades de 37 anos.

Tal como as restantes empresas que prestam serviços a marcas como a Louis Vuitton, Hermès, Rolex, entre outras, a J3LP exporta

toda a produção: peças metálicas enviadas pela respetiva marca e que requerem o polimento manual, com grau de elevada qualidade, para poderem ser aplicadas em acessórios de luxo.

### O regresso do emigrante

“Um emigrante do Fundão fazia este trabalho em França e, nos anos 80, regressou a Portugal e montou uma empresa de polimento, depois de alguns contactos com empresas do ramo de artigos de luxo, no sentido de assumir uma prestação de serviço a partir de Portugal”, conta Paulo Nobre. Em 2014, a empresa foi vendida à J3LP, que se via confrontada com um aumento de atividade. “Existe no Fundão um know-how importante. O polimento de peças metálicas não é um trabalho que se aprenda facilmente. O grau de qualidade que é exigido pelo nosso cliente já estava instalado no Fundão. São sobretudo pessoas que trabalharam nos têxteis e que se adaptaram muito bem a este tipo de trabalho”, diz o diretor-geral, que anuncia a ampliação das instalações fabris para mais 1300 metros quadrados de área, e consequente aumento de postos de trabalho para mais 50



ILUSTRAÇÃO SORANA OLIVEIRA

**Cereja** Já há uma lista interminável de produtos associados ao fruto

# Sete mil toneladas por ano e muitas doses de criatividade

► Falar de cereja no Fundão também é falar do pastel de cereja, da almofada com caroços de cereja, dos licores e dos doces, do bombom de gelado de cereja (Santini), do iogurte grego à moda antiga com cereja do Fundão (Yonest), da bola de Berlim de cereja (Sacolinha), do chá preto aromatizado com cereja do Fundão (Lisbon Tea CO), ou do mais recente néctar de cereja do Fundão (Compal). A lista é quase interminável, mas muitos outros produtos da cereja estão em estudo, nas áreas da cerveja, do gin ou dos produtos de cosmética. O setor está em fase de grandes investimentos, com o crescimento da área de pomares e um aumento da produtividade por hectare.

Este é o patamar a que chegou entretanto a estratégia de qualificação e promoção da cereja do Fundão, lançada pelo município há 14 anos. Desde essa altura a produção do fruto cresceu cerca de 30%. Segundo os dados do município, prevê-se nos próximos cinco a seis anos um crescimento de mais 30% ou 40% na área da cereja, assim como de outros produtos que alimentam o mercado abastecedor aberto pela Câmara, onde também entram mirtilos, pêssegos, figos e castanhas.

A cereja tem um valor económico e social muito grande no Fundão. O setor movimenta cerca de 20 milhões de euros por ano, agrupa cerca de 300 produtores, com uma produção de sete mil toneladas por ano (dados médios dos últimos anos), o que representa quase 50% da produção nacional de cereja. Por altura da colheita, há centenas de pessoas que procuram ganhar um dinheiro extra ou até mesmo um ordenado.

## União de produtores e certificação

A estratégia de promoção da cereja arrancou com a união dos produtores, com a criação da marca “Cereja do Fundão” e com a instalação da Cerfundão, uma unidade de certificação e investigação do fruto, criada pelo município.

Um dos primeiros produtos a nascer a partir da cereja do Fundão foi criado em 2010 pelas mãos do chefe de cozinha da Escola de Hotelaria e Turismo, João Paulo Carvalho, que criou o famoso pastel. Hoje, a doçaria com base na cereja está presente em praticamente quase todas as pastelarias com fabrico próprio no Fundão.

É o caso de Jorge Machado, proprietário da Pasteleira Paris. “Aos fins de semana, param aqui autocarros com turistas ansiosos pelo pastel de cereja”, garante. Com larga experiência na área, Jorge Machado criou entretanto outros doces, como o croissant de cereja, a cavaca de cereja, entre outros. “Dá-nos muito trabalho, porque temos de lhes tirar os caroços e este é um trabalho manual”, diz. Uma tarefa que confia a um jovem a quem dá emprego durante a época da colheita. No resto do ano, “aplicamos cereja congelada. Mas não é a mesma coisa”, admite.●



ILUSTRAÇÃO JOÃO PAQUÊCO

empregos. O município do Fundão criou a Living Lab e uma equipa permanente de trabalho que coordena a área de formação, internacionalização do setor e as parcerias estabelecidas com as indústrias de moldes da Marinha Grande.

Na antiga fábrica de confeções Eres, fruto do programa Jessica para a revitalização de áreas industriais abandonadas, está a funcionar a empresa CIMD – Companhia Industrial de Materiais Duros, que integra um grupo francês de relojoaria instalada no Fundão há dois anos e meio, mas que precisava de duplicar a sua estrutura.

“As empresas de luxo não entregam este serviço aos países fora da Europa. O cliente é exigente e valoriza a origem do artigo. Estamos a falar de produtos que podem custar até quatro mil euros e esse pormenor é muito importante para o cliente”, frisa Paulo Nobre, que destaca a boa relação mantida com a Câmara.

“Nunca recorremos a nenhum apoio, apenas o do IMI, de que estamos isentos. Mas a parte da formação que a Autarquia está a implementar é muito importante e pode alavancar ainda mais este setor”.●

**SETOR  
MOVIMENTA  
20 MILHÕES  
DE EUROS  
POR ANO  
E AGRUPA  
300  
PRODUTORES**



## 40 anos de democracia local Reportagem

**Arcos de Valdevez** Uma estratégia de desenvolvimento que valoriza a Natureza

# Respirar o ar da Reserva Mundial da Biosfera

Por **Ana Peixoto Fernandes** locais@jn.pt

► Uma ecovia de 32 quilómetros, que atravessa o concelho de Arcos de Valdevez de lés a lés, é uma espécie de espinha dorsal da estratégia que tira partido da riqueza natural e paisagística daquele município do Alto Minho, e que é, afinal, um dos seus principais motores de desenvolvimento económico.

A via verde, que se desenha em paralelo com as margens dos rios Lima e Vez, a partir de Jolda S. Paio, zona de fronteira com Ponte de Lima (Refoios), chegou no final do verão passado a Sistelo, onde os socalcos agrícolas estão em processo de classificação como Paisagem Natural.

Esta última freguesia, inserida já no Parque Nacional da Peneda-Gerês, está também por isso a despertar a atenção de turistas e, por arrasto, o interesse de investidores na área da restauração, alojamento e animação turística.

O plano da Câmara presidida por João Esteves é continuar a investir neste filão, criando uma rede de equipamentos e estruturas para usufruto dos recursos naturais, dando a máxima visibilidade a um município que tem “um terço do seu território” inserido na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês e classificado pela UNESCO como

Reserva Mundial da Biosfera. O autarca garante que a estratégia tem dado os seus frutos.

“O tecido económico tem crescido muito à volta do alojamento, gastronomia e empresas de animação. Tudo o que é turismo aqui gravita em torno da Natureza e nisso nós estamos no top europeu. Temos todas as classificações de excelência”, afirma João Esteves, referindo que nos últimos dois anos a capacidade de alojamento teve um crescimento de cerca de 80%. “Não tínhamos unidades hoteleiras modernas e apareceram. Abriam dois hotéis novos, com o conceito de Natureza e Ambiente. E todas as unidades estão a tentar certificar-se em termos ambientais”, diz.

### Ecovia e trilhos até ao Gerês

Entre Alojamento Local, Turismo no Espaço Rural, Turismo de Habitação e hotéis, existem em Arcos de Valdevez um total de 78 empreendimentos turísticos, com uma oferta total de 727 camas (437 quartos). Recentemente, entraram em funcionamento o Parque de Campismo de Travanca (400 lugares) e os hotéis do Mezio (25) e dos Arcos (130 camas). Na autarquia estão pendentes para aprovação “mais quatro grandes empreendimentos

turísticos para criação de 50 camas”.

Puxando a brasa à sua sardinha, João Esteves gosta de dizer que “em Arcos de Valdevez respira-se ar da Reserva Mundial da Biosfera”. E que o espaço natural no seu estado puro constitui “a nova infraestrutura” que dinamiza a atividade económica. “Se para ter uma zona industrial preciso de ter infraestrutura pesada, estradas, por exemplo, aqui a melhor forma de transformar a Natureza foram a ecovia e os trilhos. Temos 300 quilómetros de trilhos e neste momento estamos a identifica-los e a valorizá-los”.

O projeto tem avançado através de uma parceria com a Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (ARDAL), um coletividade sem fins lucrativos, criada em 2000 para “promover o desenvolvimento” em ligação com as populações e instituições locais, através da “plena valorização dos recursos humanos e naturais do concelho de Arcos de Valdevez”.

Atualmente, a ARDAL está sediada e administra a Porta do Mezio, um dos cinco pontos oficiais de receção a turistas do Parque do Gerês, por onde passaram em 2015, segundo o diretor Pedro Teixeira, “cerca de 40 mil pessoas, a pagar”.●



ILUSTRAÇÃO BRUNO PALÃO

**3**  
NOVOS  
PROJETOS  
PARA  
PROMOVER  
TURISMO  
AMBIENTAL

**CÂMARA  
DE ARCOS  
DE VALDEVEZ  
QUER  
POTENCIAR  
O APROVEITA-  
MENTO DE  
RECURSOS  
NATURAIS**

### Parque biológico na Porta do Mezio

Para o autarca de Arcos de Valdevez, a Porta do Mezio constitui mais uma “plataforma giratória para todas as atividades em torno do ambiente”, pelo que novos projetos estão a caminho para a tornar ainda mais atrativa. “Vamos apresentar uma candidatura já no início deste mês para criar um parque biológico, com fauna e flora autóctones. Não queria chamar-lhe parque zoológico, mas no fundo acaba por ser”, adianta João Esteves, referindo que o equipamento acolherá 27 espécies, das quais 15 são selvagens e 12 domésticas.

### Três novos jardins na marginal da vila

A Faculdade de Ciências da Universidade do Porto está a colaborar na criação de um ecoparque na zona urbana de Arcos de Valdevez. “É a continuação do projeto do Campo do Trasladário, um espaço interpretativo do Parque do Gerês, que já tem um circuito biossaudável para as pessoas poderem caminhar. Vão ser feitos três jardins inspirados numa figura emblemática do desenvolvimento sustentável, inovação e energias renováveis, que é o Padre Himalaia”, avança João Esteves. Um investimento de 800 mil euros.

### Socalcos de Sistelo como paisagem cultural

Um dos projetos em curso para potenciar a atração turística no concelho de Arcos de Valdevez é a classificação dos socalcos agrícolas de Sistelo como paisagem cultural. “É mais um ícone, mais uma paisagem distinta, com uma beleza fantástica e aí claramente com o Homem em ação com a Natureza. Neste momento, estamos a terminar os estudos e ainda no mês de junho reuniremos mais uma vez com a Comissão de Acompanhamento da Direção Regional de Cultura, para se avançar com o projeto”, adianta João Esteves.





[www.vilanovadefamalicao.org](http://www.vilanovadefamalicao.org)  
[facebook.com/municipiodevnfamalicao](https://facebook.com/municipiodevnfamalicao)



APOIOS



# ANTO NINAS

## 16 FAMALICÃO

### 3a13 JUNHO

#### PROGRAMA DESTAQUES

SEXTA 14H30  
**03 JUNHO** **DESFILE DAS MARCHAS ANTONINAS INFANTIS**  
PERCURSO: AV. 25 DE ABRIL  
ATÉ ÀS PISCINAS MUNICIPAIS

SÁBADO 18H00  
**04 JUNHO** **GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO BERNARDINO**  
INÍCIO: PARQUE DA JUVENTUDE

QUARTA 22H00  
**08 JUNHO** **RICHIE CAMPBELL**  
LOCAL: PRAÇA D. MARIA II

SEXTA 09H30  
**10 JUNHO** **XI CAMINHADA CAMILIANA "DE FAMALICÃO A SEIDE S. MIGUEL"**  
CONCENTRAÇÃO: PRACETA CUPERTINO DE MIRANDA

15H00 - 22H00  
**4ª DESCIDA MAIS LOUCA**  
CONCENTRAÇÃO/LOCAL: S. TIAGO DE ANTAS

22H00  
**ANTÓNIO ZAMBUJO**  
LOCAL: PARQUE DA DEVESA

SÁBADO 21H00  
**11 JUNHO** **FESTIVAL ETNOGRÁFICO**  
25º ANIVERSÁRIO DA RUSGA DE JOANE  
LOCAL: PARQUE DA DEVESA

DOMINGO 21H30  
**12 JUNHO** **MARCHAS ANTONINAS**  
INÍCIO: AVENIDA DE FRANÇA

SÁBADO 17H00  
**13 JUNHO** **PROCISSÃO SOLENE**  
INÍCIO: RUA ALVES ROÇADAS

22H00  
**ENCERRAMENTO DAS FESTAS ANTONINAS 2016**  
SESSÃO PIROMUSICAL  
LOCAL: PARQUE DA DEVESA

CONSULTE TODA A PROGRAMAÇÃO EM:  
[www.vilanovadefamalicao.org](http://www.vilanovadefamalicao.org)



## 40 anos de democracia local Reportagem

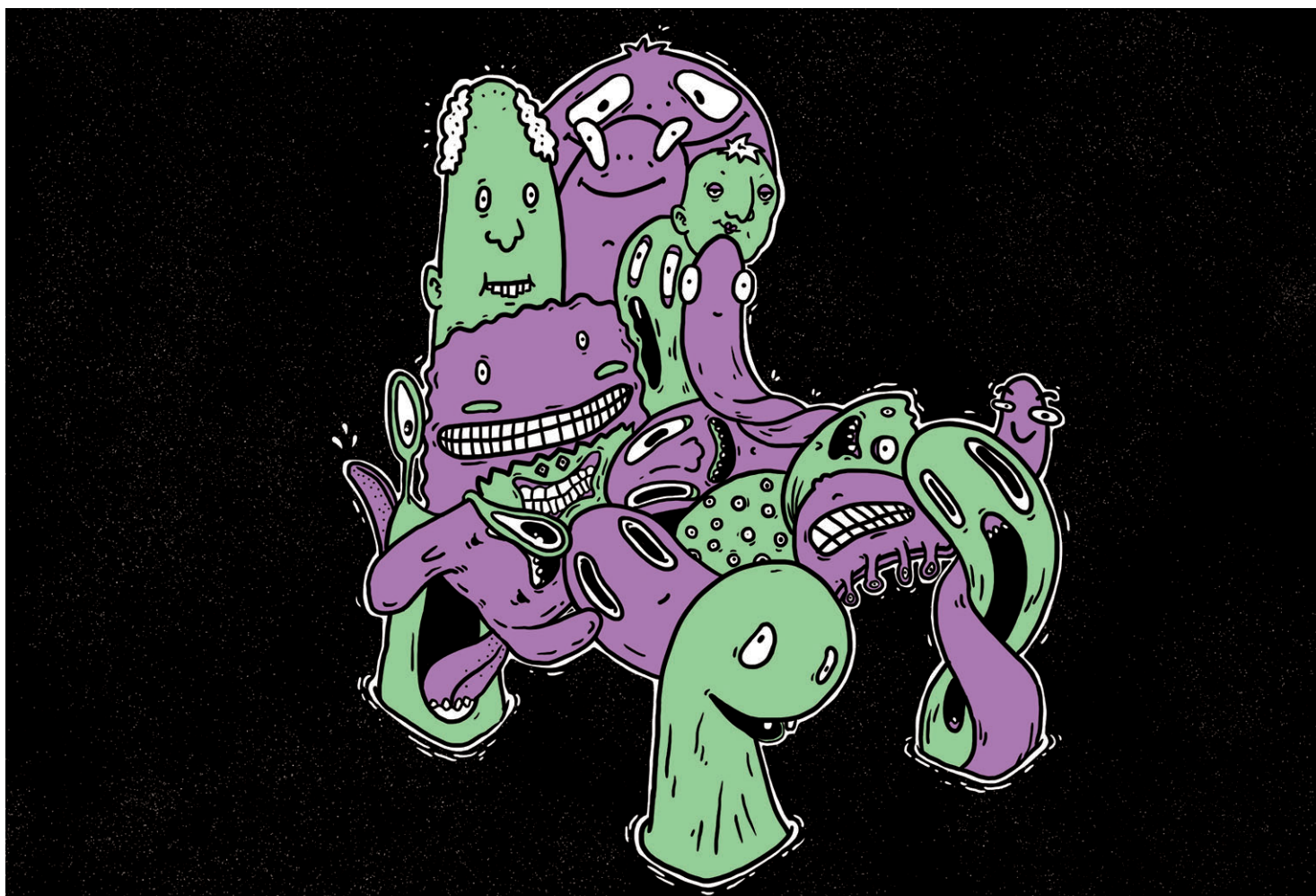


ILUSTRAÇÃO MARIA PINHEIRO

► O Art on Chairs foi criado, em 2012, para revitalizar o setor do mobiliário, que emprega a maioria da população do concelho de Paredes. A Autarquia acreditou que, ao colocar designers a trabalhar diretamente com as empresas da terra, o mobiliário “made in” Paredes ganharia notoriedade e prestígio que lhe permitiria conquistar os mercados externos. E se assim o pensou, melhor o concretizou com a realização de exposições, criação de residências para designers e através de parcerias com o Museu do Design e da Moda. Também avançou com uma incubadora para o design de mobiliário, a Aldeia Agrícola, e colocou os alunos das escolas do município a desenhar cadeiras artísticas.

A ideia, mas sobretudo a forma como o Art on Chairs foi implementado, mereceu o reconhecimento da União Europeia que, em 2014, o distinguiu com o Regiostars, os “óscars” europeus para projetos na área do desenvolvimento regional e boas práticas nas políticas públicas. O prémio funcionou como alavanca para a segunda edição do Art on Chairs, que voltou a apostar no design, mas que, simultaneamente, desenvolveu uma vertente mais comercial.

E com esse intuito foi apresentada, no início de 2015, a WIDU, uma “spin off” que agregou cerca de dez empresas de mobiliário de Paredes sob a mesma marca. “Quisemos criar uma empresa que trabalhará à escala global, porque nenhuma fábrica de Paredes tem, sozinha,

**Paredes** Art on Chairs junta empresas do concelho e nove designers portugueses e estrangeiros coordenados por Toni Grilo

# A ambição de criar uma nova marca de mobiliário

Por **Roberto Bessa Moreira** locais@jn.pt

capacidade de resposta para os grandes mercados”, explica o autarca Celso Ferreira.

Querendo afirmar-se no segmento médio/alto e de luxo, a WIDU escolheu Toni Grilo para a direção criativa e para selecionar nove peças desenhadas por conceituados designers portugueses e estrangeiros. A coleção, assim como a marca WIDU, foi apresentada na feira Maison & Object de Singapura e passou depois por Miami e Nova Iorque. “Quisemos testar o modelo e a opinião de todos é que foi um sucesso. A WIDU tem todas as condições para ser global”, refere Celso Ferreira, para quem o Art on Chairs “trouxo a Paredes uma notoriedade que não tinha”.

### Notoriedade e vendas

Mário Rocha, mentor da Antarte, empresa que produziu as cadeiras para Cavaco Silva e José Mourinho, no âmbito do projeto “Duets”, também defende que o projeto deu “notoriedade e visibilidade” ao mobiliário de Paredes. “E tudo isso se reflete nas vendas”, diz.

“Sinto que a imagem do mobiliário de Paredes e português está a mudar nos mercados internacionais. Não só pelo Art on Chairs, mas também pelas participações coletivas que se vão fazendo nas feiras”, complementa Elsa Leite, da Fena-bel. Já Adriano Campos, administrador da CM Cadeiras, alega que o “Art on Chairs não deu o retorno que seria de esperar”, mas ajudou a que se soubesse que “Paredes não é Paços de Ferreira”.●

### Pormenores

# 2,8

### MILHÕES DE EUROS

é o valor do apoio dado ao Art on Chairs pelo “ON.2 – O Novo Norte”. A Câmara investiu mais 150 mil euros. Dinheiro para a construção de residências de designers, concursos internacionais e levar as cadeiras a exposições que decorreram em Paris, Milão, Pequim e Singapura.

### CADEIRAS DE FAMOSOS

Muita da visibilidade do Art on Chairs foi alcançada através do Duets. Nessa iniciativa, designers conceituados desenvolveram diferentes cadeiras inspiradas em personalidades como Cristiano Ronaldo, Maradona, Lula da Silva ou Cavaco Silva. Estas cadeiras foram depois de expostas em várias cidades, leiloadas e os 112 mil euros de receita doados ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

# 500

### MIL EUROS

serão necessários cerca de 500 mil euros para suportar o custo com a conceção de novos produtos, a participação em feiras e o trabalho comercial”, frisa Celso Ferreira. A sociedade da WIDU ainda não está constituída. A formalização está à espera de fundos comunitários.

### TERCEIRA EDIÇÃO

A terceira edição do Art on Chairs deverá ser apresentada em setembro deste ano e no início de 2017 as diferentes iniciativas começarão a ganhar forma. “Será uma edição virada para a comunicação internacional e para a concretização comercial”, avisa o edil local. Nesse sentido, serão valorizados os produtos “mais comercializáveis” apresentados nos concursos de design que, mais uma vez, têm lugar garantido.



# FESTA DO MUNICÍPIO PROENÇA-A-NOVA

## 09 A 13 JUN ' 2016

### CAÇA & PESCA

ANIMAÇÃO EM REDE: BEIRA BAIXA - TERRAS DE EXCELÊNCIA

#### 09 JUNHO

quinta-feira

**18H00** ABERTURA OFICIAL  
DEMONSTRAÇÃO DE FALCOARIA  
**19H30** COZINHA AO VIVO  
**20H30** BOMBOS DA CASA DO BENFICA DE PROENÇA-A-NOVA  
**21H30** HIP HOP DA CASA DO BENFICA DE PROENÇA-A-NOVA

**QUIM BARREIROS**

MIGUEL AGOSTINHO

#### 10 JUNHO

sexta-feira

**10H00** 1ª PROVA DE CÃES COELHOIS  
*A contar para o campeonato nacional*  
**16H30** DEMONSTRAÇÃO DE FALCOARIA  
**17H30** TEATRO INFANTIL  
**18H00** RONCOS & CURISCOS - ANIMAÇÃO  
**18H30** COZINHA AO VIVO  
**19H30** DEMONSTRAÇÃO DE FALCOARIA  
**20H30** GINÁSTICA SÉNIOR: AULA DE ENCERRAMENTO 2015/2016  
**21H30** TEOREMA  
**22H30** SOUL BROTHERS EMPIRE

**KARETUS**

DJ KHAMIX  
DJ R3AKTIV

#### 11 JUNHO

sábado

**07H00** PROVA DE SANTO HUBERTO  
*Apuramento à final do campeonato nacional*  
**16H00** 37º GRANDE PRÉMIO ABIMOTA: FINAL DA ETAPA  
**16H30** DEMONSTRAÇÃO DE FALCOARIA  
**17H00** PROVA DE OBEDIÊNCIA E AGILITY  
*Núcleo Canicultura - ESAC*  
**MEIAS-FINAIS DA X TAÇA DO MUNICÍPIO**  
**17H30** ESPETÁCULO DE BOLAS DE SABÃO - ANIMAÇÃO  
**18H00** POSTAS DE BACALHAU - ANIMAÇÃO  
**18H30** COZINHA AO VIVO  
**19H30** DEMONSTRAÇÃO DE FALCOARIA  
**21H30** OS KOPINXAS - TEATRO DE RUA

**EXPENSIVE SOUL**

AMIGOS DO PRESIDENTE  
DJ BOB DECYNO

#### 12 JUNHO

domingo

**07H00** PROVA DE SANTO HUBERTO  
*Apuramento à final do campeonato nacional*  
**TORNEIO DE PESCA DESPORTIVA**  
**12H00** TOC & RÓDÃO - GRUPO DE PERCUSSÃO  
**15H00** DEMONSTRAÇÃO DE BINÓMIOS DA GNR  
**16H30** DEMONSTRAÇÃO DE FALCOARIA  
**17H00** PALESTRA: "AS ESPÉCIES CINEGÉTICAS E AS SUAS AMEAÇAS" - FENÇAÇA  
**17H30** CAÇA E PESCA AO TESOURO - ANIMAÇÃO INFANTIL  
**18H00** DIXIE NAZA JAZZ BAND - ANIMAÇÃO  
**18H30** COZINHA AO VIVO  
**19H00** FINAL DA X TAÇA DO MUNICÍPIO  
**19H30** DEMONSTRAÇÃO DE FALCOARIA  
**21H00** GRUPO DE FOGO FLAMMA LUNA

**ANA MOURA**

MÁRIO & COMPANHIA  
DJ GONÇALO

#### 13 JUNHO

segunda-feira

#### DIA DO MUNICÍPIO

**09H30** HASTEAR DA BANDEIRA  
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DOS 40 ANOS DO PODER  
LOCAL DEMOCRÁTICO NO CONCELHO DE PROENÇA-A-NOVA  
SESSÃO SOLENE  
**12H00** PROCISSÃO DE SANTO ANTÓNIO  
*Da Igreja Matriz à Capela de Santo António*  
**15H00** JOGOS INTERASSOCIAÇÕES  
**16H30** ENCONTRO DE ACORDEONISTAS E CONCERTINAS  
DEMONSTRAÇÃO DE FALCOARIA  
**17H30** JOGOS INFANTIS DE CAÇA E PESCA  
**18H00** APRESENTAÇÕES DA ACADEMIA DE MÚSICA  
**19H30** DEMONSTRAÇÃO DE FALCOARIA  
**20H30** ATUAÇÃO DOS ALUNOS DO INSTITUTO DE S. TIAGO  
ACADEMIA DE MÚSICA DE PROENÇA-A-NOVA





## 40 anos de democracia local Reportagem

**S. João da Madeira** Parque de Ciência e Tecnologia inaugurou o seu segundo edifício no final de 2015 e já está ocupado a 80%

# Cidade do trabalho e da tecnologia

Por **Milene Marques** locais@jn.pt

► Sete anos depois da inauguração do edifício I da Sanjotec, o Parque de Ciência e Tecnologia (PC&T) expandiu-se no final de 2015 com a abertura do tão esperado edifício II. No final deste ano, a taxa de ocupação do equipamento deverá atingir novamente os 100%, afirmando S. João da Madeira como o novo território das empresas de base tecnológica e renovando a sua marca de cidade do trabalho.

Em 2012, o PC&T da Sanjotec já tinha atingido a lotação máxima, com 40 projetos alojados, mas a construção do segundo edifício emperrou com a insolvência do construtor, limitando o seu crescimento. Fechou, porém, 2015 com 48 projetos - 46 empresas e duas entidades da comunidade científica -, mais cinco do que em 2013. O novo edifício abriu já com as áreas reformuladas - mais espaçosas, respondendo às necessidades dos arrendatários - e com dois terços ocupados por cinco empresas, aquelas já em fase de maturação ou

aceleração, que transitaram da Sanjotec I, que passa a acolher apenas a incubadora e os serviços partilhados, como o auditório, refeitório e a receção.

“Acabámos 2015 com uma taxa de ocupação de 66%, que já estará próxima dos 80%. A perspetiva é atingir a capacidade total até ao final do ano”, refere Alexandre Rios, o diretor executivo deste PC&T, acrescentando que é já o terceiro maior da rede Portus Park em número de projetos instalados. Um terceiro edifício já foi anunciado pelo presidente da Câmara, mas ainda não foi projetado.

### Da automação à robótica

Não ter apenas incubadora, mas também empresas já consolidadas e competitivas internacionalmente torna o PC&T “cada vez mais atrativo, porque começamos a ter uma massa crítica nesta área dos setores emergentes das tecnologias”, destaca Alexandre Rios. As empresas de referência acabam



ILUSTRAÇÃO EDUARDA NOVO

► O segundo piso do novo edifício panorâmico da Sanjotec é deles. Quatro frações, mil metros quadrados, corredores labirínticos que percorrem paredes envidraçadas de escritórios, zonas de convívio e lazer, até ao “open space” dos cérebros programadores, matéria-prima jovem da Creativesystems. A Tyco já investiu um milhão de euros no novo escritório arrendado em S. João da Madeira, diz João Vilaça, o diretor-executivo e fundador da tecnológica portuguesa que a gigante norte-americana adquiriu na totalidade, no início de 2015. Foi “uma compra de talento”, classifica. São 70 funcionários, mas é para duplicar. Aqui, o horizonte é visto em linha ascendente.

Numa parede da Creativesystems, o lema “Today, we will change de world” (hoje, mudaremos o Mundo), assinado por João Vilaça, é claro quanto à confiança no futuro. O CEO da empresa especialista no desenvolvimento e implementação de soluções RFID - chips de identificação por radiofrequência, para rastreabilidade automática - para o retalho, garante que os seus clientes “retalhistas têm um aumento das vendas de cerca de 10%”. “Sabemos onde cada produto está. Usámos o RFID como uma via verde em cada peça e conseguimos ser pioneiros na maneira como se usa e implementa essa tecnologia”, explica João Vilaça.

Desde que foi fundada em 2002, com “cinco mil euros e um power point”, recorda, que a Creativesystems não pára de crescer e já foi multidistinguida. O engenheiro eletrotécnico vanguardista deixou, um dia, “de acreditar na indústria” e demitiu-se de um cargo diretivo na Philips, para criar a sua empresa com outro sócio. Tinha 35 anos.

Em 2008, aliciado pela “vontade de fazer acontecer” do diretor da Sanjotec, deixou um escritório em Santa Maria da Feira e mudou-se para ali. “Foi a melhor decisão: ganhámos um espaço de dignidade mundial, que está perto do aeroporto, é servido por autoestradas, onde não temos trânsito...”, diz. Chegou com 50 funcionários. Começaram por ocupar um ala, depois ala e meia e, recentemente, mudaram-se para o edifício II, onde têm 100 postos de trabalho, que Vilaça quer preencher rapidamente, rumo “aos 150 funcionários”. Têm ainda um escritório pequeno em Braga.

A fusão com a Tyco Retail Solutions - líder global de soluções integradas de segurança e gestão eficiente de stocks no retalho, da Tyco - permitiu ganhar mais escala (já exportavam, sobretudo). Entre os grandes retalhistas mundiais, têm como clientes o grupo Inditex, a Marks & Spencer e agora a Sonae. “Somos já o centro de competências de desenvolvimento de aplicações móveis da Tyco e queremos ampliar-nos na manufatura e logística”, afirma Vilaça. Por outro lado, “a Tyco comprou duas empresas no início do ano que vão cair aqui”, acrescenta. Para si, “o mais importante é dar aos profissionais daqui a oportunidade de trabalharem na sua região” e com “condições de trabalho que ficam para a vida”: desde as “melhores cadeiras do mundo” aos “acertos salariais significativos”, à sala de convívio com bar, matrecos e ping-pong.

Com uma faturação anual superior a 10 mil milhões de dólares, a Tyco, que opera na abrangente área da segurança, tem mais de 57 mil colaboradores e está em cerca de 50 países.●

**Creativesystems** Empresa tem como clientes a Sonae e a Inditex

## Uma via verde para aumentar as vendas no retalho

por “elevator a capacidade de captação da Sanjotec”, além do “ecossistema criado, pela facilidade de interação e partilha de experiências entre esta comunidade”, diz. Tal é também potenciado por iniciativas promovidas pela Sanjotec, como sessões de esclarecimento (captação de investimento, internacionalização) ou “open days”.

No PC&T, há já uma identidade que se perfila associada à especialização em tecnologias para a indústria, da automação à robótica, ao desenvolvimento de hardware e software, segundo o diretor. “Grande parte dos projetos são nessa área, por estarmos numa região muito industrializada”, explica. Por outro lado, nota “um grande negócio a aparecer ligado à interpretação de dados”.

No final de 2015, cerca de 300 pessoas trabalhavam ali. São sobretudo jovens, com formação superior. A Sanjotec disponibiliza serviços como assessoria jurídica e financeira, contabilidade e mentoria.●

#### SANJOTEC JUNTA A INCUBAÇÃO COM A PRESENÇA DE EMPRESAS CONSOLIDADAS E COMPETITIVAS

### Faturação

# 19,1

MILHÕES DE EUROS

foi o volume de faturação global das empresas instaladas no Parque de Ciência e Tecnologia de S. João da Madeira, em 2015, mais 2,5 milhões do que em 2014. Desde que abriu, em outubro de 2008 (com 16 projetos instalados), que o volume de negócios aumenta de ano para ano e já triplicou comparativamente a 2009, com menos do dobro das empresas.

### Exportações

# 11

MILHÕES DE EUROS

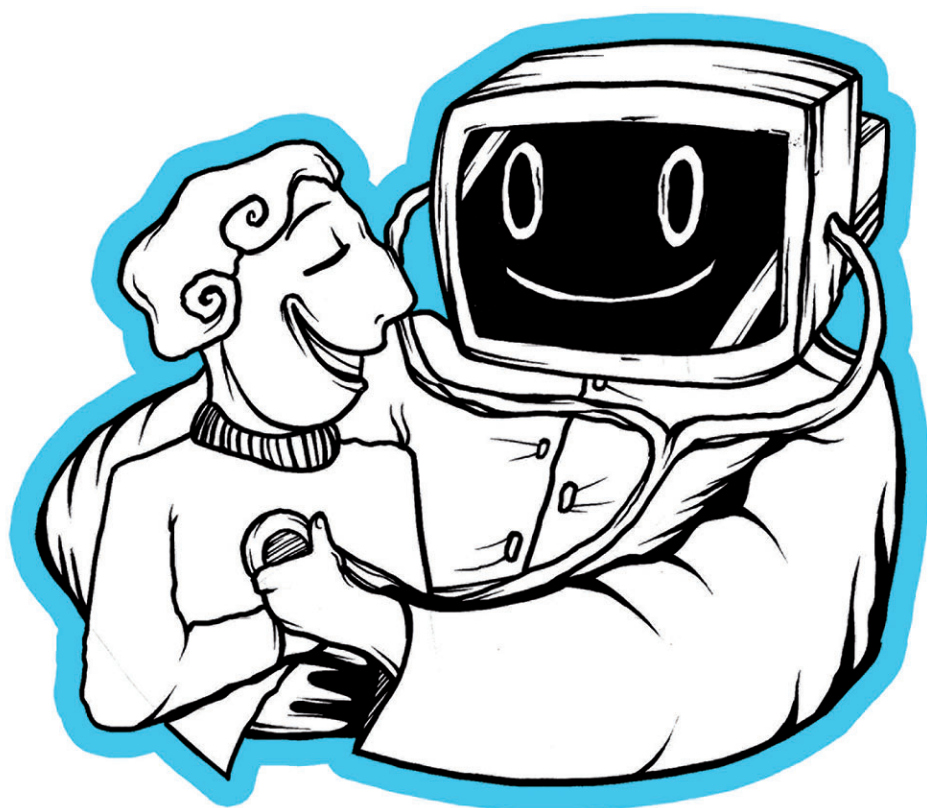
foi o peso das exportações em 2015, ultrapassando pela primeira vez o peso do mercado interno, no volume de negócios realizado no Parque de Ciência e Tecnologia da Sanjotec. No final desse ano, as exportações das empresas instaladas atingiram os 11 milhões de euros, o equivalente a 58% do volume de faturação. Em 2014, tinha sido de 50% (8,3 milhões de euros). As exportações não pararam de crescer desde a fundação da Sanjotec. O maior aumento em termos de faturação registou-se em 2014, face a 2013, de 4,7 para 8,3 milhões de euros. Em 2009, tinha sido de 700 mil euros.

### Investimento

# 13,5

MILHÕES DE EUROS

foi o custo das construções e os terrenos do PC&T da Sanjotec, verba comparticipada em 85% por fundos comunitários. O resto foi suportado pelo município. Um estudo de 2013 revela que, nos primeiros quatro anos, este PC&T já tinha garantido um retorno financeiro para o Estado equivalente a cinco vezes o investimento público ali concretizado, em impostos arrecadados.



**MHII Solutions** A nova promessa do Parque de Ciência e Tecnologia

# Analisar dados dos hospitais e utentes para melhorar respostas

ILUSTRAÇÃO TIAGO ARAÚJO

► É a nova promessa do Parque de Ciência e Tecnologia da Sanjotec. Em menos de cinco meses de incubação, prepara-se já para mudar pela segunda vez de sala, porque o ritmo de expansão é contínuo. MHII Solutions é o nome de uma empresa de sistemas de informação para a saúde, que ajuda ao incremento da eficiência dos hospitais, pela análise dos dados que acumulam, e até a fazerem previsões relativas a utentes.

A nova tecnológica atua nos vetores da mobilidade e análise de dados para monitorizar, identificar padrões e fazer previsões, na área da saúde, num mundo onde a urgência é agora a da gestão inteligente e interpretação da informação armazenada digitalmente. Na prática, a MHII Solutions cria “plataformas e soluções para que os hospitais tenham facilidade na análise dos seus próprios dados e possam tomar decisões com base neles”, explica Diogo Reis, sócio cofundador e diretor operacional da empresa na Incubadora da Sanjotec. É que “os hospitais têm muitos dados e dificuldade em retirar informação daí”, explica o empresário de 33 anos, que deixou o cargo de diretor de sistemas da informação no Ministério da Saúde, para voltar à terra natal, S. João da Madeira, e aqui erguer com mais três sócios um “desejo antigo”, o de ter a sua própria empresa.

As soluções que desenvolvem permitem, contudo, ir mais longe e “lançar alertas ou fazer sugestões” relativamente a utentes, com sistemas de predição baseados na análise dos históricos clínicos daqueles, segundo Diogo Reis.

Atualmente, a MHII Solutions está a trabalhar com os hospitais públicos e alguns privados em Por-

tugal, mas também com outros no estrangeiro, segundo o empresário. Somam-se outras experiências, nomeadamente com o Banco Mundial, em projetos de monitorização da hepatite C, do zika e até de fluxos migratórios de refugiados, como refere. A participação nas missões além-fronteiras da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – ajudou à entrada no mercado externo.

#### Ligação às universidades

Agora, vamos à página de recrutamento da Sanjotec e encontramos onze ofertas de trabalho da MHII Solutions, que se alimenta sobretudo de programadores informáticos e matemáticos ou cientistas de dados, a nova geração de especialistas analíticos. A empresa, constituída em setembro último, começou a contratar este ano na Sanjotec e conta já dez funcionários. “Estamos num processo de crescimento e consolidação e vamos mudar para o terceiro espaço, maior, porque no atual já ficamos apertados e já temos negócios fechados”, refere Diogo Reis. O investimento inicial na MHII Solutions rondou os 50 mil euros e as receitas previstas para 2016 situam-se entre os 300 mil e os 350 mil euros, estima. Em Lisboa, a empresa possui o escritório comercial.

“Na altura, decidimos vir para a Sanjotec porque disponibiliza um conjunto de serviços que nos faziam falta (ao nível logístico e processual) e para termos acesso à rede de universidades e outras empresas a que está ligada”, explica o diretor ao JN. “A Sanjotec faz a ponte à Universidade do Porto e à de Aveiro, onde está o cerne dos recursos com que trabalhamos”.●



## 40 anos de democracia local Freguesias

ILUSTRAÇÃO PATRÍCIA FIGUEIREDO



Eduardo Cabrita, ministro-adjunto de António Costa, é cuidadoso com as palavras e promete avaliar o mapa nascido da reforma administrativa de 2013. Portugal passou de 4260 para 3092 freguesias. O Governo criou um grupo de trabalho que terá uma apreciação dentro de seis meses. O JN dá o testemunho da experiência nas duas maiores uniões de freguesias do país

# Fusão contada a duas vozes

Por **Carla Sofia Luz e Paulo Lourenço** carlaluz@jn.pt

### a favor União de Cascais e Estoril

## “Reverter as fusões seria desastroso”

▶ Com 57 mil eleitores, a União de Freguesias de Cascais e Estoril é a mais populosa do país desde a reforma administrativa de 2013. O presidente Pedro Morais Soares (CDS-PP) considera que o modelo resulta, porque “não houve serviços cortados aos cidadãos. Ganhámos escala e massa crítica, mantendo as identidades e tradições de Cascais e de Estoril”. Os dois postos de atendimento foram preservados e os eleitores são livres de escolher qual “lhes dá mais jeito”.

Pedro Morais Soares sublinha que há um estudo sobre a fusão de freguesias, encomendado pela Anafre à Universidade do Minho, que aponta para “resultados globalmente positivos”. Em face disso, o autarca não crê que o processo possa ser revertido. “O que se tem falado apenas resulta da pressão do PCP e das esquerdas. Acredito que o PS não quer isso”. O autarca entende que seria “desastroso” voltar atrás. “Então e o património que foi adquirido desde 2013? Como seria dividido? E as contas, como se separavam? Reverter fusões seria desastroso”, diz, salvaguardando, no entanto, que o atual modelo pode ser melhorado. Defensor da reforma, aponta para o seu exemplo e o de Lisboa. “Aí, as novas competências dadas às freguesias, aliadas à escala que estas ganharam, deram-lhes capacidade para outro tipo de intervenção”. Pedro Morais Soares gere uma freguesia com mais população do que algumas capitais de distrito e muitos municípios: “Tenho um Executivo com muita disponibilidade e uma rede social ativa, que é considerada um exemplo a nível nacional”.

Embora a zona esteja associada ao glamour do turismo de Cascais e à nobreza das casas reais europeias no Estoril, há outras realidades. “Temos muita classe média, uma população envelhecida e algumas famílias desfavorecidas, o que nos obriga a reforçar as respostas”. PL.

### contra União de Alcácer do Sal

## “Perdeu-se contacto com os eleitores”

▶ Arlindo José Passos gosta da missão do presidente da Junta, do vagar para conversar com quem o procura, da solução que só brota da proximidade com o eleitor. Era assim até 2013, quando o autarca da CDU conduzia o destino de Santa Maria do Castelo. Já era a maior freguesia de Portugal na dimensão do território, com 436 quilómetros de extensão e seis localidades. A reforma aumentou-lhe o território a gerir para mais do dobro (916 quilómetros) e pô-lo sob o comando de 21 localidades com a fusão das freguesias de Santa Maria do Castelo, Santiago e Santa Susana. Passou a ser um homem só a cuidar de uma área que outrora era conduzida por três presidentes e que reúne 9500 habitantes.

“A maior parte dos eleitores está na cidade de Alcácer do Sal. As aldeias estão desertas. Perderam as escolas, os postos de saúde e ficou só a Junta, mas sem presidente”, lamenta Arlindo José. “Com tanta burocracia, tem sido uma péssima experiência. Perdeu-se muito contacto pessoal com os eleitores. Tenho localidades a 35 quilómetros. Se quiser lá ir, perco o dia todo”, sentencia. Nenhum posto das juntas fechou, até para evitar que as pessoas tenham de deslocar-se em grandes distâncias. “As pessoas estavam habituadas a ter um contacto muito próximo com o presidente de Junta. Mas não tenho tanto tempo para ouvi-las”, confessa o autarca que, ainda assim, faz um esforço para se desdobrar e ouvir queixas família a família. A “esperança” de Arlindo José Passos é que a fusão seja revertida. “Há freguesias urbanas em que a experiência pode ser boa. Mas aqui, nas zonas rurais com grandes áreas, nada se ganhou nem se poupou. A agregação foi imposta por decreto e vai ser mais difícil desagregar do que foi fundir. Terá que se avaliar caso a caso, de acordo com as realidades do território”. c.s.l.

## opinião

# A descentralização impossível



ILUSTRAÇÃO SANDRA CARDOSO

**António Cândido de Oliveira**Diretor do Núcleo de Estudos de Direito  
das Autarquias Locais

**A** descentralização faz atualmente consenso no nosso país. Não há partido, não há corrente política significativa da Direita à Esquerda que não proclame as virtudes da descentralização o que, aliás, bem se compreende. O contrário da descentralização territorial é a centralização e esta é própria dos regimes não democráticos que, pela sua natureza, não abrem mão do poder que possuem em favor de órgãos eleitos quer das comunidades locais, quer das regionais. A descentralização e a democracia vão, pois, de par. E, no entanto...

A descentralização exprime a ideia de que a administração de um país não deve ser feita apenas a partir de um centro, pelos titulares do Governo da nação, mas antes estar repartida a nível territorial. Ela tem uma razão bem forte. Um país, como Portugal, não tem apenas problemas nacionais para resolver, tem também problemas locais e regionais e assim deve haver uma distribuição vertical de poderes que entrega às entidades locais (municípios e freguesias) e às regiões a resolução dos problemas que bem podem ser resolvidos por estas, reservando para o Estado central, para o Governo da República, os problemas de âmbito nacional.

Para a descentralização ser autêntica, tem de ser democrática, ou seja, a distribuição de poderes a nível local e regional deve ser feita a entes dotados de órgãos eleitos. A entrega de poderes a entes com órgãos nomeados não é descentralização é desconcentração, que é algo bem diferente. Também não é descentralização a entrega de poderes pelo poder central a órgãos eleitos de comunidades locais, reservando-se aquele a última palavra nas decisões a tomar. A descentralização verdadeira e própria implica que o poder central abra mão de poderes para os entes lo-

cais e regionais sem reservas ou, pelo menos, em plano de igualdade. E depois a descentralização é tanto mais forte e significativa quanto mais forem os poderes atribuídos.

Repare-se que Portugal já cumpriu parcialmente a descentralização ao atribuir aos municípios e às freguesias a resolução de problemas que cabem no âmbito destas comunidades. Também o fez a nível regional, atribuindo às regiões autónomas da Madeira e dos Açores a solução de problemas regionais desses territórios. O problema que continua por resolver é a distribuição, a nível continental, dos poderes necessários para a solução dos problemas regionais. Nós não temos as regiões administrativas previstas na Constituição e, enquanto não as tivermos, não é possível fazer a descentralização territorial.

Tem-se procurado contornar esse problema, invocando ainda o princípio da descentralização, mas em vão. Atribuir aos municípios isoladamente ou associados a solução de problemas regionais é um erro, pois não lhes cabe resolver problemas regionais (não são do seu âmbito) e mesmo atribuir tais poderes a comunidades intermunicipais é esquecer que também estas não são regiões (não têm escala para tal) e só podem ser quando muito um inapropriado sucedâneo delas. Ainda as áreas metropolitanas estão talhadas apenas para a solução de problemas de grandes áreas urbanas.

Importa racionalizar e democratizar a nossa administração territorial dentro do Estado de direito democrático e isso implica não só a existência de entes locais – que já temos –, mas também de entes regionais com órgãos eleitos que não existem no continente, e enquanto não os tivermos a descentralização está travada e com ela também a democracia. ●



**40 anos de democracia local** Retrato

# MAPA DE UM PAÍS ESIGU AL

► “As distâncias que se encontram em Portugal não são só físicas. São culturais, económicas, demográficas...” Quando representado em mapa à luz destes indicadores, Portugal deixa de ser um “retângulo quase perfeito e ilhas”, explicou Maria João Valente Rosa, diretora da base de dados estatísticos Pordata. É um país desigual, marcado por grandes diferenças internas e evolutivo no tempo.

Os mapas elaborados pela Pordata mostram um Portugal dividido entre Norte e Sul, entre interior e litoral, ou litoral Norte e Sul, e muitas

vezes bipolar. Tudo depende do que se procura: densidade populacional e envelhecimento, salários e pobreza, custo da habitação e oportunidades de trabalho, acesso à educação, saúde e cultura, contas municipais e abstenção ou proteção ambiental.

Portugal tem, assim, “múltiplas formas” que evoluem também com o passar dos anos. Se antes as famílias do Norte tinham mais filhos, agora são as do litoral Sul. E num país ainda assimétrico, algumas assimetrias estão a esbater-se, como acontece no indicador “poder de

compra”: a diferença entre os municípios continua acentuada, mas tem-se estreitado, nos últimos anos. “Portugal é um país em movimento, com eixos de assimetria a variar ao longo do tempo”, explicou.

Nas próximas páginas, pode ver as várias formas de Portugal, num trabalho estatístico que olha para o país a partir da perspectiva dos municípios. Estes e outros quadros podem ser consultados no e-book disponível no site do IN. O site do Pordata inclui, também, 600 quadros com dados municipais. ●

Por **Alexandra Figueira**  
e **Carla Sofia Luz** [afigueira@jn.pt](mailto:afigueira@jn.pt)

Maria João Valente  
Rosa, diretora  
da Pordata, traça  
um retrato de Portugal  
visto à luz de várias  
lupas



ILUSTRAÇÃO SANDRA CARDOSO

# animaiaia

## festival da criança



ATELIERS  
INSUFLÁVEIS • MASCOTES  
TEATRO • ACADEMIAS DE DANÇA  
PARADA COM PRÉMIOS MAIA JARDIM  
ETAPA SEGURA  
MAIA, PREVENÇÃO RODOVIÁRIA COMEÇA POR NÓS!  
CONCERTO D8 - 5 DE JUNHO - 18:00H  
(ATIVIDADES GRATUITAS)



4 E 5 JUNHO 2016 • 10:00H - 18:00H  
PARQUE CENTRAL DA MAIA • VISITMAIA.PT



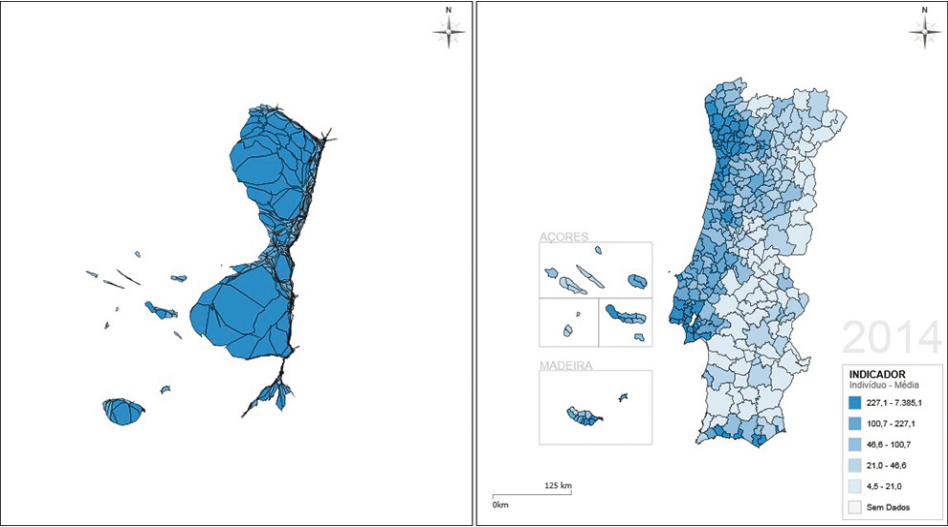
ORGANIZAÇÃO: DCT • [FACEBOOK.COM/TURISMODAMAIA](https://www.facebook.com/turismodamaia) • [FACEBOOK.COM/CULTURAMAIA](https://www.facebook.com/culturamaia) • [TURISMO@CM-MAIA.PT](mailto:turismo@cm-maia.pt) • [VISITMAIA.PT](http://VISITMAIA.PT) • 800 202 640

Gabinete de Imagem e Multimédia © 2016 - Design: Manuel Magalhães

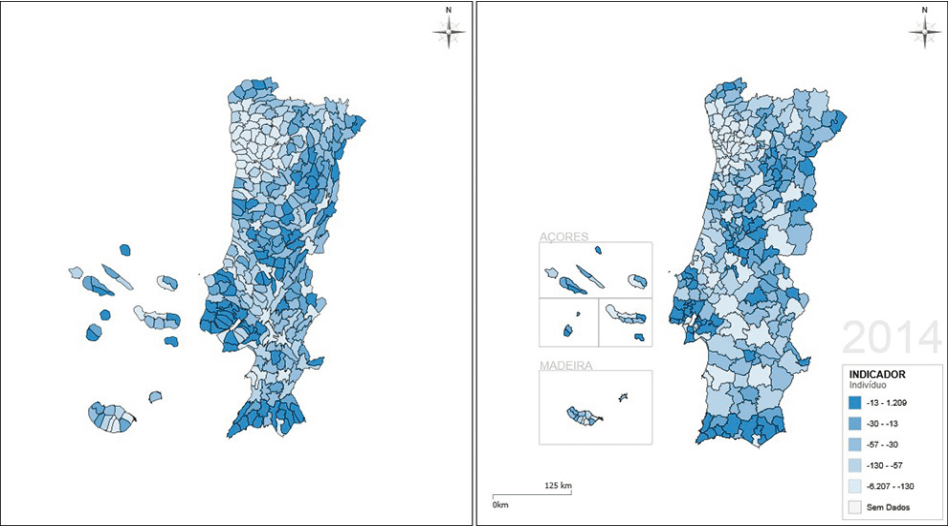


# 44% vivem nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto

Densidade populacional



Saldo migratório



**População** Quase metade da população reside em 5% do território nacional, que corresponde às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Curiosamente, tanto a capital lisboeta como a Invicta perderam milhares de habitantes em 13 anos. A quebra é compensada pelo crescimento populacional nos concelhos em torno das duas cidades. Os mapas da Pordata mostram um país bipolar, em que o Alentejo desaparece e pouco sobra do Algarve. A distribuição populacional não coloca em oposição o interior e o litoral nem as regiões Norte e Sul. A maior densidade encontra-se nas duas grandes áreas metropolitanas, onde vivem 44% dos portugueses. Em 2014, Portugal tinha 112,8 habitantes por quilómetro quadrado, praticamente o mesmo do que em 2001. No entanto, olhando para as cinco unidades territoriais do continente, regista-se que só a Área Metropolitana de Lisboa ganhou habitantes (passou de 899,6 residentes por km<sup>2</sup> para 931,4) e os restantes quatro territórios estão em perda. Quanto ao saldo migratório, a diferença entre o número de pessoas que entram no país e o número de habitantes que emigram, o valor é negativo em 30 mil pessoas. No território luso, contam-se mais portugueses a emigrar do que estrangeiros a fixar residência.

Densidade populacional

**MAIS:**  
AMADORA  
**7385**  
habitantes por km<sup>2</sup>.

**MENOS:**  
ALCOUTIM  
**4,5**  
habitantes por km<sup>2</sup>.

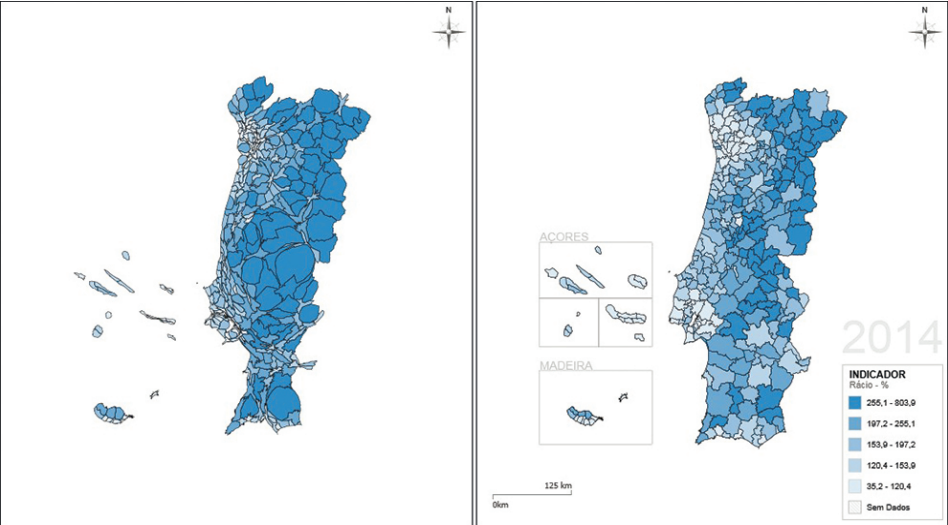
Saldo migratório

**MAIS:**  
ODIVELAS  
**1209**  
indica que o saldo é positivo. Odivelas é o município do país onde há mais gente a entrar do que habitantes a sair.

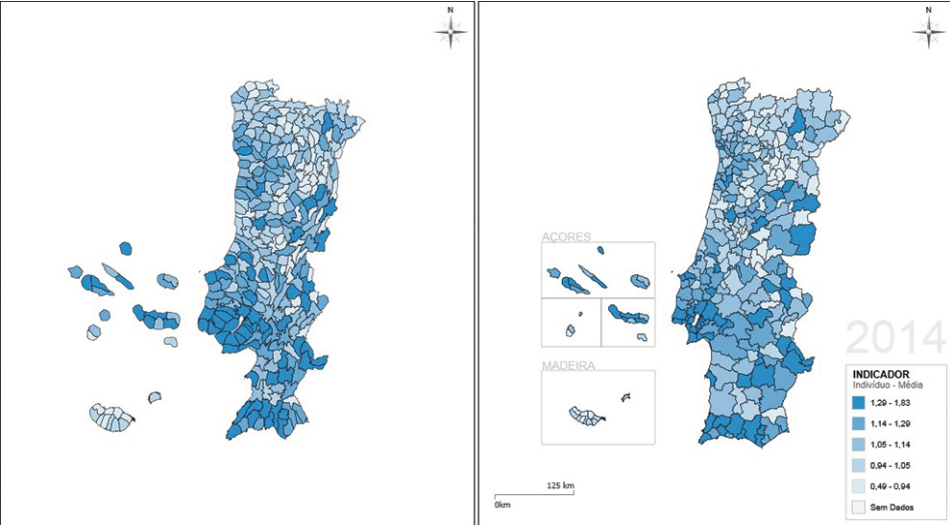
**MENOS:**  
LISBOA  
**-6207**  
corresponde a um saldo migratório negativo. Lisboa é o concelho português onde houve mais pessoas a emigrar do que gente a chegar.

# Norte já tem mais velhos do que jovens

Envelhecimento



Fecundidade



**Envelhecimento** O Norte é a região com mais juventude de Portugal Continental, mas o ritmo de envelhecimento disparou nos últimos 13 anos. Se em 2001 havia mais jovens do que idosos no Norte do país, em 2014 essa realidade inverteu-se com 128 idosos por 100 jovens, seguindo a tendência das outras quatro unidades territoriais lusas. As regiões autónomas dos Açores e da Madeira são as únicas que ainda preservam uma maioria de população jovem, embora o índice de envelhecimento tenha crescido na última década. Depois de Ribeira Grande, Lagoa, nos Açores, é o município com mais crianças e jovens (menores de 15 anos) do que idosos. O envelhecimento tem relação direta com a fecundidade. Para que a substituição de gerações seja assegurada, é preciso que cada mulher tenha em média 2,1 filhos. Atualmente, as portuguesas em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) dão à luz em média 1,23 filhos. Olhando para os dados da última década, a quebra foi maior no Norte. Passou-se de um índice sintético de fecundidade de 1,42 bebés em 2001 para 1,09 em 2014 e é a região do continente com o índice mais baixo. A Região Centro apresenta, igualmente, um índice de fecundidade muito baixo: 1,12 filhos por mulher.

## Idosos por 100 jovens

**MAIS:**  
VILA VELHA DE RÓDÃO  
**803,9**  
idosos por cada 100 jovens residentes no concelho.

**MENOS:**  
RIBEIRA GRANDE  
**35,2**  
idosos por cada 100 jovens que habitam no município.

## Filhos por mulher

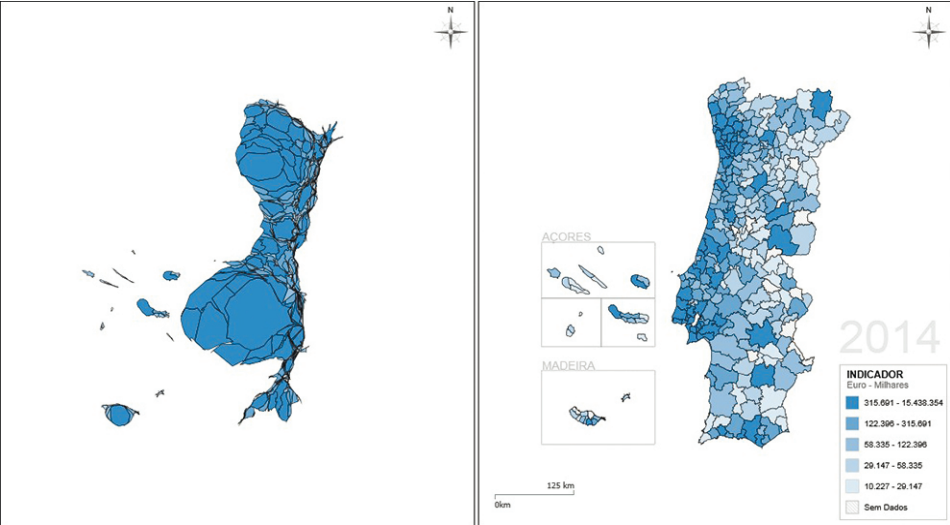
**MAIS:**  
LISBOA  
**1,83**  
filhos por mulher.

**MENOS:**  
SERNANCELHE  
**0,49**  
filhos por mulher.

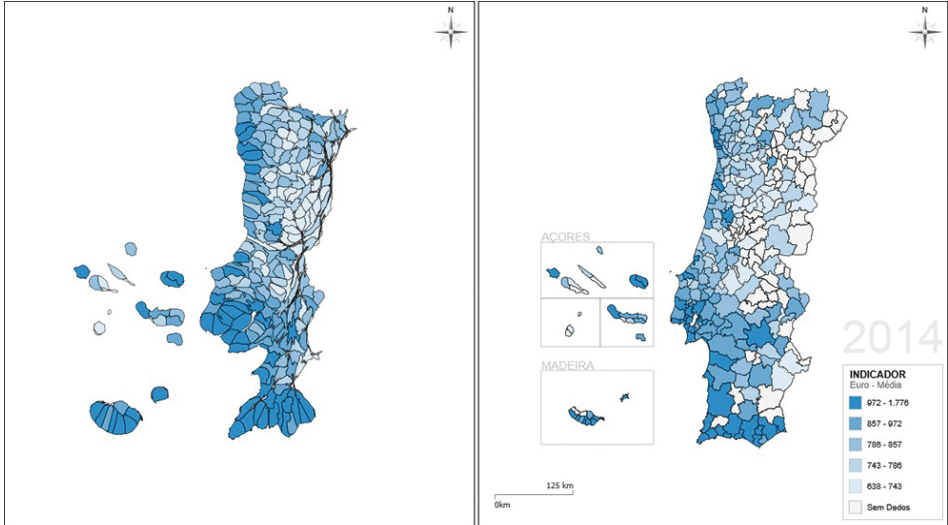


# Banca emprestou 86 mil milhões

Crédito à habitação concedido pelos bancos



Valor médio dos alojamentos por m2



Publicidade



## PROGRAMA MUNICIPAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL

O Programa Municipal de Ação Social, denominado **Gaia+inclusiva**, visa dar resposta a um conjunto alargado de dificuldades a que estejam expostos grupos sociais mais vulneráveis. Essas dificuldades, agravadas pela crise dos últimos anos, atingiram também as classes médias, criando novas perceções subjetivas de pobreza e novas realidades sociais às quais é necessário responder de modo ágil e integrado. A Câmara assume o trabalho social num modelo de Rede de parceiros com diferentes valências, em resposta à multidimensionalidade dos processos sociais. Às autarquias cabe um papel especial neste contexto, maximizado pela sua proximidade às populações. É assim que a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia decide criar o Programa **Gaia+inclusiva**, com vigência a partir de **1 de junho de 2016**. Trata-se de um Programa de uma cidade Inclusiva e Sustentável, onde impera o Investimento Inteligente.

O Presidente da Câmara,  
**Eduardo Vítor Rodrigues**



CONTACTOS: a partir de 1 de junho de 2016 nos Serviços de Ação Social da Câmara Municipal, na sua Junta de Freguesia ou pelo email **pmis@cm-gaia.pt**



**Habitação** A Banca tinha 158,8 mil milhões de euros emprestados em 2014, sendo que 86,4 mil milhões destinavam-se à aquisição de habitação. Em 14 anos, o valor concedido em crédito à habitação em Portugal quase duplicou. O mapa da Pordata revela que 40% do valor emprestado pela Banca para crédito à habitação foram atribuídos na Área Metropolitana de Lisboa. Só na Grande Lisboa ficaram 35,1 mil milhões. A Área Metropolitana do Porto é a segunda zona do país onde são concedidos mais créditos à habitação. A Invicta é o terceiro concelho onde os bancos disponibilizaram mais dinheiro. Em 2014, o valor emprestado subiu mais de 1,2 mil milhões em relação ao ano 2000. À frente do Porto, surgem Lisboa e Oeiras. A avaliação bancária dos alojamentos mostra uma ligeira depreciação do valor por m2. Em 2009, o valor médio de uma casa era de 1146 euros/m2 em Portugal. Em 2014, esse valor baixou para 1008 euros/m2. O Algarve é a região onde os alojamentos valem mais. Os piores desempenhos são no Alentejo e no Norte (881 e 882 euros/m2, respetivamente). Lisboa, Aljezur, Cascais e Oeiras estão entre os municípios onde o m2 é mais valioso. No fundo estão Nelas, Vouzela e Tarouca.

Crédito bancário

**MAIS:**  
LISBOA  
**15,43**  
mil milhões de euros de crédito à habitação concedido pela Banca.

**MENOS:**  
CALHETA  
**10,22**  
mil milhões de euros de crédito à habitação concedido pela Banca.

Valor das casas

**MAIS:**  
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO  
**1776 €**  
é o valor médio por m2 das casas avaliadas pela Banca.

**MENOS:**  
NELAS  
**638 €**  
é o valor médio por m2 das casas avaliadas pela Banca.

# FESTAS DA CIDADE E DO CONCELHO DE PAREDES

**15 julho**  
**SILENT PARTY**  
22h00, Praça José Guilherme

Ele já sabe que a próxima é em Paredes!! E tu?

**16 julho**  
**MIGUEL ARAÚJO**  
22h30, Parque da Cidade

**17 julho**  
**D.A.M.A**  
22h30, Parque da Cidade

**18 julho**  
**MARCHAS LUMINOSAS**  
22h30

Publicidade

EM HONRA DO DIVINO SALVADOR

**PROGRAMA:**

11 de julho | 22h00 | Igreja Matriz de Paredes  
**Noite de Fados com Cláudia Madeira**

12 a 18 de julho | Parque da Cidade  
**Feira de Artesanato** [início a 12]  
**Feira do Automóvel** [início a 14]

12 de julho | 21h00 | Praça José Guilherme  
**Festival de Ranchos**

13 de julho | 21h30  
**Noite com: Maria**  
> Igreja Matriz de Paredes  
**Orquestra Ligeira do Vale do Sousa**  
> Praça José Guilherme

14 de julho | 21h30  
**Noite com: Escola de Música**  
> Salão Paroquial de Paredes  
**Conservatório de Música de Paredes**  
> Praça José Guilherme

15 de julho | 21h30 | Igreja Matriz de Paredes  
**Noite com: Karaoke da Catequese**

16 de julho  
10h00 | Praça José Guilherme  
**Encontro de Automóveis Clássicos**  
21h00 | Praça José Guilherme  
**Concerto pela Banda "Tudo ou Nada"**

17 de julho  
12h00 | Igreja Matriz de Paredes  
**Eucaristia Solene**  
18h00  
**Majestosa Procissão em Honra do Divino Salvador**  
15h00 e 21h30 | Praça José Guilherme  
**Concerto pelas Bandas de Música de Vilela e Baltar**

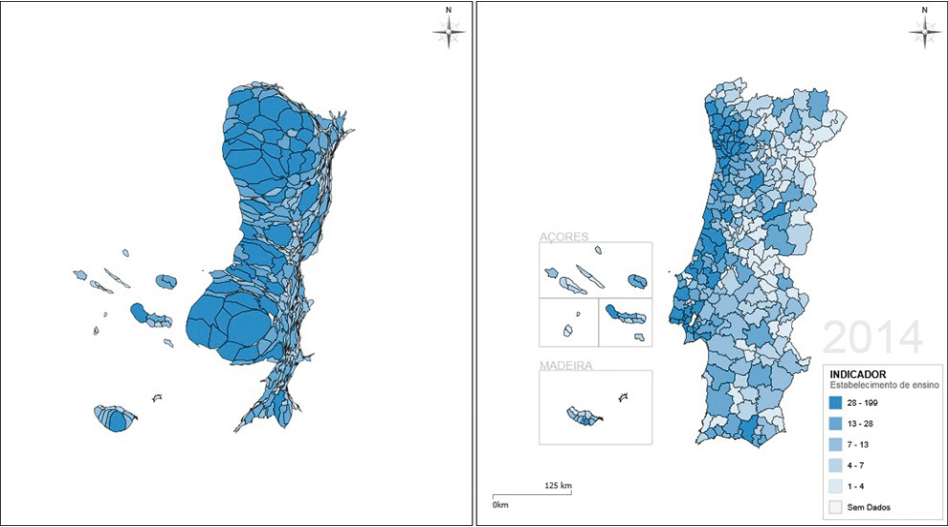
18 de julho  
**Exposição de Viaturas Antigas dos Bombeiros do Concelho**

Organização:   
Apoios:

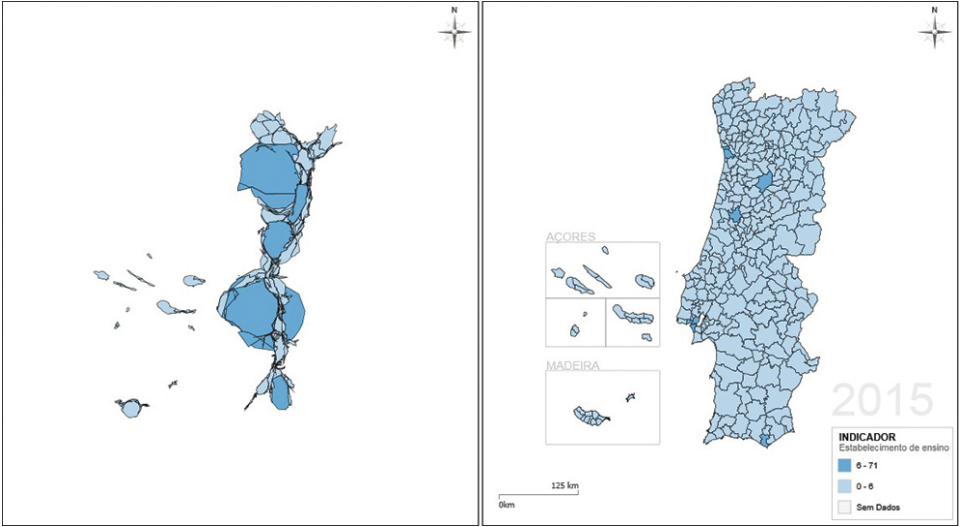


# Fecharam 1220 escolas primárias em 15 anos

Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico



Estabelecimentos de Ensino Superior



**Educação** Em 15 anos fecharam 1220 escolas primárias em Portugal e a Região Norte perdeu mais de 600. O retrato da Pordata permite perceber que a maioria dos concelhos com um a quatro estabelecimentos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico fica na fronteira com Espanha, no Norte e no Centro do país. Ao todo, Portugal dispõe de 4645 estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Mais uma vez, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (sendo também as zonas mais populosas do território nacional) levam a dianteira. Na lista dos concelhos com mais primárias, todos possuem hoje menos estabelecimentos do que em 2009. Lisboa lidera com 199 primárias, seguida de Sinta (115) e de Gaia (112). Em sentido inverso, contam-se cada vez mais estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal: houve uma subida de 180 para 293. 165 são do Ensino Politécnico. O número de universidades cresceu de 89 em 1990 para 128 em 2015. Para além de Lisboa, as cidades com mais instituições de Ensino Superior são o Porto, Coimbra e Gaia. A Invicta contabiliza 40 estabelecimentos, Coimbra oferece 20 e Gaia tem 10. Em Portugal Continental, o Algarve é a região com menos estabelecimentos (12).

## Escolas do 1.º Ciclo

**MAIS:**  
LISBOA  
**199**  
escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

**MENOS:**  
TAROUCÁ  
**1**  
escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Mas não é caso único. Há outros concelhos, como Torre de Moncorvo, Vila de Rei e Vimioso só com uma escola.

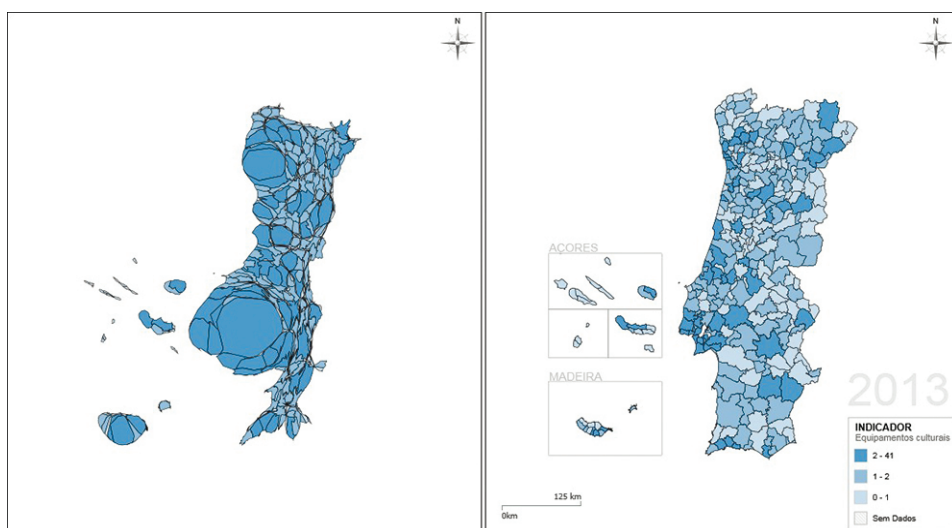
## Ensino Superior

**MAIS:**  
LISBOA  
**71**  
estabelecimentos de Ensino Superior.

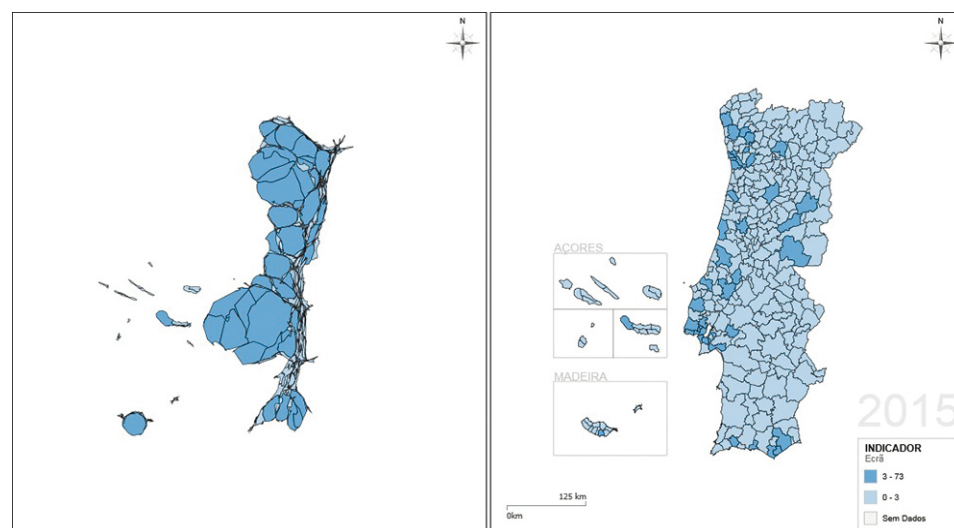
**MENOS:**  
MELGAÇO  
**1**  
estabelecimento de Ensino Superior. Há muitos outros concelhos sem qualquer estabelecimento ou apenas com um, como Seia, Chaves e Peniche.

# Há mais cinemas do que salas para espetáculos

## Recintos culturais para espetáculos ao vivo



## Ecrãs de cinema



**Cultura** Portugal tem mais salas de cinema do que recintos culturais para espetáculos. Por todo o país, é possível ver filmes em 547 salas, enquanto os espetáculos sobem à cena em 340 recintos. Embora o território esteja claramente a pender para o litoral, é interessante verificar que os recintos culturais estão mais disseminados pelo território luso do que os ecrãs de cinema. Em ambos os casos, a Grande Lisboa suplanta todos os outros. A capital lisboeta concentra 41 salas de espetáculo. Os restantes quatro concelhos com mais recintos culturais não conseguem, somados, alcançar esse número. Porto oferece 15 recintos, Cascais tem sete, Funchal possui oito e Coimbra dispõe de cinco. Ainda assim, há cada vez mais recintos culturais em Portugal. Em 1999, eram apenas 199. A única região que viu fechar salas de espetáculo em 14 anos foi o Alentejo. O Norte foi onde houve uma maior aposta na abertura de novos recintos: passou de 32 em 1999 para 83 em 2013. Os cinemas de rua têm desaparecido das cidades, surgindo novas salas nos centros comerciais. Não se estranha, por isso, que Gaia seja o segundo concelho do país com mais ecrãs de projeção de filmes (31). A terceira posição é ocupada por Oeiras (21).

## Recintos culturais

### MAIS:

LISBOA

**41**

espaços culturais para espetáculos ao vivo.

### MENOS:

BAIÃO

**1**

recinto cultural para espetáculos ao vivo. Há dezenas de concelhos sem quaisquer espaços ou só com um, como Esposende e Mondim de Basto.

## Ecrãs de cinema

### MAIS:

LISBOA

**73**

ecrãs de cinema.

### MENOS:

VIANA DO ALENTEJO

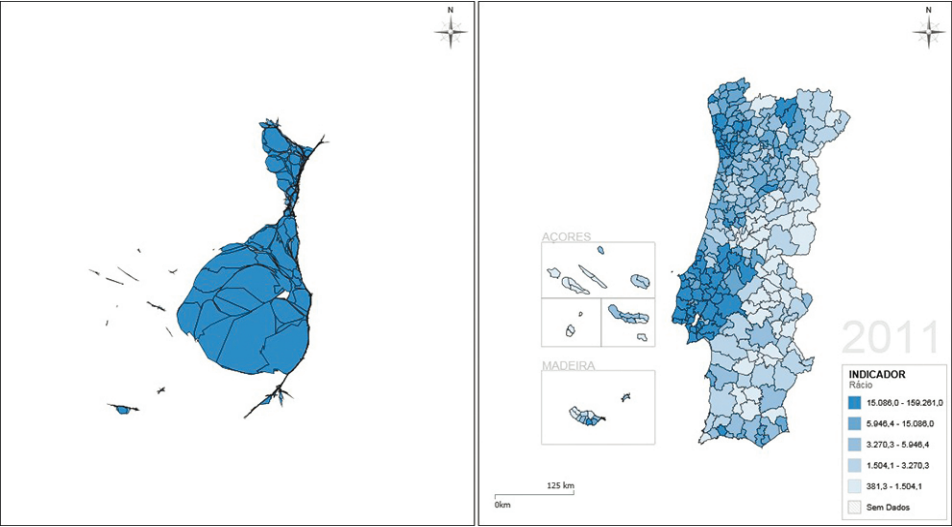
**1**

ecrã de cinema. Por Portugal, há muitos municípios sem salas de cinema ou só com uma, como Castelo de Vide, Sines, Trancoso, Miranda do Corvo e Espinho.



# Portugal tem 222 habitantes para cada médico

Habitantes por centro de saúde e extensão



Habitantes por médico



**Saúde** Em Portugal, há um médico para cada 222 habitantes. A carência de clínicos no interior do país faz com que o mapa da Pordata seja mais gordo nessas regiões do que no litoral, ao contrário do que sucede noutras áreas. O rácio de médicos por residente tem melhorado na última década. Em 2001, o país dispunha de um médico para 311 habitantes. O Alentejo é a região onde há menos clínicos por morador, apesar dessa diferença ter reduzido para metade. Há 13 anos, contavam-se 618 alentejanos por médico, enquanto em 2014 essa discrepância se esbateu, passando para 391 alentejanos por médico. As regiões autónomas dos Açores e da Madeira enfrentam, também, a escassez de clínicos. A Área Metropolitana de Lisboa apresenta o melhor resultado: 166 habitantes por médico. No entanto, a sul, existem milhares de pessoas por centro de saúde. Os dados mais recentes são de 2011 e apontam para a existência de 6652 pessoas por unidade. A região com pior resultado é a Área Metropolitana de Lisboa, em que há 47 mil habitantes por centro de saúde. Os números são muito superiores no Seixal, Setúbal (121 mil residentes por unidade), Loures (103 mil), Almada (86,9 mil) e Oeiras (86,2 mil).

## Centros de saúde

**MAIS:**  
SEIXAL  
**159,2**  
mil habitantes por centro de saúde e extensão de saúde.

**MENOS:**  
SANTA CRUZ DAS FLORES  
**381,3**  
residentes por centro de saúde e extensão de saúde

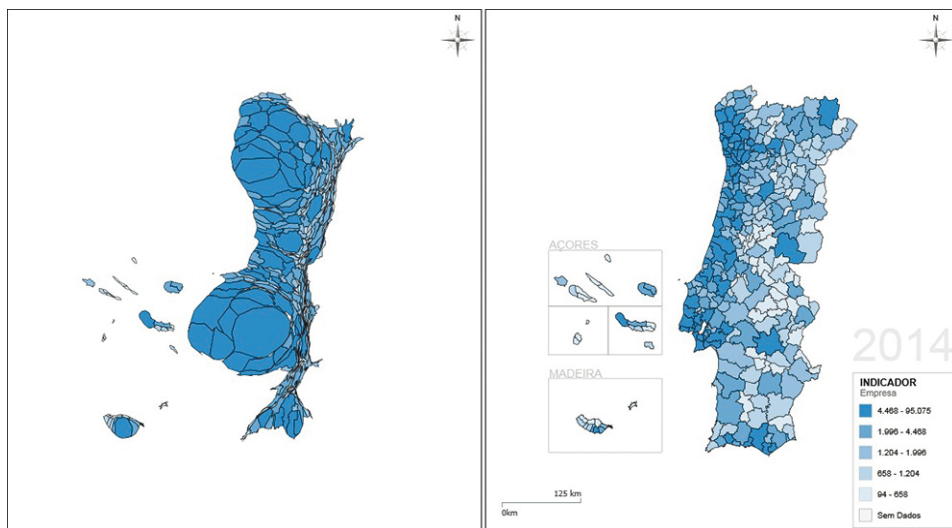
## Médicos

**MAIS:**  
FERREIRA DO ZÉZERE  
**4156,3**  
habitantes por médico.

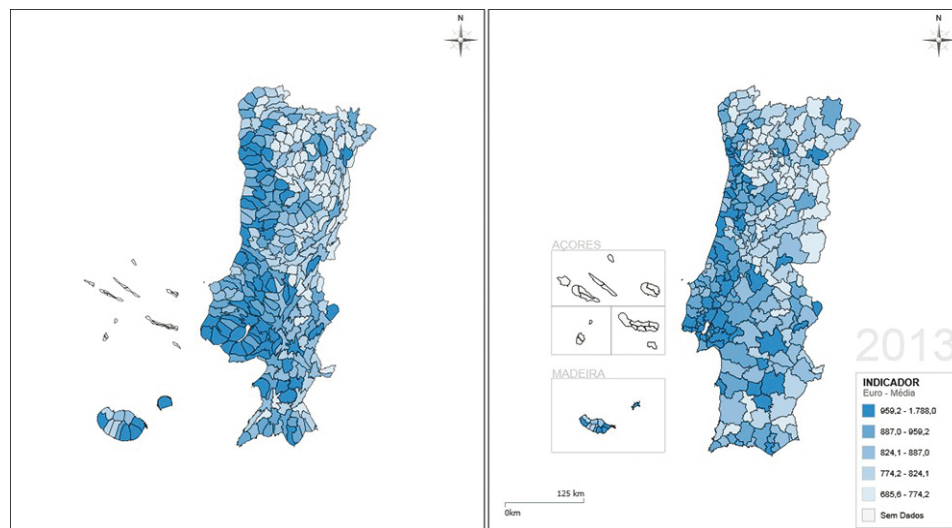
**MENOS:**  
COIMBRA  
**33,7**  
habitantes por clínico.

# Eles ganham mais 250 euros do que elas

## Empresas não-financeiras



## Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem



**Economia** O desequilíbrio salarial entre homens e mulheres está longe de ser superado em Portugal. Em 2013, os homens que trabalhavam por conta de outrem auferiam mais 250 euros mensais, em média, do que os profissionais do sexo feminino. Enquanto eles levavam para casa cerca de 1208 euros, elas recebiam 957 euros. O salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no nosso país era de 1093 euros. A Área Metropolitana de Lisboa e o Alentejo são as regiões onde se ganha melhor. Do lado oposto, estão as regiões Centro e Norte onde a remuneração é de pouco mais de mil euros. Os cinco concelhos com melhores salários são Sines, Oeiras (1680 euros), Castro Verde (1605 euros), Lisboa (1574 euros) e Alcochete (1542 euros). Celorico da Beira, Lousada (699 euros) e Vila de Rei (700 euros) oferecem salários mais reduzidos. O território luso possui 1,12 milhões de empresas não-financeiras, com destaque para a Região Norte (com 386 mil empresas), embora Lisboa seja o concelho com o maior número de firmas. Porto surge na segunda posição com quase 36 mil empresas, seguido de Sintra (34,8 mil) e de Gaia (27,7 mil). Nos quatro municípios, há menos empresas não financeiras em 2014 do que em 2010.

## Empresas

### MAIS:

LISBOA

**95**

mil empresas não-financeiras.

### MENOS:

CORVO

**94**

empresas não-financeiras.

## Ganhos médios

### MAIS:

SINES

**1788 €**

é o ganho médio de um trabalhador por conta de outrem no concelho.

### MENOS:

CELORICO DA BEIRA

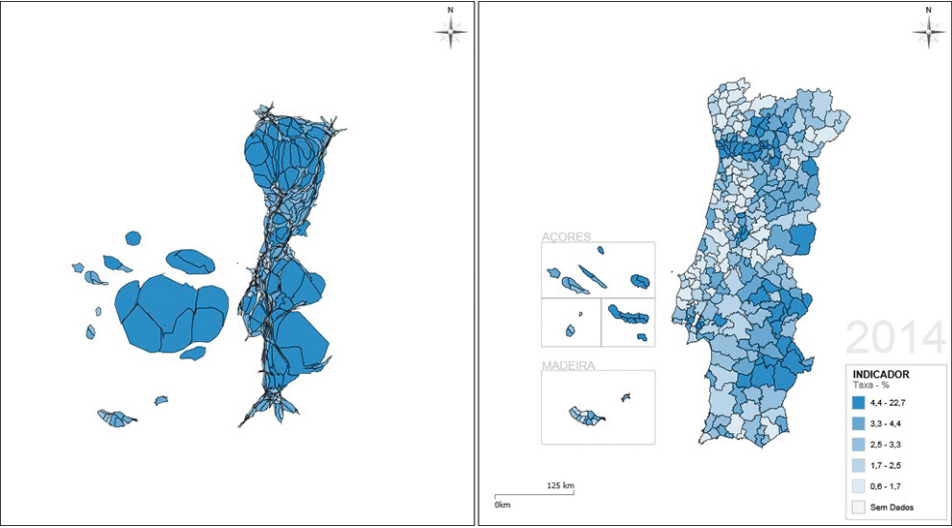
**685 €**

é o ganho médio de um trabalhador por conta de outrem no município.

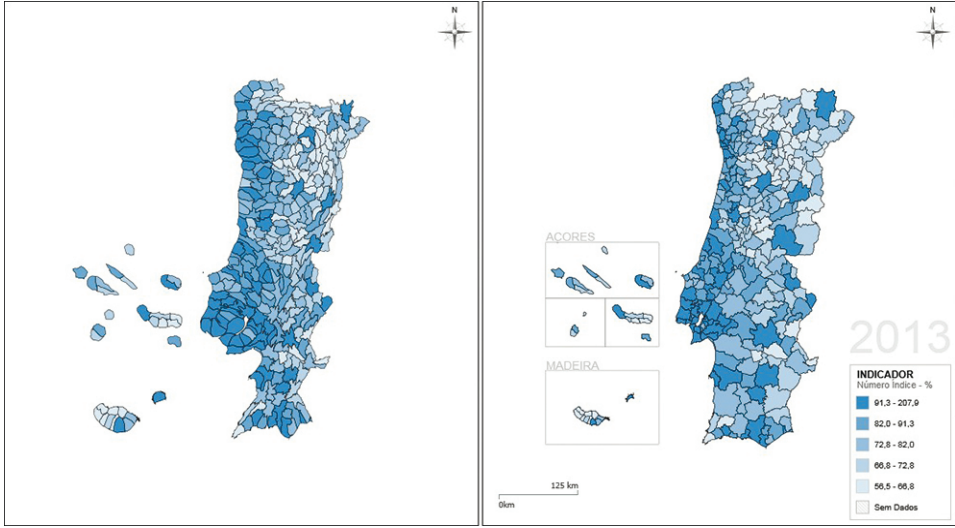


# Menos disparidades no poder de compra

Beneficiários de rendimento social de inserção



Poder de compra por habitante



Publicidade





**Rendimentos** Não se estranha que seja em torno de Lisboa e do Porto que a população tenha maior poder de compra e que, pelo contrário, seja no interior norte e centro e em bolsas do Alentejo que há menor poder de compra. É este o cenário desde que o Instituto de Estatística calcula o indicador, mas os dados mais recentes revelam um país menos extremado do que em anos anteriores. No ano 2000, o poder de compra em Lisboa correspondia a 300% da média de Portugal, mas desde então tem vindo a cair e em 2013 já correspondia ao dobro da média nacional. E Cinfães – que em 2013 fechava a tabela, com metade do poder de compra – tinha apenas um terço do poder de compra do país, no início do milénio. Ou seja, as disparidades regionais têm vindo a atenuar-se. Paradoxalmente, é em torno de uma das regiões com maior poder de compra – a Área Metropolitana do Porto – que se encontra a maior proporção de beneficiários de rendimento social de inserção (RSI), um indicador de pobreza. Além desta, destacam-se os Açores e o Alentejo interior. Pelo contrário, é no Minho que se encontram um grande número dos municípios onde quase não vivem pessoas que recebem RSI.

## Beneficiários de RSI

### O MAIOR:

RIBEIRA GRANDE

**22,7%**

Num dos mais jovens municípios do país, um quinto da população com mais de 15 anos de idade recebe rendimento de inserção.

### O MENOR:

VÁRIOS

**0,6%**

Os minhotos Vila Verde e Vouzela são os municípios com menor peso de beneficiários de RSI na população.

## Poder de compra

### O MAIOR:

LISBOA

**208**

Os habitantes de Lisboa têm o dobro do poder de compra da média nacional e quatro vezes mais do que os habitantes de Cinfães.

### O MENOR:

CINFÃES

**57**

No início do milénio, os habitantes de Cinfães tinham apenas o correspondente a um terço do poder de compra nacional.

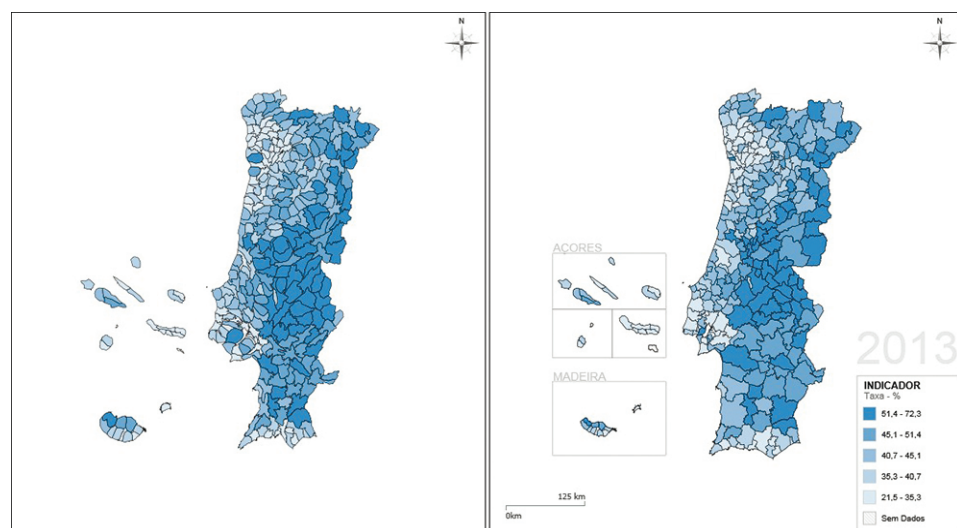




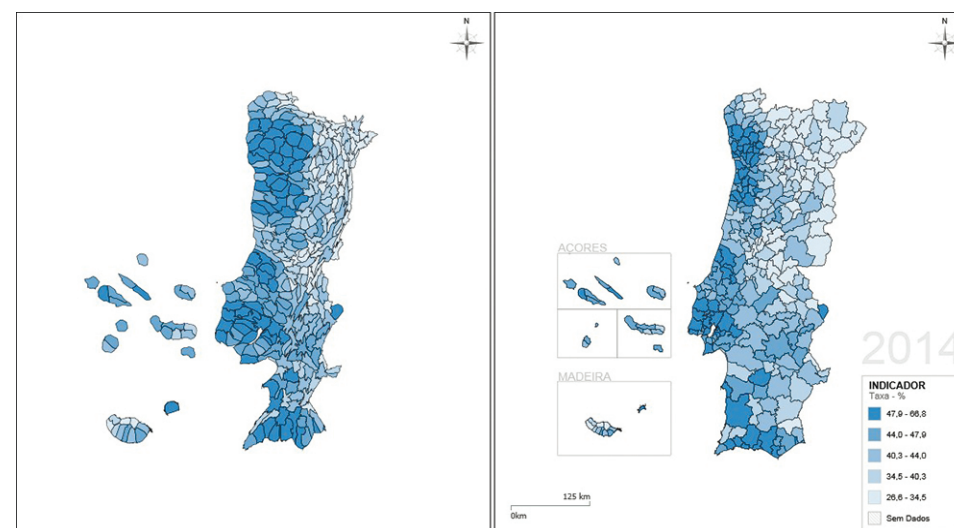
## 40 anos de democracia local Retrato

# Pensionistas vivem no interior e no Alentejo

Pensões no total da população com 15 ou mais anos



Beneficiários da Segurança Social



**População** Se é no interior e no Alentejo envelhecidos que há mais pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (para trabalhadores do privado e da Função Pública), já o número total de beneficiários ativos da Segurança Social está no litoral e no Algarve.

Os municípios com maior ou menor número de pensionistas coincidem com os mais ou menos envelhecidos (ver página 30). Na fronteira com Espanha e banhado pelo rio Guadiana, Alcoutim é o município com mais pensionistas, medido em função do número de habitantes com 15 ou mais anos de idade. Em último lugar está a Câmara açoriana de Ribeira Grande.

As pensões e outros apoios sociais são pagos graças aos descontos de empresas e trabalhadores, aqui medidos pelo indicador "beneficiários ativos da Segurança Social". Neste caso, o mapa é dominado pelos municípios de todo o litoral, de norte a sul, incluindo o Algarve.

Em média, 40,6% da população residente com 15 ou mais anos é pensionista e 46,6% é beneficiária ativa da Segurança Social.

### Pensionistas

#### O MAIOR:

ALCOUTIM

**72,3%**

No município algarvio, há sete pensionistas por cada habitante com mais de 15 anos de idade.

#### O MENOR:

RIBEIRA GRANDE

**21,5%**

A Câmara da ilha de São Miguel é a que menos pensionistas tem, em proporção aos habitantes. É também a que menos idosos tem por cada 100 jovens.

### Beneficiários da SS

#### O MAIOR:

ALBUFEIRA

**66,8%**

O município algarvio é o que apresenta maior proporção de beneficiários ativos da Segurança Social.

#### O MENOR:

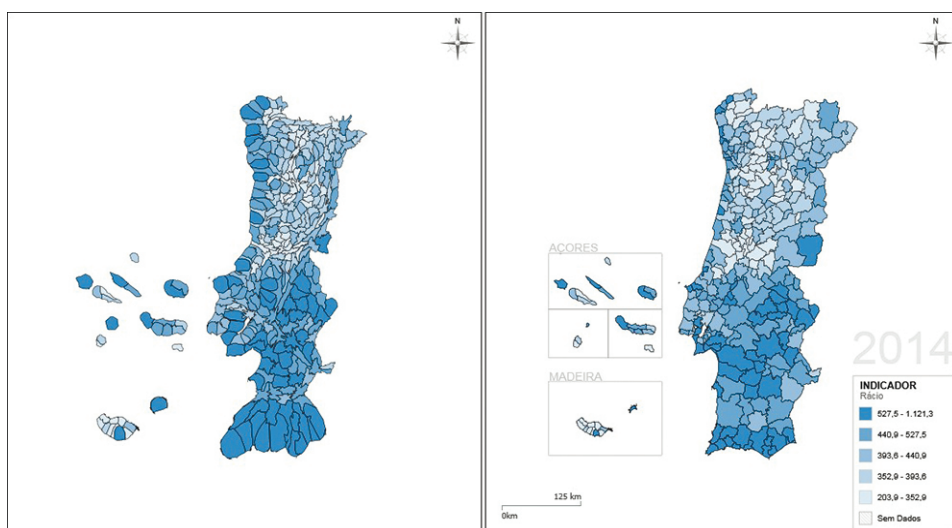
VALPAÇOS

**26,6%**

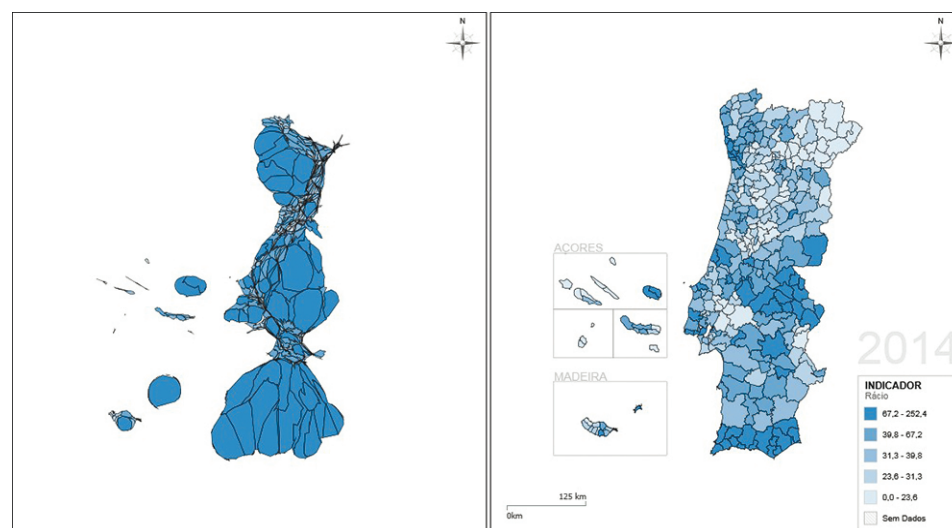
É em Trás-os-Montes que se encontra o município com menor proporção.

# Quem produz mais lixo é quem mais recicla

Lixo doméstico produzido por habitante



Lixo doméstico reciclável por habitante



**Ambiente** No município do Crato, foram recolhidos 252 quilos de lixo urbano reciclável por cada habitante, um terço de todo o lixo produzido. É naquele município que se regista a maior quantidade de resíduos recicláveis, por habitante, indicam dados provisórios de 2014. Está a uma enorme distância de três municípios onde simplesmente não existe reciclagem: no arquipélago da Madeira, o município da Calheta e nos Açores os de Velas, Santa Cruz das Flores e Corvo. No outro extremo, entre as que mais reciclam estão câmaras como Portimão, Monforte ou Vila do Bispo.

No global do país, o mapa do "Portugal reciclável" parece um rebuçado, com focos de maior preocupação ambiental no norte litoral, centro interior e Algarve, e com zonas de aperto no centro e Alentejo.

Na maior parte dos casos, a preocupação com a reciclagem é maior nos municípios que mais lixo produzem. A exceção é o Alentejo, uma das regiões mais produtoras de resíduos urbanos do país e uma das que menos reciclam.

Em média, em Portugal, cada habitante produz 452,9 quilos de lixo, dos quais 61,4 são recicláveis.

## Lixo produzido

### O MAIOR:

ALBUFEIRA

**1121,3**

O recordista do município que mais lixo produz é algarvio: em média, cada habitante produz mais de uma tonelada de resíduos urbanos.

### O MENOR:

LAJES DAS FLORES

**203,9**

Algumas ilhas dos Açores podem reciclar pouco, mas também pouco é o lixo produzido.

## Lixo reciclável

### O MAIOR:

CRATO

**252,4**

É neste município que é recolhido mais lixo reciclável por habitante: 252 quilos, no espaço de um ano.

### O MENOR:

VÁRIOS

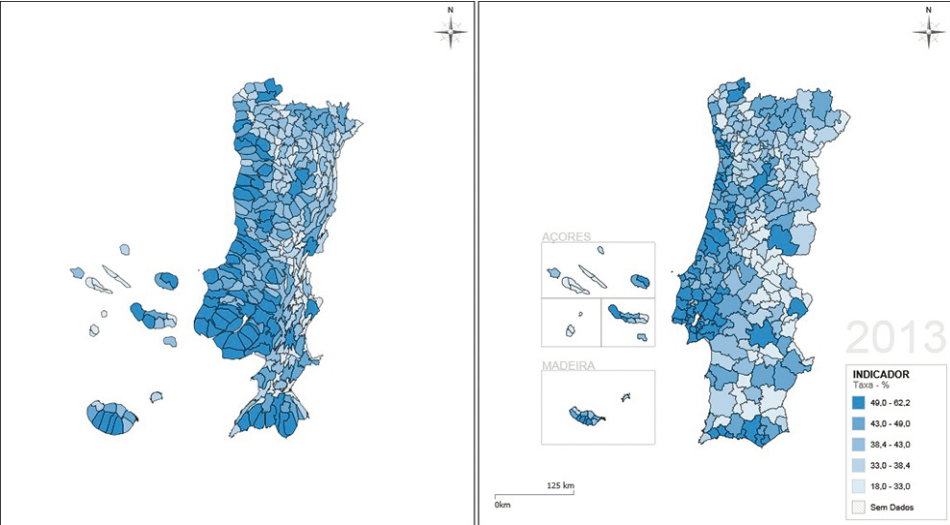
**0,0**

Quatro municípios têm zero quilos de lixo reciclado, de acordo com dados provisórios de 2014: três açorianos e um madeirense.

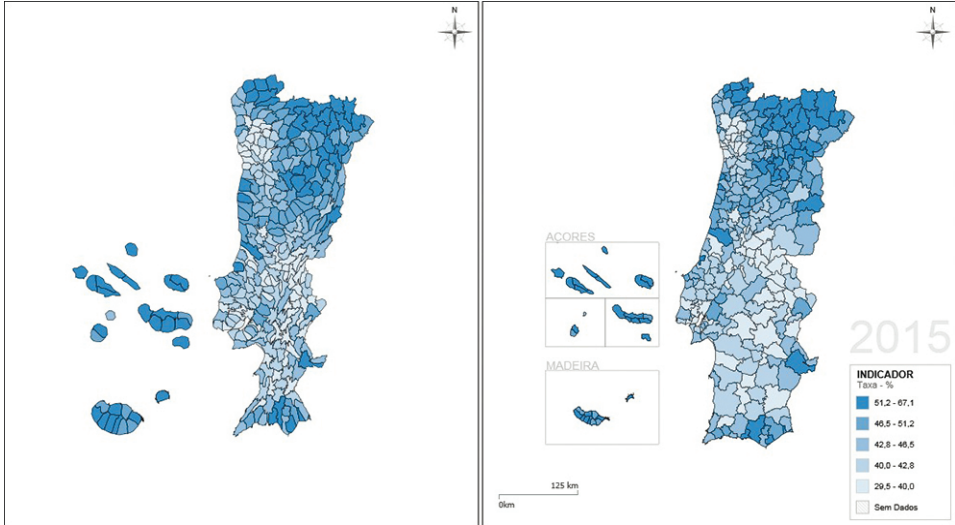


# O positivo e o negativo da foto da abstenção

Abstenção nas eleições autárquicas



Abstenção nas eleições legislativas



**Participação** Há duas respostas para a pergunta "onde há mais abstenção?". Nas eleições para a Assembleia da República, a resposta é: "no interior Norte e nas regiões autónomas". Nas eleições autárquicas, o correto seria: "no litoral Norte e centro e no Algarve". No que toca à participação do povo no processo democrático, Portugal aparece assim como o positivo e o negativo de uma fotografia. Nas últimas legislativas, 44% dos eleitores afastaram-se das urnas, em particular no Alto Minho e em Trás-os-Montes. Pelo contrário, a afluência foi maior em torno das áreas metropolitanas de Porto e Lisboa, no Alentejo e no Ribatejo. Já nas autárquicas, o mapa altera-se. O litoral, o Algarve e partes das regiões autónomas parecem interessar-se pouco pela escolha de quem lidera a Câmara local. Pelo contrário, todo o interior e o Alentejo e parte das ilhas mobilizaram-se para votar no autarca da sua escolha. Os eleitores mais participantes encontram-se nas Lajes das Flores, Arronches, Barrancos e Cuba, no Alentejo.

abstenção nas legislativas

**A MAIOR:**

MELGAÇO  
**67,1%**

Em outubro do ano passado, foram mais os eleitores de Melgaço que optaram pela abstenção do que os votantes.

**A MENOR:**

SARDOAL  
**29,5%**

Está no centro do país o município com o recorde de participação das legislativas de 2015

abstenção nas autárquicas

**A MAIOR:**

SESIMBRA  
**62,2%**

A disputa pela presidência desta Câmara da península de Setúbal não motivou a maior parte dos eleitores a dirigirem-se às urnas

**A MENOR:**

LAJES DAS FLORES  
**18%**

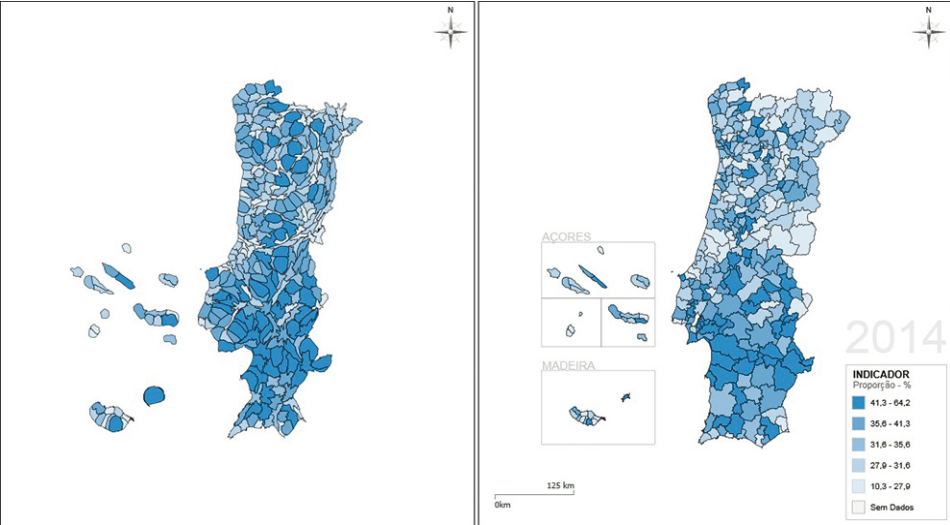
No município açoriano, apenas duas em cada dez pessoas "votaram" na abstenção

# Interior depende do Orçamento do Estado

Transferências recebidas no total das receitas



Despesas correntes com pessoal no total da despesa



**Finanças** Entre Lisboa, que recebe menos de um décimo das receitas do Orçamento do Estado, e o Corvo, que depende quase exclusivamente das transferências da Administração Central, vai um país de diferença. Ao contrário do que verá nas próximas páginas, o mapa dos municípios que mais dinheiro recebem a título de transferências correntes e de capital é dominado pelo interior de Portugal e pelas ilhas dos Açores. Além do Corvo, sobem ao pódio dos mais dependentes das transferências as câmaras açorianas de Santa Cruz das Flores e do Nordeste. No pódio inverso, além da capital, estão Albufeira e Cascais. Em média, as transferências correntes e de capital representam 43,5% das receitas das câmaras.

O efeito redistributivo de rendimentos da Lei das Finanças Locais ajuda a equilibrar um outro mapa, o das despesas com pessoal. Aqui, nota-se uma mancha maior no Alentejo e Beira Baixa, com alguns focos espalhados pelo Norte. Apesar disso, o mapa das despesas com pessoal é um dos mais equilibrados da série publicada pelo JN e pela Pordata.

## transferências

### O MAIOR:

CORVO  
97,2%

O Corvo depende quase em exclusivo de receitas do Orçamento do Estado. Como verá no mapa das próximas páginas, praticamente não arrecada impostos.

### O MENOR:

LISBOA  
7,9%

A lógica redistributiva da Lei das Finanças Locais leva a que a Câmara da capital seja a que recebe menos transferências do Orçamento do Estado.

## despesa com pessoal

### O MAIOR:

PORTO SANTO  
64,2%

Por cada dez euros gastos pela Câmara da ilha de Porto Santo, mais de seis são para pagar aos trabalhadores.

### O MENOR:

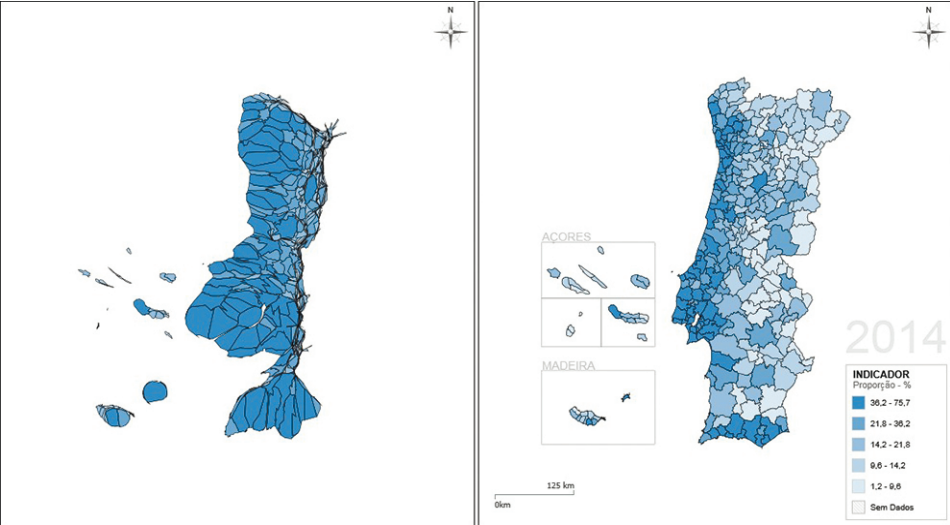
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO  
10,3%

A Câmara algarvia é a que menos dinheiro gasta com os trabalhadores. Só um décimo da despesa é com pessoal.

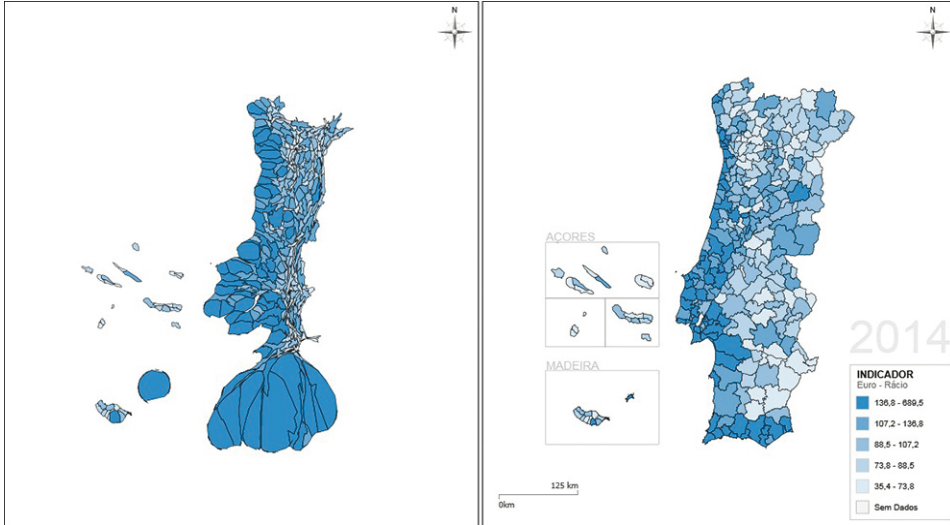


# Um terço das receitas vem dos impostos

Impostos no total das receitas efetivas



Receita do IMI por habitante



Publicidade



## COLEÇÃO GUIAS DO CAMINHO DE SANTIAGO



**GRÁTIS**  
ÀS SEXTAS  
E SÁBADOS

**128 ANOS**  
**Jornal de Notícias**

O Jornal de Notícias vai oferecer a Coleção Guias do Caminho de Santiago. São 9 guias, com mapas, roteiros e a informação histórica e de interesse turístico mais relevante sobre todos os percursos.

**29 DE MAIO**  
**DOMINGO**  
**CAIXA**  
**ARQUIVADORA**  
**+ 1.º GUIA**

**3 DE**  
**JUNHO**  
**6.ª FEIRA**  
**MAPA**  
**+ 2.º GUIA**

**DE 4 A 25**  
**DE JUNHO**  
**ÀS 6.ªS E SÁBADOS**  
**3.º AO 9.º GUIA**

Para mais informações contacte a Loja do Jornal através dos números 222 096 123/ 213 187 401 ou por email para [lojadojornal@lojadojornal.pt](mailto:lojadojornal@lojadojornal.pt). Campanha válida de 29 de maio a 25 de junho, na compra do Jornal de Notícias.

Apoio:  **trofa**  
município

**Finanças** Os impostos somam um terço das receitas das câmaras municipais, mas os mapas ajustados mostram o maior peso que assumem no Algarve e no litoral, do Norte ao Sul – ou seja, os mapas evidenciam que estes municípios são mais autónomos das transferências do Orçamento de Estado. O efeito é particularmente acentuado se se olhar para o valor do imposto municipal sobre imóveis (IMI): o tamanho desmedido do Algarve – com destaque para Albufeira – mostra bem a importância que o setor do imobiliário tem no Sul do país. Também a ilha de Porto Santo, na Madeira, vive em larga medida da receita fiscal. Pelo contrário, os municípios de todo o interior e do Alentejo dependem quase em exclusivo do dinheiro vindo da Administração Central, mostrando como a Lei das Finanças Locais é um instrumento de redistribuição de rendimento entre os municípios do país (ver mapa na página anterior). Um terço das receitas efetivas das câmaras tem origem em impostos e, em média e "per capita", cada uma recebeu 141,10 euros de IMI, o principal imposto municipal. O IMT (imposto municipal sobre as transmissões) e o IUC (imposto único de circulação) têm um peso menor.

peso dos impostos nas receitas efetivas

#### O MÁXIMO:

CASCAIS

**75,5%**

É na Câmara de Cascais que as receitas mais vêm dos impostos cobrados.

#### O MÍNIMO:

CORVO

**1,2%**

A ilha açoriana praticamente não cobra impostos, o que a deixa totalmente dependente de transferências do Orçamento de Estado.

receita de IMI por habitante

#### O MAIOR:

ALBUFEIRA

**689,5€**

Por habitante, a Câmara algarvia cobra quase quatro vezes mais dinheiro, a título de IMI, do que a média nacional.

#### O MENOR:

CORVO

**35,4€**

A Câmara do Corvo é a que menos dinheiro de IMI consegue arrecadar.

Publicidade



**CORRIDA DE FELGUEIRAS**  
CAMPEONATO REGIONAL DE FUNDO 2016

**17/JULHO**  
09H00

Participação aberta a todos os cidadãos

**> CORRIDAS JOVENS E CORRIDA 10 KM**  
Benjamins A/B; Infantis; Iniciados; Juvenis; Juniores; Seniores; Veteranos (M/F)  
Troféus para os 1ºs; 2ºs e 3ºs classificados de cada categoria  
Troféus para as 3 primeiras equipas de todos os escalões (Corridas Jovens/Corrida 10 Km)

**> CAMINHADA 5 KM**  
**> PRIZE MONEY**  
Corrida 10 km  
**> LANCHE/BRINDE**  
Aos participantes

**> INSCRIÇÕES GRATUITAS**  
Até ao dia 15 de julho de 2016  
www.desportave.pt | desportave@desportave.pt  
Tel/Fax: 252 857 147

**> SECRETARIADO / CONCENTRAÇÃO**  
Av. Dr. Leonardo Coimbra (junto à Partida)

Parceiros: 

Apoios: 

Programa disponível em [www.aaporto.com](http://www.aaporto.com) e [www.cm-felgueiras.pt](http://www.cm-felgueiras.pt)



## 40 anos de democracia local

ficção

# “Sansão e a regionalização”



José Trigueiros Escritor

ILUSTRAÇÃO JOEL FARRA

Faz parte da mitologia hebraica. Sansão, o super-poderoso juiz do povo de Israel, era todos os dias tosquiado dos pés à cabeça por dois guardas filisteus. Não bastava que o tivessem cegado e escravizado, pois a sua força sobre-humana, capaz de rasgar um leão ao meio e aniquilar todo um exército inimigo, provinha da farta cabeleira que ostentava antes de ser atraído pela sua mulher. A Bíblia conclui esta história com um milagre. Deus atende às súplicas de Sansão e este sacrifica a vida pela libertação do seu povo.

Para Alberto Bom de Sousa, funcionário da Câmara Distrital do Alto Minho desde 2086, falta heroísmo coletivo à história de Sansão. “Um milagre é uma solução demasiado burocrática para os tempos que correm”, comenta Alberto, polindo as lentes do velhinho projetor de hologramas da Câmara Distrital. Este aparelho, adquirido com os fundos europeus do ano em que o Reino Unido aderiu à moeda única, permite reproduzir em figuras humanas ou animais qualquer texto introduzido na sua base de dados. Alberto, nos tempos mortos em que a Câmara levita entre uma cidade minhota e a outra, gosta de entreter os colegas com os seus contos, que mais não são que variantes de mitos gregos e hebraicos. A sua versão da história de Sansão, avivada tridimensionalmente pelo projetor de hologramas, é muito aplaudida pelos colegas. No texto de Alberto, centenas de escravos nazarenos cortam os cabelos e perfuram os olhos para se parecerem com Sansão, deixando os guardas filisteus perdidos no meio de tantas cabeças rapadas. Oculto entre os seus, Sansão deixa crescer o cabelo até recuperar a sua força avassaladora. Segundo Alberto, os verdadeiros milagres não são aqueles que se opõem fantasmagoricamente às leis da Natureza, mas os que ousam desafiar as leis do próprio Homem.

Eis outro dos passatempos prediletos de Alberto: o futebol. Desde que os três clubes grandes foram punidos com uma década de suspensão devido a vários escândalos com o Fisco, que os estádios de norte a sul do país têm estado a abarrotar. Nos últimos anos, é usual haver cinco ou mais equipas a pelejarem pelo título nacional até à última jornada. Nunca o futebol foi tão emocionante em Portugal. Até há quem diga que quando os três grandes voltarem, não terão nem um terço dos antigos adeptos, agora rendidos ao clube da própria terra. Alberto, com um telescópio apontado ao seu querido Vianense, faz figas para que assim seja.

O edifício flutuante no qual Alberto trabalha, apelidado de Câmara Distrital do Alto Minho, foi concebido para que os vários governos municipais se possam reunir a qualquer hora do dia num dos seus 15 salões ovais. A uma

velocidade de 700 km/hora, o edifício de arquitetura vanguardista utiliza uma combinação de jatos eólicos e solares para cruzar os céus e recolher os presidentes e os vereadores nas suas próprias casas. Esta plataforma é uma mais-valia para a cooperação entre freguesias e municípios, o que ajuda a fortalecer a autonomia de cada região, antes tão dependente de excessivas burocracias centralizadoras. Um modelo similar, dez vezes mais rápido e em forma de palácio barroco, cruza diariamente os céus de uma ponta à outra do país, recolhendo deputados e ministros nas suas cidades, vilas ou aldeias. Chama-se Capital, e é onde se realiza a Assembleia da República: hoje suspensa sobre uma aldeia transmontana, amanhã sobre a mais singela falésia algarvia. Viver em Lisboa deixou de ser uma exigência para a principal classe governante.

Entre as funções de Alberto na Câmara Distrital do Alto Minho está também a de velar pelo robô público. É a novidade tecnológica do ano 2116. Esta espécie de androide consegue reencarnar as faculdades físicas, morais e intelectuais de qualquer indivíduo. É o chamado teletransporte psíquico. Em Portugal, foram distribuídos 18 robôs públicos: um por cada distrito do país. Servem para que as aptidões democraticamente eleitas do primeiro-ministro marquem presença em qualquer reunião local, dando pareceres administrativos a que ninguém ousa contrapor. “A liberdade mede-se aos centímetros, senhor primeiro-robô”, desabafa Alberto sempre que desconecta o artefacto. Assim como ele, vários vereadores desconfiam do derradeiro objetivo desta tecnologia tão omnipresente e intrometida. “Não tarda e vamos às urnas eleger deuses na vez de ministros!”

Hoje é o último dia de Alberto na Câmara flutuante. A reforma está já ao virar da esquina, mas antes ainda tem de pentear a farta cabeleira do robô público, uma tarefa delicada, pois grande parte dos dados genéticos do primeiro-ministro circulam nesses cabelos informatizados. Parece-lhe impossível que uma tecnologia tão avançada seja incapaz de cuidar da sua própria aparência. Indignado, Alberto conecta o robô muito antes de a assembleia distrital começar. Faz-lhe perguntas básicas sobre a Revolução dos Cravos de 1974 ou a Regionalização de 2032, mas o androide limita-se a observá-lo com uma expressão autoritária. Alberto encolhe os ombros. Não esperava grande coisa daquele humanoide. Este dia, porém, marcará para sempre a história da democracia portuguesa. Quando o robô público ocupa o seu lugar na Assembleia Distrital do Alto Minho, ouve-se um eco de espanto e gaudio entre os vereadores: o primeiro-robô tem a cabeça calva, brilhante, impecavelmente rapada.●



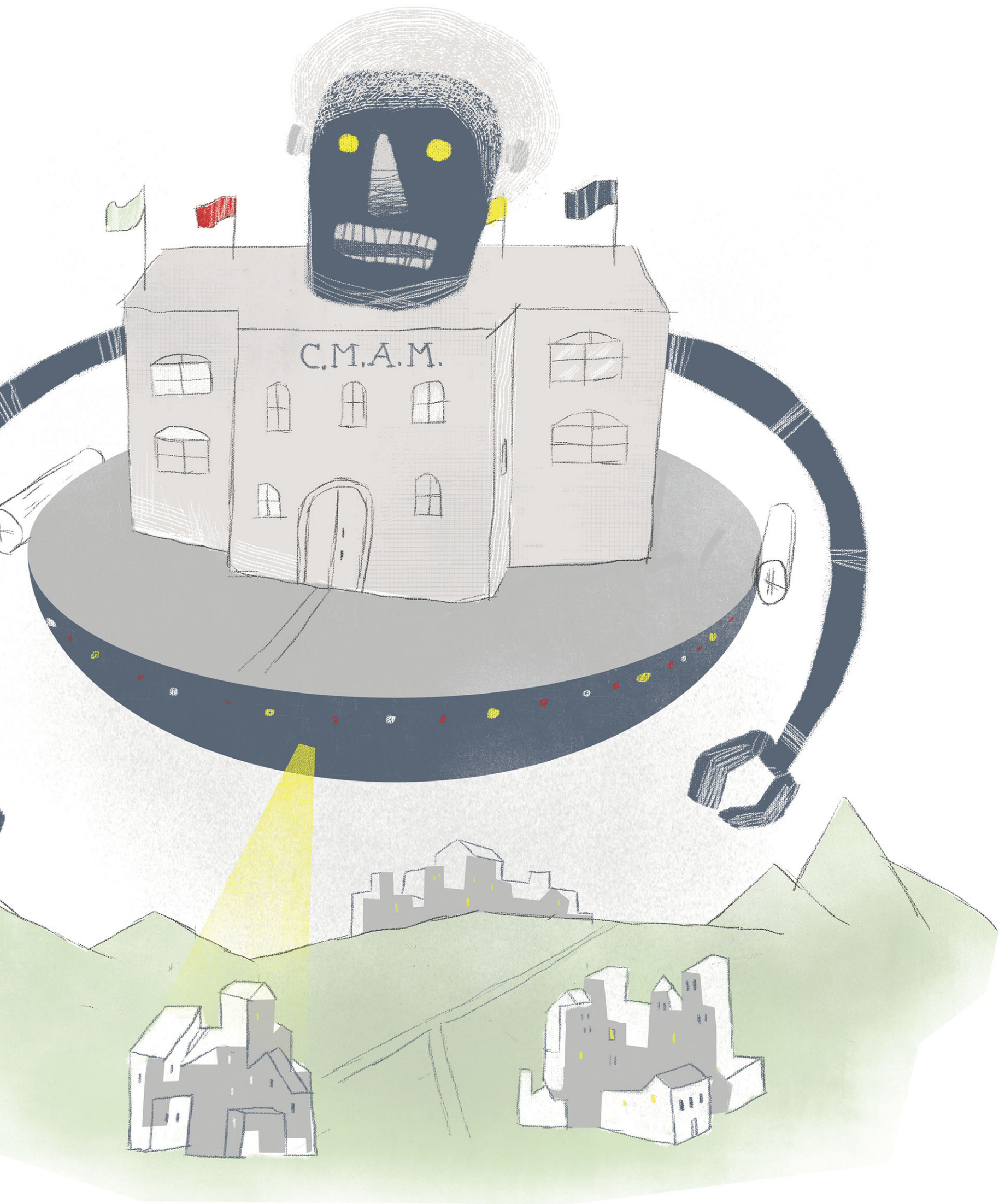


ILUSTRAÇÃO TIAGO LOURENÇO



## 40 anos de democracia local Parceiros



**ESTOU NA NET**

**Portugal está todo na internet**  
Estatísticas, debates, estudos, livros e muito mais,  
no novo site da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

ffms.pt

**FUNDAÇÃO**  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

**CONFIA  
2016**

**CONFERÊNCIA  
INTERNACIONAL  
EM ILUSTRAÇÃO  
E ANIMAÇÃO**

10 a 12 de Junho 2016  
BARCELOS - PORTUGAL

A **Escola Superior de Design** do **Instituto Politécnico do Cávado e do Ave** em Barcelos associou-se às comemorações dos **128 anos do Jornal de Notícias** através do **Mestrado em Ilustração e Animação**. Temos o gosto de apresentar, neste suplemento, integralmente ilustrado, o potencial dos nossos ilustradores. Somos ensino superior público especializado nas áreas do design, da ilustração e animação.



[www.confia.ipca.pt](http://www.confia.ipca.pt)  
[www.esd.ipca.pt](http://www.esd.ipca.pt)

Vocacionados para a investigação, organizamos a **Conferência Internacional em Ilustração e Animação (CONFIA)** que vai este ano para a quarta edição. A CONFIA é um encontro internacional de investigadores, professores e profissionais e realizar-se-á pela primeira vez na cidade sede do IPCA – Barcelos, no **Teatro Gil Vicente nos dias 10, 11 e 12 de Junho**. A CONFIA no seu programa cultural conta ainda com exposições de ilustração e design e com sessões de cinema de animação.

